PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Fernanda Picinin Moreira

Trabalho sexual e exploração de mulheres de baixa renda na sociedade hetero-patriarcal-racista capitalista

Doutorado em Serviço Social

São Paulo
2025

Fernanda Picinin Moreira

Trabalho sexual e exploração de mulheres de baixa renda na sociedade hetero-patriarcal-racista capitalista

Doutorado em Serviço Social

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Silva Barroco.

São Paulo

2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Lúcia Martinelli

Prof. Dra. Paula Martins Sirelli

Prof. Dr. Ademir Alves da Silva

Prof. Dr. Rodrigo Aparecido Diniz

Prof. Dra. Priscila Beralda Moreira Oliveira (suplente)

Prof. Dra. Sabrina Pereira Paiva (suplente)

Dedico este trabalho às mulheres trabalhadoras — mães, filhas, irmãs, companheiras, acima de tudo, mulheres potentes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – 88887.373204/2019-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001 – 88887.373204/2019-00.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de uma longa e transformadora jornada, marcada por desafios que transcendem o âmbito acadêmico. Foi um percurso atravessado por uma pandemia que impôs isolamento social, distanciamento de familiares, amigos e professores, e que demandou uma reinvenção da vida. Nessa travessia, novas formas de sociabilidade emergiram, levando-me a repensar profundamente a existência e as relações humanas.

Ao longo dessa caminhada, vivi as intensas transformações trazidas pela maternidade, que me levaram a me reinventar como mulher, profissional e acadêmica. Foi como renascer: aprendi a viver com novas prioridades e, mesmo quando pensei que não seria possível retomar a vida acadêmica e profissional, encontrei em mim forças para me reencontrar.

A conciliação entre trabalho, pesquisa e os desafios da vida cotidiana foi possível graças à convivência com mulheres inspiradoras, cuja potência e força foram combustível essencial para este processo.

Minha gratidão é imensa às trabalhadoras sexuais, mulheres cuja coragem e histórias me marcaram profundamente. O contato com elas não apenas enriqueceu esta pesquisa, mas me reconstruiu como mulher, levando-me a repensar nosso lugar na sociedade.

Ao meu companheiro, Jader, e ao meu filho, Inácio, devo um agradecimento especial. Foram os olhares de compreensão, as palavras de incentivo, cuidado, apoio e amor incondicional que me sustentaram nos momentos mais difíceis, dando-me forças para concluir esta etapa.

À minha família: meus pais, minha irmã e sobrinhas, pela presença constante e pelo suporte inabalável, meu amor, carinho e minha gratidão.

Às minhas amigas de São Paulo — Tati, Iris, Lu, Bruna, Cris, Lucia, Luanda e Aline —, meu agradecimento afetuoso. Vocês foram minha segunda família, preenchendo minha vida com acolhimento, incentivo e amor, tornando meus anos em São Paulo mais leves e significativos. Às minhas amigas de longa caminhada, Nath, Lara e Bianca, que, mesmo distantes, sempre estiveram presentes. À Lara, com quem também compartilhei trocas acadêmicas, conversas e a construção de novos caminhos na pesquisa e na docência.

Aos meus alunos e alunas, por tudo o que me ensinaram; e aos colegas professores e professoras, por compartilharem comigo suas experiências, conhecimentos e histórias de vida, deixo meu sincero reconhecimento. Em especial Luana e Henrique, parceiros na docência, projetos e muito trabalho no curso de Serviço Social.

À minha orientadora, Maria Lucia Barroco, devo uma gratidão sem medida. Sua generosidade, competência e brilho intelectual foram farol nos momentos difíceis. Admiro profundamente sua trajetória e dedicação, que inspiraram cada passo desta construção.

À professora Maria Lucia Martinelli, minha gratidão por sua orientação cuidadosa e acolhedora, especialmente durante o período em que assumiu essa responsabilidade. Seu olhar atento e sua dedicação enriqueceram meu percurso acadêmico de maneira ímpar.

Aos companheiros e companheiras do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (NEPEDH), meu agradecimento por tantas trocas de saberes e reflexões. Um agradecimento especial a Chris, cujo apoio e presença (mesmo que geograficamente distante) foram fundamentais nos momentos mais angustiantes. Também à Camila e à Luiza, que foram parceiras permanentes nesse processo.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP, agradeço pelo conhecimento compartilhado e pela formação que recebi. À Andreia, minha gratidão pela paciência e pelo suporte inestimável diante das dúvidas administrativas e institucionais.

Ao projeto Antonia e às colegas de equipe — Aline, Maria José, Ir. Lucia, Luiza e Ir. Glauci —, e às equipes que vieram depois, minha gratidão pelo acolhimento, pelas trocas enriquecedoras e pela confiança em meu trabalho, mesmo após minha saída.

Aos admiráveis professores/as doutores/as que aceitaram compor a Banca Examinadora desta tese de doutorado – Paula Sirelli, Maria Lucia Martinelli, Rodrigo Diniz, Ademir Alves –, por suas contribuições valiosas e inspiradoras.

Sou grata à CAPES pelo financiamento que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta etapa tão marcante da minha vida.

RESUMO

MOREIRA, Fernanda Picinin. **Trabalho sexual e exploração de mulheres de baixa renda na sociedade hetero-patriarcal-racista capitalista**. 2025. 1 v. Tese (Doutorado) – Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2025.

A presente tese teve como proposta analisar como a exploração relacionada ao trabalho produtivo e reprodutivo da mulher na sociedade hetero-patriarcal-racista capitalista contemporânea produz e intensifica a exploração do trabalho da mulher na prostituição. Para atingir esse objetivo, buscamos discutir sobre como o trabalho reprodutivo pode estar relacionado com a inserção precarizada e desigual das mulheres no mercado de trabalho, assim como vem a ser funcional para a continuidade e reprodução do modo de produção capitalista. Assim entendemos como o trabalho sexual no contexto da prostituição, se instala como atividade produtiva na sociedade capitalista contemporânea, passando a ser uma opção laborativa para mulheres de baixa renda. Assim como, problematizamos a necessidade de discussão da prostituição no âmbito do direito social, sexual e trabalhista. Para isso utilizamos de metodologia qualitativa, a partir da entrevista com duas trabalhadoras sexuais que estavam abertas para falar sobre suas experiências suas memórias sobre si mesmas enquanto trabalhadoras, do contexto da prostituição, do trabalho e seus afetos, considerando ser importante também ressaltar que a escuta das mulheres trabalhadoras sexuais viabilizou lançar luz a vozes femininas tantas vezes subalternizadas.

Palavras-chave: trabalho; exploração; divisão sexual do trabalho; trabalho sexual, prostituição.

ABSTRACT

MOREIRA, Fernanda Picinin. **Sex work and exploitation of low-income women in a hetero-patriarchal-racist capitalist society**. 2025. 1 v. Thesis (Doctorate) – Social Work Course, Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2025.

This study aimed to analyze how the exploitation related to women's productive and reproductive work in contemporary capitalist hetero-patriarchal-racist society produces and intensifies the exploitation of women's work in prostitution. To achieve this objective, we seek to discuss how reproductive work can be related to the precarious and unequal insertion of women in the labor market, as well as how it becomes functional for the continuity and reproduction of the capitalist mode of production. Thus, we understand how sex work in the context of prostitution is established as a productive activity in contemporary capitalist society, becoming a labor option for low-income women. Likewise, we problematize the need to discuss prostitution within the scope of social, sexual, and labor rights. To this end, we used a qualitative methodology, based on interviews with two sex workers who were open to talking about their experiences and memories of themselves as workers, the context of prostitution, work and their feelings. It is also important to emphasize that listening to female sex workers made it possible to shed light on female voices that are often subjugated.

Keywords: work; exploitation; sexual division of labor; sex work; prostitution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **10**

1 TRABALHO E EXPLORAÇÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE HETERO-PATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA **19**

1.1 O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL E SUAS CONFIGURAÇÕES NA SOCIEDADE CAPITALISTA 19

1.2 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO 33

1.3 RELAÇÕES SOCIAIS DE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO A PARTIR DA DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO 42

1.3.1 Imbricação entre classe, raça e sexo: perspectiva de consubstancialidade/coextensividade **47**

2 O TRABALHO SEXUAL NO CONTEXTO DA PROSTITUIÇÃO **71**

2.1 MULHERES TRABALHADORAS E A PROSTITUIÇÃO: ENTRE A AUTONOMIA E O TRABALHO REPRODUTIVO 71

2.2 A PROSTITUIÇÃO NOS PAÍSES COLONIZADOS E A PERSISTÊNCIA DA COLONIALIDADE SOBRE AS TRABALHADORAS SEXUAIS: UM RECORTE DO CONTEXTO BRASILEIRO 83

2.3 PROSTITUIÇÃO COMO ATIVIDADE (RE)PRODUTIVA NA SOCIEDADE CAPITALISTA 91

2.4 TRABALHADORAS DO SEXO E DIREITOS 110

3 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS, (RE)APROXIMAÇÃO COM O CONTEXTO DA PESQUISA, AS PARTICIPANTES E SUAS HISTÓRIAS **115**

3.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS 115

3.2 (RE)APROXIMAÇÃO COM O CONTEXTO DA PESQUISA 120

3.3 AS PARTICIPANTES E SUAS HISTÓRIAS 137

3.3.1 Prostituição como possibilidade de trabalho **137**

3.3.2 Desafios Afetivos e Relacionais **145**

CONSIDERAÇÕES FINAIS **147**

REFERÊNCIAS **149**

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) **156**

INTRODUÇÃO

Ao chegar na entrada, o que se via era um estabelecimento simples, com uma porta discreta e algumas vagas para automóveis em frente. Uma placa escrita “hotel”, e um movimento curioso para um dia útil durante o meio do dia. Homens entrando e saindo. Em sua maioria, trabalhadores que pareciam estar em horário de trabalho, fazendo uma entrega, ou mesmo no intervalo de uma atividade.

Ao entrar, uma janelinha bem pequena e uma mulher atrás. Avisou que a casa estava cheia, mas nos reconhece e permite nossa entrada. Já em seguida, vemos uma antessala com alguns homens que pareciam aguardar por algo. Eles olhavam para um corredor estreito, bem estreito. Lá, uma fila de mulheres seminuas, maquiadas e com os cabelos arrumados, esperando para uma “apresentação”. Elas se aproximavam desses homens, os beijavam no rosto, diziam seu “nome de batalha” e, ali mesmo, eram escolhidas para o programa. Os homens seguiam a mulher escolhida até um pequeno cômodo, com uma cama. Era rápido: um tempo depois, esses homens saíam desse cômodo pequeno e se direcionavam à saída do hotel. Cada mulher que os acompanhara já estava a postos novamente para entrar na fila. Lá de longe, escutava-se a voz daquela mulher da recepção que gritava de lá mesmo: “apresentação!!”. Percebíamos a agitação das mulheres que deveriam entrar na fila. Logo, não havia espaço para conversas.

Na casa, o movimento era grande. O trabalho era “duro”, mas elas diziam que valia a pena, pois o fluxo grande ajudava o dinheiro entrar mais rápido para as contas, os projetos, os cuidados com os filhos, o desejo de não precisar trabalhar mais como “garota”, diziam. Porque, nessa profissão, existe tempo de vida útil. Depois que ficavam mais velhas, mais conhecidas na região, não eram mais tão atrativas aos clientes.

O acordo é R$20,00, por 20 minutos. E o primeiro programa do dia é todo da casa (hotel) para manutenção. Com relação aos outros programas do dia, metade do valor ficava para a casa, metade ficava para a mulher. Para trabalhar na casa, precisavam ir todos os dias, de segunda a segunda. Podiam escolher entre o turno do dia, ou o da noite – ou os dois, situação que se aplicava para as mulheres que também moravam lá. O importante é que cumprissem o compromisso com o trabalho; se não, perdiam a chance de estarem ali. As folgas, se quisessem, aconteciam nos dias em que estavam menstruadas – ou não; poderiam escolher trabalhar assim também, só

precisavam usar alguns métodos para não incomodar o cliente. Talvez um tampão de algodão, ou uma esponja, inseridos no canal vaginal para estancar o sangue do útero.

Quando chegávamos, elas já nos reconheciam. Fazíamos parte de uma equipe vinculada a um projeto social[1] de abordagem a mulheres que exerciam a prostituição. Levávamos alguns preservativos, lubrificantes, mas o trabalho não era a distribuição destes, e sim ouvi-las em suas demandas sociais. Ali mesmo, entre um programa e outro, traziam questões sobre problemas para acessar algum serviço de saúde, assistência social, habitação, alimentação. Falavam dos filhos, de conflitos familiares, do sonho da casa própria, de poderem trabalhar no próprio negócio. Diziam gostar de quando aparecíamos, pois era a oportunidade de poderem falar delas, de suas demandas, de suas vidas. Era a chance de terem alguma visibilidade em meio àquela rotina de trabalho. Ali, precisavam aparentar estar sempre bem, bonitas e bem arrumadas para atrair os clientes. Eles não estavam interessados em quem eram aquelas mulheres ou o que se passava na vida delas. O que buscavam era um prazer rápido e barato.

Na posição de assistente social, parte da equipe de abordagem e trabalho nesse projeto social, me sentia cada vez mais instigada a pensar naquela realidade. Ouvia e via aquelas mulheres relatando seus cotidianos de trabalho, as formas de adoecimento presentes, os desafios de estarem ali, assim como seu cotidiano de vida permeado por dificuldades de acesso a direitos e também por violências como mulheres, trabalhadoras, mães, chefes de famílias. Aquelas mulheres ali diziam que trabalhavam como “garotas”, trabalhadoras sexuais, e a inserção nesse trabalho marcava também seu lugar nas relações sociais, em suas dimensões materiais e imateriais. Essa experiência foi determinante para a escolha do tema da tese que ora apresento.

Nesse sentido, a proposta da pesquisa surgiu a partir da prática profissional, como assistente social, no desenvolvimento do trabalho junto a mulheres de baixa renda que exercem a prostituição em uma região da cidade de São Paulo. Ao ouvir e visibilizar as histórias dessas mulheres, percebemos características comuns relacionadas a um cotidiano social marcado pela necessidade do trabalho para a

[1] O Projeto Antonia é uma das unidades do Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor e tem como objetivo a intervenção social e acompanhamento às mulheres de baixa renda que estão em contexto de prostituição, e atuam na região de Santo Amaro, na cidade de São Paulo. Falaremos mais sobre o Projeto e suas atividades no capítulo 3.

própria subsistência e de sua família, tentando escapar do contexto de pobreza. São mulheres que exercem o trabalho sexual vendendo sexo como um produto, investidas de seu corpo e sua força de trabalho.

Abordo a prostituição como trabalho sexual apesar de não existir ainda uma regulamentação que trate a prostituição enquanto trabalho no Brasil. De acordo com Barbara Lobo (2017), aqui e em outros lugares no mundo, a atividade sexual ainda ocupa um limbo jurídico por ser uma prática moralmente reprovável. Todas as atividades a ela relacionadas são associadas a crimes pelos códigos penais, o que contribui para as trabalhadoras sexuais estarem sujeitas à invisibilidade. Uma invisibilidade que repercute na exploração do trabalho e situações de violências, no desamparo das legislações trabalhistas e previdenciárias, na ausência de políticas públicas, além de contribuir com ações que as patologizam, as estigmatizam e as discriminam.

Diante das inquietações de minha prática e de leituras sobre o tema, pude perceber o quão desafiador é discutir sobre prostituição. É adentrar em um contexto complexo que envolve questões culturais (sobretudo dentro do campo moral), econômicas e sociais. Conduzidas pelo clichê “a prostituição é a mais antiga das profissões”, as discussões que a envolvem acabam caindo em um fatalismo, que afasta problematizações importantes sobre o assunto e invisibiliza sujeitos sociais (Legardinier, 2009, p. 198).

É importante marcar que a prostituição[2] não é um trabalho apenas feminino. No entanto, quando olhamos para a forma como o trabalho sexual foi sendo usado como forma de domínio do corpo e reprodução da força de trabalho, vemos que esta é abalizada por características relacionadas ao papel da mulher na sociedade capitalista hetero-patriarcal-racista, vinculadas a uma divisão sexual do trabalho e exploração social.

[2] A prostituição envolve a prestação de serviços sexuais por pessoas maiores de 18 anos e consideradas civilmente capazes. Nesse contexto, o termo “prostituição infantil” é inadequado, pois trata-se, na verdade, de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, uma grave violação de direitos. A expressão carrega uma contradição ao desconsiderar a condição de crianças e adolescentes como sujeitos plenos de direitos. Além disso, evidencia que, para além da vulnerabilidade socioeconômica, essa exploração criminosa se perpetua devido à naturalização do machismo, da violência e da discriminação que afetam todas as mulheres.

Justifica-se, assim, a relevância da problemática desta tese: como a exploração e alienação relacionada ao trabalho reprodutivo da mulher produz e intensifica a exploração do trabalho da mulher na prostituição na sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista contemporânea?

Podemos refletir, a partir da concepção marxista, que as relações sociais no contexto da sociedade capitalista possibilitam que os sujeitos/as sociais sejam desvalorizados/as e invisibilizados/as a partir do lugar que ocupam dentro do processo de produção e reprodução do capital, facilitando os processos de opressões, controle e exploração da força de trabalho.

No processo de construção da tese, optei por usar "sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista", termo usado por Mirla Cisne e Silvana Mara Santos (2018) para se referirem ao processo de fusão entre os sistemas patriarcal, racista e capitalista, presentes no processo de formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira. Para as autoras, é importante olharmos para as relações sociais de maneira dialética, entendendo que há um sistema complexo de determinações em que as dimensões sexo/sexualidade, raça/etnia e classe estabelecem condições desiguais na estrutura das relações de poder que possibilita que alguns indivíduos ocupem espaços de poder e privilégio, enquanto outros ocupem de exploração e opressão.

A proposta aqui é que possamos partir de uma perspectiva ontológica para olharmos para a condição de opressão das mulheres. Esta, segundo Federici[3] (2017), é forma constitutiva do capitalismo, reconstruída em seus termos para cumprir novas funções sociais, que nós entendemos serem relações sociais de exploração. Nesse sentido, a revolução feminista contribuiu com essa discussão ao reconhecer que as hierarquias raciais e sexuais caracterizam a divisão social do trabalho no capitalismo, produzindo não apenas relações sociais de poder, mas também diferentes experiências e perspectivas sobre o mundo. Essa divisão marca o lugar do "trabalho de mulher", associado ao trabalho não assalariado de reprodução da força de trabalho, subordinando o trabalho doméstico às necessidades do mercado de trabalho

[3] Federici, apesar de ser uma autora feminista crítica, não se considera uma autora marxista. Embora ela parta de Marx, ela o acusa de ignorar o surgimento de uma ordem patriarcal que excluía as mulheres do trabalho assalariado e as subordinava aos homens. Ela sugere que o marxismo falhou em considerar o papel das mulheres na reprodução da força de trabalho. Apesar de seu posicionamento, optamos por usar essa referência, pois traz contribuições interessantes sobre o patriarcado e exploração do trabalho da mulher.

e, perversamente, nomeando o trabalho não remunerado de mulheres como “trabalho de amor” (Federici, 2017; 2022).

Os processos de transformação da exploração da sociedade capitalista, somados à necessidade de trabalhadores mais saudáveis, disciplinados e produtivos, foram determinantes para que o trabalho do lar fosse ganhando, através de campanhas ideológicas, *status* cada vez mais valorosos, não só para as mulheres da classe burguesa (que já ocupavam esse papel doméstico), mas também àquelas da classe trabalhadora. A “domesticação” da família da classe trabalhadora e a dona de casa em tempo integral foram determinantes para a reprodução e manutenção da classe trabalhadora (Federici, 2023), contribuindo para evidenciar a divisão sexual do trabalho como uma das formas centrais de exploração do capital sobre o trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a base material do patriarcado, que determina a categorização assimétrica entre os sexos, vivenciados e enraizados desde a infância a partir da divisão sexual dos brinquedos e do comportamento esperado para meninos e meninas. É nessa construção concreta que são definidos o que é um homem e uma mulher, o que é considerado ou não trabalho, o que tem ou não valor, o que é ou não produção, o que pode ser socialmente aceitável ou não (Cisne; Santos, 2018).

Para perpetuar essa divisão desigual de tarefas e o poder assimétrico, advindo da propriedade privada, entre homens e mulheres, foi necessário um modelo de família com base no patriarcado que fosse capaz de ser espaço de perpetuação ideológica e controle do corpo e da sexualidade feminina. O sistema familiar monogâmico passa a ser funcional para garantir a classe dominante, de forma barata, a reprodução de novas gerações de massas trabalhadoras e o papel ideológico de difusão do conservadorismo.

É a partir desse contexto que convido a olharmos para o trabalho sexual, considerando que este tem desempenhado, desde o início da sociedade capitalista, duas funções fundamentais no contexto de produção e divisão capitalista do trabalho. De acordo com Federici (2023), tem garantido a procriação de novos trabalhadores e funciona como forma de descarregar as tensões acumuladas durante a jornada de trabalho, principalmente para os homens, sendo esse um dos poucos prazeres a que a classe trabalhadora tem acesso.

Nesta tese, vamos falar do trabalho sexual no contexto da prostituição, relacionado à satisfação sexual em troca de remuneração, objeto de condenação social e controle do Estado. No entanto, para isso, precisamos falar também do

trabalho sexual no contexto do lar, não remunerado, desempenhado pelas mulheres, atravessado pelo “amor conjugal” e pelo “instinto materno”, regulados por uma conduta sexual em que a sexualidade feminina é negada e o sexo passa estar atrelado ao prazer do “amor” e ao “sexo por procriação”. Entendemos que existe uma relação entre eles enquanto se trata da condição de opressão e exploração do trabalho da mulher, trabalhadora sexual, foco deste estudo.

A prostituição nos remete a uma atividade laborativa que precisa ser olhada considerando as formas como a própria sexualidade foi sendo vista e tratada pelas sociedades ao longo do tempo, assim como as estruturas e papéis de gênero (Lobo, 2017).

É inegável que se tratava de uma atividade econômica que contribuía na circulação do dinheiro. Além disso, era vista como um “mal necessário”[4], podendo ser praticada no submundo da sociedade para atender as necessidades sexuais do homem viril. No entanto, pode-se dizer que, nesse processo, há uma naturalização falaciosa da prostituição, que encobre e invisibiliza socialmente as mulheres, trabalhadoras sexuais, que passam a ser vistas como objeto de desejo masculino, e não mulheres autônomas, sujeitas de desejo, trabalhadoras, cidadãs.

Ao discutir o processo de invisibilização da prostituta, Lobo (2017, p. 61) afirma que esse processo é baseado em uma lógica moral em torno da sexualidade, elaborada por homens e imposta às mulheres como forma de dominação, culpabilizando e marginalizando e, consequentemente, invisibilizando aquelas que não se enquadram e quebram a relação de domínio e controle sexual dos próprios corpos. A intenção de invisibilidade se faz enquanto uma tentativa de romper com o potencial político das mulheres, que passariam a descobrir que os seus corpos são de sua propriedade e esta propriedade poderia se desenvolver livremente. Porém, essa liberdade é uma ameaça à ordem burguesa estabelecida.

[4] A prostituição é frequentemente vista como um “mal necessário” devido à sua funcionalidade dentro da ordem patriarcal e capitalista. Para Rago (1997), essa perspectiva decorre da necessidade de disciplinar a sexualidade feminina, mantendo a separação entre a mulher "honesta", ligada à família e à maternidade, e a mulher prostituta, destinada a satisfazer os impulsos sexuais masculinos sem comprometer a moralidade conjugal. Jurandir Freire Costa (1999) complementa ao destacar que os discursos médicos e morais legitimavam essa divisão ao enquadrar a prostituição como um espaço de contenção dos instintos masculinos e, ao mesmo tempo, como uma forma de preservar a estrutura familiar burguesa. Assim, a prostituição, embora moralmente condenada, era tolerada e regulamentada como um mecanismo de controle social, garantindo a estabilidade das relações familiares e da ordem pública.

Voltemos aqui à cena inicial apresentada nesse texto. Mulheres trabalhando no contexto da prostituição que compartilhavam um cotidiano social marcado pela necessidade do trabalho para a própria subsistência e de sua família. Mulheres que exercem o trabalho sexual, vendendo sexo como um produto, investidas de seu corpo e sua força de trabalho.

Neste ponto, apresento essas problematizações considerando o trabalho sexual na sociedade contemporânea em que a classe trabalhadora está sujeita a um processo de precarização do trabalho e intensa exploração. Considerando o contexto brasileiro, vimos acontecer, a partir dos anos de 1990, o aumento do desemprego dentro de uma condição estrutural, intensificando o avanço da precarização. Enquanto reflexo desse processo, assistimos ao aumento da desigualdade de renda, agravada por questões raciais e de gênero, assim como o aumento significativo do trabalho ilegal e informal (Mattos, 2019).

Parto da hipótese de que esse processo de precarização do trabalho, desigualdade social, aumento do trabalho informal e feminização do mercado de trabalho, também contribuem para a "escolha"[5] pelo trabalho sexual, principalmente aqueles mais insalubres, que chamo aqui de prostituição de baixa renda, foco que dou a este estudo.

Dessa forma, a invisibilidade da prostituição serve à reprodução da dominação masculina e à lógica de exploração na sociedade capitalista, que intensifica a exploração da mulher, não remunerada, e da trabalhadora sexual remunerada.

No que se refere ao trabalho sexual, as questões apresentadas, relacionadas à invisibilidade que envolve essa atividade laborativa, nos levam a problematizá-lo no contexto da sociedade capitalista. O trabalho sexual, assim como qualquer outro trabalho, nas condições histórico-sociais contemporânea, está sujeito às dinâmicas da alienação e exploração. No entanto, podemos dizer que há uma intensa exploração sobre o trabalho e atividades desenvolvidas por mulheres, no âmbito público e privado. Essa intensa exploração, muitas vezes, passa desapercebida diante "[...] à naturalização da subalternidade das mulheres nesta sociedade, assim como de papéis por elas desempenhados" (Cisne, 2015, p. 121). Podemos dizer que, na dinâmica do trabalho sexual exercido por mulheres, isso se intensifica, e a

[5] Coloco a palavra escolha entre aspas, pois pergunto aqui se de fato há liberdade de escolha no contexto de trabalho contemporâneo.

invisibilidade possibilita que o capital se aproprie, de maneira ainda mais intensa e perversa, para exploração da força de trabalho.

Nesse sentido, esbarro também em uma questão importante no debate sobre a prostituição no que diz respeito à diferença entre trabalho sexual e exploração sexual. Não quero aqui negar a existência da exploração sexual. O que distingue um do outro é o consentimento da atividade. Nesses termos, “[...] A prostituição voluntária é o trabalho sexual prestado por uma pessoa capaz, em troca de uma determinada remuneração, não se afigurando a coação, ameaça ou violência que se impõem na exploração sexual” (Piscitelli, 2013, p. 151).

Considerando esse ponto, convido a pensarmos o trabalho sexual no contexto da prostituição a partir de uma perspectiva de direito sexual, processo reivindicatório da apropriação dos diversos usos dos seus corpos, da sua genitália e das suas representações simbólicas e afetivas para obter dinheiro (Olivar, 2012), podendo também ser discutido dentro da órbita de direitos fundamentais e trabalhistas. Ao olhar sob essa ótica, damos visibilidade à sexualidade e ao direito pelo próprio corpo. Assim, questionamos as perspectivas que vitimizam e/ou estigmatizam e invisibilizam a trabalhadora sexual. Ademais, ao visibilizarmos o trabalho sexual no contexto da prostituição a partir do direito sexual, abrimos espaço também para refletirmos sobre o trabalho sexual não remunerado das mulheres, vinculadas as funções femininas no âmbito da família hetero-patriarcal monogâmica, colocando em xeque o “trabalho de amor”, desnaturalizando papéis e funções ditas femininas, que subordinam a mulher no mundo do trabalho.

Destarte, essa discussão não deixa de me atravessar enquanto mulher... mulher profissional, mulher do trabalho doméstico, mulher mãe, mulher sujeito político. Me inquietando a pensar que não estamos tão distantes socialmente da mulher, trabalhadora sexual, prostituta.

No capítulo 1, buscamos estabelecer os fundamentos teóricos do trabalho e da exploração como pilares para a análise. Sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético, esses fundamentos teóricos são examinados em relação aos desdobramentos da sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista. Além disso, o capítulo aborda o panorama do mundo do trabalho na atualidade, destacando a divisão sexual e racial do trabalho e a feminização do trabalho. Essas dinâmicas são analisadas como mecanismos estruturais que reforçam as estratégias de exploração

do capital, permitindo uma compreensão mais ampla das relações entre gênero, raça e classe no cenário contemporâneo.

No capítulo 2, traçamos um panorama sobre a trajetória histórica da prostituição, explorando como, ao longo do tempo, o controle da sexualidade, da autonomia e do trabalho reprodutivo das mulheres se consolidou como parte dos mecanismos de dominação social. Também abordamos as particularidades do contexto brasileiro, marcado pela herança colonial, e os impactos dessa lógica nas condições de vida e trabalho das mulheres que atuam na prostituição.

Ademais, são discutidos os debates em torno da prostituição, incluindo questões como higienização, trabalho, legalização e exploração, além de sua configuração no capitalismo contemporâneo como atividade inserida nas dinâmicas do trabalho (re)produtivo. Ao articular essas temáticas, o capítulo buscou contribuir para uma análise crítica das condições estruturais que atravessam a realidade das trabalhadoras sexuais.

No capítulo 3, apresentamos a pesquisa[6] descrevendo os caminhos metodológicos, apresentando o contexto do trabalho de campo, as participantes e suas histórias. As narrativas evidenciam tanto os mecanismos de opressão e exploração que as atravessam quanto sua capacidade de se afirmarem como protagonistas de suas trajetórias, rompendo com a visão reducionista que as colocaria apenas como vítimas.

As entrevistas, registradas em áudio e transcritas, foram analisadas à luz do materialismo histórico-dialético e de estudos sobre prostituição, também abordados nesta tese. Esse processo permitiu identificar temas recorrentes, contextualizando as vivências das participantes. A categorização dos trechos mais relevantes destacou aspectos centrais para compreender as dinâmicas sociais e econômicas que permeiam suas realidades.

[6] Consideramos importante informar que o Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa, campus Monte Alegre da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – CEP - PUC/SP, aprovou integralmente o projeto inscrito com CAAE 80839924.7.0000.5482.

1 TRABALHO E EXPLORAÇÃO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE HETERO-PATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA

Este capítulo tem como proposta situar os fundamentos teóricos do trabalho e da exploração sinalizando alguns desdobramentos desta exploração na sociedade hetero-patriarcal-racista e capitalista sob a luz da perspectiva do materialismo histórico-dialético. Trabalho e exploração são categorias fundamentais para a compreensão do objeto central desta tese: a exploração do trabalho sexual de mulheres de baixa renda no contexto da prostituição no capitalismo contemporâneo.

Também situaremos o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, com destaque para as questões da divisão sexual do trabalho e da feminização do mundo do trabalho, entendidas como estratégias fundamentais de exploração do capital.

1.1 O TRABALHO COMO CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL E SUAS CONFIGURAÇÕES NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Começamos aqui refletindo sobre a categoria trabalho a partir da perspectiva marxiana. A proposta é que possamos situar o trabalho enquanto categoria fundante do ser social, apontando para a centralidade deste na constituição da sociabilidade humana e as configurações que foi assumindo na sociedade capitalista.

Partimos da perspectiva ontológica para fazermos algumas reflexões. Nesse sentido, entendemos que, para a sobrevivência da humanidade e a reprodução da sociedade, a partir da satisfação material de suas necessidades, se faz na interação com a natureza à medida que homens e mulheres transformam, através do trabalho, matérias naturais em produtos que atendem as suas necessidades. Sabemos que outras espécies animais mantêm seu ciclo de vida a partir de atividades na relação com a natureza. No entanto, para as outras espécies, essas atividades são geneticamente determinadas, que aqui entendemos caracterizar-se diferente do trabalho. O que chamamos aqui de trabalho foi se estruturando e se desenvolvendo dentro de um longo processo de tempo, rompendo com o padrão natural das atividades estabelecidas pelos animais (Marx, 2013):

> O engendrar prático de um mundo objetivo, a elaboração da natureza inorgânica é a prova do homem enquanto um ser genérico consciente, isto é, um ser que se relaciona com o gênero enquanto sua própria essência ou [se relaciona] consigo enquanto ser genérico. É verdade que também o animal produz. Constrói para si um ninho, habitações, como a abelha, castor, formiga etc. No entanto, produz apenas aquilo de que necessita imediatamente para si ou sua cria; produz unilateral[mente], enquanto o homem produz universal[mente]; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela; o animal só produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz a natureza inteira; [no animal,] o seu produto pertence imediatamente ao seu corpo físico, enquanto o homem se defronta livre[mente] com o seu produto. O animal forma apenas segundo a medida e a carência da species à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer species, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; o homem também forma, por isso, segundo as leis da beleza (Marx, 2004, p. 85, grifos no original).

Para Marx (2013), a ação desenvolvida pelo ser humano em contato com a natureza é impulsionada por forças naturais do seu corpo (braços, pernas, cabeça, mãos), apropriando-se dos seus recursos e imprimindo utilidade à vida humana. Nesse movimento, o ser humano transforma a natureza externa, mas também modifica sua própria natureza, desenvolve o trabalho e, ao mesmo tempo, é transformado no processo de trabalho. Ou seja, o trabalho constitui o homem enquanto ser social, devendo ser inicialmente considerado “[...] o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada” (Marx, 2013, p. 326). Nas palavras de Marx (2013, p. 327), “[...] os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios”.

A especificidade do trabalho está na relação mediada entre o sujeito que executa a ação e o seu objeto, tendo sempre um instrumento de trabalho. Diferentemente, a natureza não cria instrumentos. O processo de criação de instrumentos de trabalho apresenta para o sujeito do trabalho o problema dos meios e dos fins e a necessidade de escolhas. Nesse sentido, o sujeito precisa idealizar antecipadamente o que pretende alcançar, projetando o resultado do seu trabalho, a partir do processo teleológico. Os homens e as mulheres que trabalham são dotados de consciência, uma vez que concebem previamente o desenho e a forma que querem dar ao objeto do seu trabalho. A esse respeito, Marx, (2013, p. 255-256) traz a seguinte ponderação:

> Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

Lukács (2012) vai chamar esse processo de prévia ideação, sendo essencial para a efetivação do trabalho. Netto & Braz (2012, p. 44, grifos no original) nos ajudam a entender essa questão:

> De uma parte, o fim (a finalidade) é como que antecipado nas representações do sujeito: idealmente (mentalmente, no seu cérebro), antes de efetivar a atividade do trabalho, o sujeito prefigura o resultado da sua ação. Não é importante saber em que medida o fim a ser alcançado corresponderá mais ou menos à idealização (prefiguração) do sujeito; importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia — mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Entretanto, se essa prefiguração (ou, no dizer de Lukács, essa prévia ideação) é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração ideal se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada. O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua.

O trabalho é o que dá origem ao processo de humanização, exigindo, desde suas formas mais primárias, algum conhecimento da natureza, certo nível de sociabilidade e o desenvolvimento da capacidade de projetar idealmente o produto que se pretende alcançar. O trabalho só se realiza quando essa prefiguração inicial se objetiva, implicando um movimento indissociável, no plano subjetivo, quando o sujeito idealiza sua ação, e no plano objetivo, quando realiza o trabalho transformando a natureza. Nesse sentido, o trabalho é a única atividade humana, verdadeiramente, dotada de um fazer teleológico, essencial no processo de compreensão do fim e dos meios do trabalho, em que o sujeito precisa fazer escolhas entre alternativas concretas, que envolvem elementos decisivos para o resultado do trabalho (Netto; Braz, 2012).

Assim, podemos dizer que a partir do trabalho surge o processo de humanização, o trabalho é ponto de partida para a constituição do ser social, visto que se converteu em um momento de mediação sociometabólica entre a humanidade e a natureza:

> Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana (Marx, 2013, p. 120).

Existe no trabalho um processo de transformação recíproca que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana.

Nesse sentido, Marx (2013, p. 780) observa que “[...] considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução”. O trabalho desempenha um papel crucial nas relações de produção e reprodução da vida, bem como na dinâmica da sociedade, posicionando-se no centro das interações sociais. A maneira como se organiza a produção em uma sociedade específica tem um impacto direto sobre as relações sociais e as condições de vida:

> O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem uma medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha (Marx, 2013, p. 329-330, grifos no original).

Ao olharmos para as condições sócio-históricas que envolvem o trabalho, chegaremos à sociedade capitalista que transformou o trabalho em trabalho assalariado, alienado e fetichizado, convertendo uma atividade que, inicialmente, era fundamental para o ser social em meio de subsistência. No capitalismo, o trabalho se diferencia principalmente pelo fato de o trabalhador estar separado dos meios de produção, que são de propriedade da classe capitalista:

> O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (Marx, 2013, p. 786).

Nesse contexto, a condição central do trabalho é o assalariamento, em que o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário:

> Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie (Marx, 2013, p. 187).

Esse esforço, denominado trabalho vivo, aplicado sobre o trabalho já realizado, resulta na produção de bens com valor de uso. No modo de produção capitalista, a força de trabalho se transforma em mercadoria, cuja finalidade é criar valores de uso e de troca para o próprio capital, valorizando-o.

Marx (2004), nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, irá afirmar que essa primeira atividade humana vital é metamorfoseada. O modo de produção capitalista fez com que o ser humano passasse a produzir não mais bens úteis necessários para a existência humana, mas bens necessários, que se transformam em mercadorias para o enriquecimento dos proprietários dos meios de produção, proprietários também dessas mercadorias, que conseguem extrair a mais-valia e o lucro nesse processo. Assim, o que deveria ser fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham:

> Coloquemo-nos agora totalmente do ponto de vista do economista nacional e comparemos, segundo ele, as reivindicações teóricas e práticas do trabalhador. Ele nos diz que, originária e conceitualmente, o produto total do trabalho pertence ao trabalhador. Mas ele nos diz, ao mesmo tempo, que, na realidade efetiva (Wirklichkeit), ao trabalhador pertence à parte mínima e mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores. Diz-nos o economista nacional que tudo é comprado com trabalho, e que o capital nada mais é do que trabalho acumulado. Mas ele nos diz, simultaneamente, que o trabalhador, longe de poder comprar tudo, tem de vender-se a si próprio e a sua humanidade (Marx, 2004, p. 28, grifos no original).

Marx (2013, p. 331) explica, então, que a compra da força de trabalho pelo capitalista desponta dois fenômenos: “[...] O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. [...] Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador”. A sociedade capitalista se baseia na relação entre capital e trabalho, em que a classe trabalhadora, desprovida dos meios de produção, vende sua força de trabalho, utilizando sua

energia para a produção de mercadorias. A classe burguesa, que detém os meios de produção, adquire essa força de trabalho e se apropria da riqueza gerada pelos trabalhadores, pois as mercadorias pertencem ao proprietário dos meios de produção e não àqueles que efetivamente as produziram. Como bem assinala Marx (2013, p. 786), "[...] O trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si". Ademais, ressalta ainda a esse respeito:

> O operário torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O operário torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas cresce a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o operário como uma mercadoria, e com efeito na mesma proporção em que produz mercadorias em geral (Marx, 2004, p. 80).

Nesse processo, o trabalho se torna uma atividade alienada. Primeiro porque há uma separação entre os/as trabalhadores/as e o que eles/as produzem. Não se produz mais por necessidade humana, mas por necessidade do mercado, e o produto gerado pelos/as trabalhadores/as é distinto de quem os produziu. Essa quebra de sentido na relação entre o produto do trabalho e o produtor é a manifestação da alienação:

> Este fato não exprime senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, enfrenta-o como um ser estranho (ein fremdes Wesen), como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou, ele é a objetificação do trabalho. A realização do trabalho é a sua objetificação. Esta realização do trabalho aparece na situação nacional-econômica como desrealização do operário, a objetivação como perda do objeto e servidão do objeto, a apropriação como alienação (Entfremdung), como desapossamento (Entäusserung) (Marx, 2004, p. 62, grifos no original).

Marx (2004) coloca ainda que a alienação não se resume a essa condição. A alienação do produto que se separa do produtor decorre da alienação que ocorre na própria atividade produtiva. O ser humano se desefetiva do processo de produção ao invés de se efetivar. Essa separação entre o trabalhador e o ato produtivo faz com que ele não se reconheça no trabalho que ele realiza. Ao passo que, se ele não se reconhece no produto que ele cria, e não se reconhece na atividade produtiva que

gerou aquele produto, ele não se reconhece como membro do gênero humano no trabalho. A partir daí, o ser humano se desumaniza no trabalho:

> Todas as consequências repousam na determinação de que o operário se relaciona com o produto do seu trabalho como um objeto estranho. Pois segundo este pressuposto é claro: quanto mais o operário se esmera tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, estranho, que ele cria perante si próprio, tanto mais pobre ele próprio, o seu mundo interior, se tornam, tanto menos lhe pertence de seu. Na religião é igualmente assim. Quanto mais o homem põe em deus com tanto menos fica em si próprio. O operário põe a sua vida no objeto; porém, então, ela já não lhe pertence, mas ao objeto. Portanto, quanto maior é esta atividade, tanto mais privado de objeto fica o operário. O que o produto do seu trabalho é, ele não é. Quanto maior, portanto, é esse produto tanto menos ele próprio é. O desapossamento do operário no seu produto tem o significado não só de que o seu trabalho se torna um objeto, uma existência exterior, mas também de que ele existe fora dela, de que a vida, que ele emprestou ao objeto, o enfrenta de modo estranho e hostil (Marx, 2004, p. 63).

A perda de si mesmo decorre do fato de que o produto do trabalho não pertence ao trabalhador. À medida que seu trabalho e sua produção aumentam, o mundo objetivo, composto pelas coisas, se fortalece, tornando-o ainda mais alienado. O homem só pode existir, primordialmente, como trabalhador, e é na sua existência enquanto tal que ele se constitui como sujeito físico, sendo que “[...] apenas enquanto sujeito físico ele é trabalhador” (Marx, 2004, p. 63).

Contudo, podemos dizer que, com o advento do capitalismo, o trabalho humano se alterou e se complexificou de forma expressiva. Nos tempos primitivos, tanto o caçador quanto o agricultor compartilhavam e consumiam com seus pares o fruto de seu trabalho. O escravo, por sua vez, trabalhava principalmente para suprir as necessidades de seu senhor e, em menor grau, as próprias. Já o artesão, de maneira independente, trocava ou vendia os bens que produzia. Diferentemente deles, o operário moderno trabalha sob a supervisão de um capitalista, que se apropria do que é produzido para, posteriormente, comercializá-lo. Esses bens não possuem valor de uso para o capitalista, mas têm valor para aqueles que os adquirem no mercado. Para ele, seu valor reside apenas na possibilidade de troca (valor de troca), ou seja, na capacidade de serem vendidos e convertidos em outros produtos — em essência, são mercadorias (Coggiola, 2021, p. 28).

No modo de produção capitalista, o trabalho é atividade criadora de valor e só se realiza sob a gerência do capital. Processa-se uma subsunção do trabalho ao capital. Uma característica que diz respeito à classe trabalhadora, dentro do modo de

produção capitalista, é que esta conta apenas com a sua força de trabalho, que ela vende como mercadoria para o capital. Enquanto classe trabalhadora, vendemos nossa capacidade de usar o corpo para a produção de algo, e essa característica nos difere dos donos do capital e nos coloca em condição de igualdade com toda a classe trabalhadora[7].

Como destacado por Marx (2013, p. 352), "[...] o mais-valor resulta apenas de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho"" Como mencionamos, no sistema capitalista, o trabalhador assume o papel de mercadoria, sendo sua sobrevivência condicionada à venda de sua força de trabalho, que gera mais-valia. Assim, a criação de bens com valor socialmente útil incorpora um valor (valor de uso), permitindo sua transformação em valor de troca (mercadoria). Contudo, a classe capitalista não se limita a acumular capital através da circulação de mercadorias; ela depende essencialmente da exploração do mais-valor, que ocorre quando o trabalho vivo é objetivado sobre o trabalho já realizado:

> A transformação original do dinheiro em capital consuma-se, portanto, na mais rigorosa harmonia com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedade delas derivado. Mas, apesar disso, ela tem por resultado:
>
> 1) que o produto pertence ao capitalista, e não ao trabalhador;
> 2) que o valor desse produto, além do valor do capital adiantado, inclui um mais-valor, o qual, embora tenha custado trabalho ao trabalhador e nada ao capitalista, torna-se propriedade legítima deste último;
> 3) que o trabalhador conservou consigo sua força de trabalho e pode vendê-la de novo, sempre que encontrar um comprador (Marx, 2013, p. 804).

Essa relação, comandada pelo capital, é de exploração e alienação. O processo de trabalho está submetido à lei geral da acumulação capitalista, e a pobreza é resultado da acumulação privada de capital a partir da exploração da mais-valia na relação capital e trabalho.

Para trazer algumas reflexões sobre as formas de exploração da classe trabalhadora na sociedade capitalista, precisamos falar sobre mercadoria, valor e trabalho, sendo esses três os conceitos centrais que serão trabalhados por Marx no livro I do Capital: Crítica a Economia Política.

Nas sociedades pré-capitalistas, a mercadoria já era parte de sua composição: nas sociedades antigas, Grécia e Roma, já existiam relações mercantis, assim como

[7] Apesar de a classe trabalhadora se caracterizar de forma heterogênea, como falaremos mais adiante.

mercadoria; no feudalismo, a mercadoria era resultado do excedente produzido; nas grandes navegações já existia uma rota comercial de mercadorias. No entanto, será no capitalismo, que a mercadoria ganhará uma forma social, um valor econômico abstrato, que irá garantir que ela se expanda e alcance status central para toda a dinâmica social. Como pontua Marx (2013, p. 158), “[...] sob o capitalismo, tudo é uma enorme coleção de mercadorias.

No modo de produção capitalista, a palavra “mercadoria” está relacionada a “mercado”. Ao vender nossa força de trabalho ao capitalista, nós produzimos um produto, fruto do nosso trabalho. Mercadoria é, então, a forma social que é determinada pelo mercado a partir do produto do nosso trabalho. No capitalismo, tudo que é produzido com a intenção de venda ou compra é uma “commodity” – na tradução do inglês, uma mercadoria. Grespan (2021, p. 30), no livro *Marx: uma introdução*, irá trazer uma explicação suscinta para que possamos pensar: “[...] A mercadoria também é a forma pela qual o sistema se generaliza, e se expande, destinando, ao mercado todos os produtos do trabalho, uma vez que a fonte criadora desses produtos, a força de trabalho, assume, igualmente, a forma de mercadoria”. Nesse sentido, nossa força de trabalho é vendida como mercadoria no mercado de trabalho. A força de trabalho adquirida pelo capitalista não tem o propósito de atender às suas necessidades pessoais, mas sim de aumentar seu capital, produzindo mercadorias que incorporam mais trabalho do que o efetivamente pago ao trabalhador. Destarte, “[...] A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção” (Marx, 2013, p. 841).

No livro I do *Capital: Crítica à economia política*, Marx (2013) irá destrinchar sua teoria do valor, momento em que ele começa com uma análise da forma social da mercadoria, sendo ela a forma mais simples do capitalismo. Para o autor, a mercadoria tem um duplo caráter, uma oposição interna. Essa oposição interna está relacionada ao que ele chama de valor de uso e valor de troca, e, assim como a mercadoria, o trabalho também possui esse caráter duplo.

O valor de uso está relacionado ao objetivo que aquela mercadoria irá cumprir, a que ela se destina, sua utilidade. Quando a mercadoria é produzida para atender ao mercado, através do trabalho, é atribuído a ela um valor. Inclusive, uma das críticas de Marx a Adam Smith está localizada nesse aspecto. Adam Smith acreditava que o trabalho era o responsável pela atribuição de valor a mercadoria, o que não deixa de ser verdade. No entanto, para Marx, a análise é mais complexa, e o trabalho também

precisa ser analisado, ainda, por uma distinção própria do processo de trabalho, em trabalho concreto e trabalho abstrato.

Vejamos: a partir do trabalho, produzimos o produto. Esse produto, no modo de produção capitalista, chamamos de mercadoria, e essa mercadoria possui um valor de uso e um valor de troca.

Se pegarmos como exemplo dois produtos que têm mesma utilidade, como um sapato, por exemplo, este tem atrelado ao seu valor de uso sua funcionalidade, como a proteção para os pés, vestimenta, entre outras. No entanto, ao pegarmos um sapato Manolo Blahnik[8] e outro sapato sem uma marca específica, podemos considerar que, no processo de fabricação, os produtos utilizados podem ser parecidos. Todavia, o que irá atribuir seu valor no mercado está relacionado ao valor de troca.

Voltemos ao trabalho para a produção da mercadoria no modo de produção capitalista. O trabalho, também como mercadoria, tem valor de uso e valor de troca. Ele pode estar relacionado ao trabalho concreto, que envolve o material, os instrumentos utilizados, entre outros aspectos. Ou seja, qualificações específicas para a produção daquela mercadoria, aquilo que conseguimos ver quando observamos uma pessoa trabalhando. O trabalho concreto produz um valor de uso concreto.

No entanto, o processo de trabalho também estaria relacionado ao valor econômico abstrato que se expressa como valor de troca, que vai nos dizer o quanto vale o trabalho efetivamente, e qual seria o valor, em dinheiro, que se pagaria por esse trabalho. De acordo com Marx (2013), a razão está no uso do tempo de trabalho, aceito pela sociedade como parte do tempo de trabalho social total. Apenas uma sociedade focada na criação do valor de troca, ou seja, que produz mercadoria, pode estabelecer o valor econômico abstrato. E essa relação não é constituída apenas pelo ato de produzir algo, pois posso produzir algo que me gere um grande esforço e isso não ter nenhum valor.

Marx (2013) explica que o trabalho concreto é uma necessidade da vida humana em todas as sociedades, porém a produção do valor econômico abstrato não é uma necessidade para a vida humana. Este só é necessário em uma economia que repousa sobre a produção de mercadorias. A mercadoria é uma forma social histórica especial do produto do trabalho, e só com essa forma social histórica é que existe o valor. Apenas assim o trabalho pode produzir valor. Nesse sentido, estamos falando

[8] Uma das marcas de sapatos mais luxuosas atualmente.

de trabalho abstrato. O valor abstrato, esse atributo historicamente específico, é misturado com a necessidade histórica de produzir valores de uso.

Podemos perceber que existe uma dualidade relacionada à forma como as mercadorias se apresentam e o processo que as transforma em mercadoria, bem como sobre a atribuição de valor a elas e a relação que elas estabelecem no mercado.

O modo de produção capitalista como uma forma de vida, relação social, maneira de produzir e reproduzir e entender a realidade instaura uma sociedade na qual não é a relação entre pessoas e a necessidade delas que aparece em primeiro plano, mas a relação entre mercadorias. No capitalismo, o trabalho passa a produzir a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria. Conforme mencionamos anteriormente, nas palavras de Marx (2004, p. 80), a "[...] valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens", uma vez que "[...] o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria".

Podemos pensar sobre as formas de exploração do trabalho, enquanto mercadoria, no modo de produção capitalista. Coggiola (2021) nos ajuda a retomar sobre a condição de exploração a partir de Marx, dizendo que a possibilidade de existência do trabalho assalariado enquanto fenômeno social dominante só pode existir quando houver a separação dos produtores de seus meios de produção e, por conseguinte, a classe trabalhadora, que se constitui como tal no momento em que há a expropriação dos trabalhadores de suas condições e meios de trabalho:

> O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (Marx, 2013, p. 786).

A conversão da capacidade para o trabalho, ou podemos chamar também de força de trabalho, em mercadoria, e sua delimitação numa esfera definida da vida social é o trabalho assalariado. Como já expusemos aqui, o valor dos produtos transformados em mercadorias está atravessado pelo trabalho humano abstrato contido nelas. O objetivo do capitalista com essa mercadoria é obter um lucro. Isso só é possível na extração de mais-valor do trabalho excedente. Aqui é importante lembrarmos que quem cria novo valor não é a matéria-prima e nem a máquina, e sim

a força de trabalho humana: “[...] a única mercadoria cujo valor de uso consiste em criar valores superiores àqueles que são necessários para produzi-la” (Coggiola, 2021, p. 33).

Podemos refletir da seguinte forma: o valor da força de trabalho equivale ao tempo de trabalho necessário para a produção de meios de subsistência ao trabalhador, e o trabalhador leva parte da sua jornada de trabalho para alcançar. No restante do tempo, o trabalhador trabalha para o capitalista, produzindo valor excedente (mais-valor), isto é, sem receber o valor que gerou, pois esse valor é apropriado pelo capitalista. A extração de mais-valor do trabalho pelo capitalista constitui a exploração capitalista do trabalho assalariado. Podemos chamar de taxa de exploração, ou taxa de mais-valia, essa relação estabelecida entre trabalho necessário e trabalho excedente (Marx, 2013).

No processo cotidiano de trabalho, os trabalhadores não conseguem distinguir entre trabalho necessário e trabalho excedente, considerando que o trabalho assalariado oculta essa exploração ao partir da lógica do “trabalho livre”, na qual o contrato de trabalho estabelece que o produto do trabalho pertence ao capitalista e que este remunera com o salário todo o seu trabalho. Em certa medida, há uma sensação de injustiça pelos trabalhadores, mas na sua experiência cotidiana não se alcança a adequada compreensão dela (Netto; Braz, 2012).

Segundo Marx (2013, p. 450), há dois processos que acontecem, no primeiro, “[...] o valor ou preço da força de trabalho toma aparência do preço ou valor do próprio trabalho, ainda que a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido”. No segundo, “[...] ainda que só pague uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que esse trabalho não remunerado ou sobretrabalho seja precisamente o fundo de que forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo trabalho é trabalho pago”.

Na condição de exploração, é interessante para o capitalista extrair, cada vez mais, tempo de trabalho excedente da jornada total de trabalho, ou sobretrabalho. Uma das formas utilizadas pelo capitalista é a ampliação da jornada de trabalho, sem ampliação do pagamento do salário. No entanto, ele esbarra nas limitações relacionadas à energia vital e força física do operário. Além disso, os movimentos de lutas e resistências da classe operária ao longo da história possibilitaram a existência contornos políticos ao cotidiano da classe trabalhadora e estabeleceram alguns limites aos interesses capitalistas (Netto; Braz, 2012).

Outra maneira utilizada é a intensificação do ritmo de trabalho. Usando de vigilância e controle do tempo, o capitalista obriga o trabalhador a trabalhar no ritmo e no tempo por ele determinado para o aumento da produção de mercadorias. Em ambas as situações, não há alteração do tempo de trabalho necessário, e. com o aumento do trabalho excedente, o capitalista consegue produzir a mais-valia absoluta.

Agora, se o capitalista consegue reduzir o tempo de trabalho necessário, aumenta a produção de mais-valia relativa. Para isso, ele reduz o valor da força de trabalho mediante a introdução de inovações científicas e tecnológicas. Assim, consegue potenciar a produtividade do trabalho a partir do desenvolvimento de forças produtivas, contribuindo para o aumento de trabalho excedente, sem ampliação da jornada de trabalho (Netto; Braz, 2012).

Marx (2013) sintetiza esse processo da seguinte forma:

> Ao mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valor absoluto; ao mais-valor que, ao contrário, deriva da redução do tempo do trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho chamo de mais-valor relativo (Marx, 2013, p. 457).

Nesses casos, podemos perceber que o que está em questão é sempre a necessidade de incrementar a produção de mais-valia a partir do aumento da exploração do trabalho e, consequentemente, da pauperização dos trabalhadores. O importante é que se cumpra com a ordem de reprodução do capital, condicionada à manutenção dessa força de trabalho. Assim, “[,,,] A manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para a reprodução do capital” (Marx, 2013, p. 463).

O capitalista sempre irá lidar com a força de trabalho da mesma forma que ele lida com as outras mercadorias, tentando comprá-la pelo preço mais baixo possível para que possa extrair o máximo de mais-valia possível. Sendo assim, a força de trabalho como uma mercadoria pode apresentar preços abaixo ou acima de seu valor. O valor pago a mercadoria força de trabalho é representado pelo salário:

> O salário cumpre a função de ocultar o trabalho não pago, que é embolsado pelo capitalista. Aparece como pagamento do trabalho realizado pelo operário, mas, na realidade, é o pagamento da produção e reprodução de sua força de trabalho, ou seja, dos meios de subsistência necessários para manter o operário vivo e trabalhando. É sobre essa ficção que se constrói todo o edifício da legislação trabalhista, os contratos de trabalho, etc. Trata-

> se de uma mistificação que cumpre a função de manter os operários acorrentados à exploração capitalista (Coggiola, 2021, p.56).

Para pressionar os salários para baixo, os capitalistas contam com um contingente de desempregados o qual não encontra compradores para sua força de trabalho, o que Engels vai chamar de exército industrial de reserva. A existência permanente, no modo de produção capitalista, dessa massa de desempregados está relacionada ao próprio movimento de acumulação do capital, que, ao demandar de máquinas, instrumentos e insumos, mais do que da força de trabalho, vai gerando uma parcela de supérfluos, uma superpopulação relativa (Netto; Braz, 2012):

> A acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos ao concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (Marx, 2013, p. 460).

Como componente eliminável da dinâmica do capital, o contingente de desempregados, além de ajudar a pressionar os salários para um nível inferior, contribui para que o capital possa mobilizar essa massa populacional, até mesmo deslocando-a geograficamente para atender aos seus interesses.

Cabe ainda ressaltar que o modo de produção capitalista não impacta os trabalhadores apenas com o desemprego. A essência exploradora da ordem do capital traz consigo também processos de pauperização permanentes, que podem ser sentidos com a degradação geral nas condições de vida da classe trabalhadora vivida na queda do salário real, na intensificação do ritmo do trabalho, no aumento do desemprego, que podemos chamar de pauperização absoluta. Mas há também aquela que ocorre quando as condições de vida da classe trabalhadora melhoram, porém com a redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados com o desenvolvimento capitalista. Nesse caso, podemos chamar de pauperização relativa (Netto; Braz, 2012).

Assim, a exploração no capitalismo não se limita à expropriação direta da força de trabalho, mas se desdobra em múltiplas formas de pauperização, seja ela absoluta ou relativa, evidenciando a permanente contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a reprodução das condições de vida da classe trabalhadora. Essa dinâmica se torna ainda mais complexa no capitalismo contemporâneo, em que profundas transformações reconfiguram o mundo do trabalho.

1.2 AS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O que chamamos aqui de capitalismo contemporâneo constitui a terceira fase do estágio imperialista. No centro de sua dinâmica, está o protagonismo dos monopólios. Essa configuração instaura-se nos anos 1970, com o início de uma crise sistêmica do sistema capitalista (Netto, 2012), e transforma a cena mundial, trazendo mudanças societárias significativas, traços novos e processos inéditos, envolvendo toda a estrutura da ordem do capital. Netto (2012) nos lembra que as crises são próprias da dinâmica capitalista, crises cíclicas que não garantem por si só o fim do capitalismo, mas o reordenamento do seu funcionamento objetivando a sua permanência.

A partir dos anos 1970, o contexto de crise traz profundas transformações societárias. Uma das mais representativas são as mudanças vividas no "mundo do trabalho", impactadas pelo processo de reestruturação produtiva, que visava a recuperar o padrão de acumulação que vinha perdendo sua hegemonia, desde o final da década de 1960, marcado também por intenso ciclo de greves e lutas sociais[9].

Para enfrentar a crise, dá-se início a um processo de reorganização do capital, acompanhado de ajustes em seu sistema político e ideológico de dominação. De acordo com Ricardo Antunes, esse movimento se manifestou principalmente através da ascensão do neoliberalismo, caracterizado pela privatização do Estado, pela desregulamentação dos direitos trabalhistas e pelo desmonte do setor produtivo estatal. Além disso, houve uma reestruturação da produção e do trabalho com o objetivo de fornecer ao capital os meios necessários para buscar os patamares de expansão anteriores, sem, no entanto, alterar os fundamentos essenciais do modo de produção capitalista (Antunes, 1999).

Vou me ater, de forma mais contundente, aos processos de reestruturação produtiva e ao aumento do exército industrial de reserva, tentando trazer as consequências desse processo para a classe trabalhadora.

As mudanças significativas no universo da produção englobam mudanças fabris, permeadas pelo grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a

[9] Particularmente na Europa Ocidental. No Brasil, havia uma sintonia com as manifestações que ocorriam no mundo a fora naquele momento, no entanto tinha enquanto particularidade a luta contra a ditadura militar (Antunes, 2011).

microeletrônica, transformando as relações de produção. Assim, novos processos de trabalho emergem dos novos processos produtivos, marcados pela transformação de uma acumulação mais rígida, própria do taylorismo-fordismo, para uma acumulação flexível, que caracteriza a terceira fase do estágio imperialista.

A reestruturação produtiva mantém características de produção em grande escala. No entanto, procura romper com a padronização, voltando-se para nichos específicos de consumo, atendendo variabilidades culturais e regionais. Para esse processo, conta também com a desterritorialização da produção, garantindo um movimento em que as unidades produtivas passam a ocupar novos territórios, principalmente áreas periféricas do mapa, possibilitando a intensificação da exploração da força de trabalho diante da possibilidade de oferecimento de baixos salários, em um contexto de direitos trabalhistas mais flexíveis e lutas sindicais menos organizadas (Netto; Braz, 2012).

Uma característica determinante para o desenvolvimento das forças produtivas, essencial à reestruturação produtiva, foi a intensa incorporação de tecnologias à produção, reduzindo de maneira significativa a demanda de trabalho vivo. Alguns pesquisadores chamaram o deslocamento do uso de suportes produtivos eletromecânicos para os eletroeletrônicos de “terceira revolução industrial”, trazendo uma série de impactos para a classe trabalhadora (Netto; Braz, 2012).

Podemos enumerar as implicações imediatas desse deslocamento: a primeira delas está relacionada à expansão das fronteiras do trabalhador coletivo[10], visto que há uma ampliação e complexificação das operações e atividades intelectuais solicitadas para a produção material. A segunda diz respeito às exigências requeridas à força de trabalho envolvida na produção, como qualificação mais alta e a necessidade de executar várias atividades de forma polivalente. Por outro lado, concomitante a essa exigência de qualificação, há também um aumento de atividades laborativas que são desqualificadas, o que contribui para a contratação de uma massa de trabalhadores desqualificados e que podem ser substituídos a qualquer momento (Netto; Braz, 2012).

[10] De acordo com Marx (2013, p. 584), trabalhador coletivo é a categoria que agrega uma combinação de trabalhadores, na manipulação do objeto sobre que incide o trabalho, podendo ser essa participação direta ou indireta.

Já a terceira diz respeito à gestão e controle da força de trabalho, que, investida na quebra da consciência de classe dos trabalhadores, se empenha no envolvimento destes, que passam a mergulhar no processo produtivo, vinculando seu êxito pessoal ao êxito da empresa. Para isso, utilizam-se de ferramentas de linguagem perversas que garantem a participação e envolvimento de forma manipulatória, com a adoção de nomenclaturas como “colaborador”, “associado”, entre outras, e gestão de equipes de forma que o trabalhador se sente envolvido e valorizado (Netto; Braz, 2012).

O processo de terceirização também é uma marca desse momento de mudança no perfil industrial em que “[...] os grupos monopolistas tratam de externalizar custos, mantendo o controle do conjunto da produção” (Netto; Braz, 2012, p. 229), utilizando do serviço de outras empresas nesse processo de terceirização para a efetivação da produção. Assim, inúmeros negócios de menor porte se vinculam e dependem das empresas que lideram o monopólio. Esse monopólio, por sua vez, controla o conjunto da produção, contudo ele mesmo nada produz. Enquanto corporação estratégica, passam a estabelecer significativo poder sociopolítico e tecnocultural, muitas vezes com potencial de poder superior à de alguns Estados nacionais.

Netto & Braz (2012, p. 230) nos lembram que “[...] Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho”. Marx (2013) já nos explicava que é tendência intrínseca à produção capitalista a redução do tempo de trabalho necessário para produzir os bens, garantida pela necessidade de se reduzir o tempo de trabalho individual de sua mercadoria perante o tempo de trabalho socialmente determinado, auferindo, assim, um lucro extra.

Isso impacta fortemente os trabalhadores que sofrem com redução salarial, com formas cada vez mais precárias de emprego, com perda de garantias sociais e direitos trabalhistas. No discurso dos defensores do capital, há a permanente defesa de formas precárias de emprego e do emprego parcial sem quaisquer garantias sociais, que conduzem o trabalhador a um único caminho: buscar sustento em várias ocupações simultaneamente. A ideia disseminada é de que a flexibilização e a desregulamentação das relações de trabalho aumentariam as chances de expansão do mercado de trabalho. No entanto, o trabalho flexibilizado e a desregulamentação vêm acompanhada de um desemprego maciço enquanto fenômeno permanente (Netto; Braz, 2012).

Com a reestruturação produtiva, o mercado de trabalho foi substantivamente alterado: há um pequeno grupo de trabalhadores qualificados e polivalentes nas grandes empresas que ainda dispõe de algumas poucas garantias e direitos. Por outro lado, há uma grande massa de trabalhadores submetidos a condições de trabalho caracterizado por alta rotatividade, salários baixos, poucas ou inexistentes garantias, muitos deles atrelados a empresas com suas atividades terceirizadas ou prestadores de serviço.

Nos países periféricos, a reestruturação produtiva se desenvolve de maneira distinta, influenciada pelas marcas históricas deixadas pelo colonialismo. No caso do Brasil, compreender esse processo exige, antes, um retorno às categorias formuladas por Ruy Mauro Marini, essenciais para analisar o papel do país no sistema capitalista global. A partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD), torna-se evidente que a industrialização na América Latina não ocorre de forma autônoma, mas sim subordinada aos interesses das economias centrais. Esse desenvolvimento se dá de maneira desigual e combinada[11], mesclando características arcaicas e modernas em uma dinâmica própria da periferia do capitalismo.

A dependência estrutural da América Latina tem suas raízes no período colonial, quando as nações da região estavam sujeitas ao domínio e aos interesses das Coroas ibéricas: Espanha e Portugal. Mesmo após a independência, essa assimetria se manteve, uma vez que os novos Estados latino-americanos passaram a contrair dívidas com o imperialismo britânico e, posteriormente, no século seguinte, tornaram-se alvo da exploração do imperialismo estadunidense. Como resultado, o endividamento externo gerou uma série de impactos:

> Esse sistema de dívida secular passou a ser importante instrumento de subordinação dos Estados e de transferência de valor às economias imperialistas exportadoras não apenas de produtos manufaturados, como também de capitais. Por esse motivo, impõe-se, por meio da liberalização dos mercados, maior extração de riqueza das economias dependentes, não apenas pela transferência de valor por diferencial de produtividade, como também pelas dívidas públicas e remessas de lucros, juros e dividendos, mediante o investimento estrangeiro direto (Araújo, 2023 p. 5).

[11] Ver em Trotsky, L. *A história da Revolução Russa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Também em Iani, Octavio**.** A Ditadura do Grande Capital. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Marini (1975) aponta que, nas relações entre economias centrais e dependentes, ocorre uma transferência desigual de valor, sempre em benefício das grandes potências capitalistas. Diante desse cenário, as elites dos países periféricos, na tentativa de compensar essas perdas, intensificam a exploração sobre a classe trabalhadora. Isso se dá pelo aumento do mais-valor absoluto, impondo condições ainda mais degradantes aos trabalhadores, caracterizando um processo de superexploração. O autor define essa superexploração nos seguintes termos:

> São negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (Marini, 1975, p. 13).

A mundialização do capital intensifica a dependência dos países periféricos, impulsionando uma nova divisão internacional do trabalho sob a lógica neoliberal. A reestruturação do capital, desencadeada após a crise estrutural das décadas de 1960 e 1970, promoveu a criação de novas fontes de mais-valia extraordinária por meio do avanço tecnológico e da fragmentação da produção. Esse processo teve como principal objetivo a redução dos salários tanto nos países centrais quanto na periferia. Com a ampliação das contrarreformas neoliberais, observa-se um crescimento do trabalho precário, sobretudo nas economias periféricas, o que resulta na expansão do exército industrial de reserva e no aprofundamento da superexploração da força de trabalho (Araújo, 2023).

No Brasil, o modelo de acumulação industrial ganhou força durante o governo de Juscelino Kubitschek e se consolidou, especialmente, na ditadura militar,com o chamado “milagre econômico”, período de intensa expansão e altas taxas de acumulação. No entanto, foi apenas a partir da segunda metade da década de 1980, com o fim do regime militar e a transição para a “Nova República” sob o governo de José Sarney, que esse padrão começou a se modificar. Nesse contexto, iniciaram-se as transformações organizacionais e tecnológicas no setor produtivo e de serviços, mas em um ritmo significativamente mais lento do que o observado nos países centrais (Araújo, 2023).

A partir da década de 1990, o Brasil vivencia uma intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital, impulsionado pelas reformas neoliberais implementadas durante o governo Collor. Nesse contexto, Alves (2009, p. 190) traz a seguinte explicação:

> Na virada para a década de 1990, as reformas neoliberais implementadas a partir do governo Collor e o cenário macroeconômico (recessão ou baixo crescimento da economia num contexto de intensa reestruturação industrial, juros elevados e abertura comercial com a intensificação da concorrência intercapitalista) contribuíram para a constituição de um cenário de degradação do mercado de trabalho com alto índice de desemprego total nas regiões metropolitanas e deterioração dos contratos salariais devido à expansão da informalização e da terceirização nas grandes empresas, visando reduzir custos.

Segundo o autor, a implementação da reforma neoliberal no governo Collor provocou mudanças significativas na dinâmica econômica do Brasil e na configuração do mercado de trabalho. Nesse contexto, o país passou a ocupar uma posição subordinada no processo de mundialização do capital. A adoção de políticas neoliberais colocou o Brasil sob a lógica da financeirização dominante no capitalismo global, dando origem ao que Giovanni Alves (2009) chama de “economia da sociabilidade constrangida”. Nesse modelo, os gestores da política macroeconômica priorizaram a estabilização monetária, utilizando taxas de juros elevadas para atrair investimentos estrangeiros. Essa estratégia, no entanto, teve efeitos devastadores no crescimento econômico, refletindo-se em um aumento do desemprego e na expansão de contratos de trabalho precários.

Dentro do contexto da temporalidade neoliberal, a precarização do trabalho no Brasil surge da constante insegurança vivida pela classe trabalhadora, que envolve questões relacionadas à estabilidade no emprego, representação, contratos e condições materiais para a sobrevivência. Alves (2009) define essa “experiência” como um componente do novo metabolismo social, que se desenvolve simultaneamente à formação do Estado neoliberal no país em um momento histórico específico. Vale ressaltar que, devido às particularidades dos países de capitalismo dependente, a “experiência da precarização” no Brasil não é originada pela reestruturação produtiva, mas sim intensificada por ela.

Mais recentemente, tem-se falado em uma “quarta revolução industrial”, ou uma nova reestruturação produtiva diante da ampliação dos processos produtivos cada vez mais automatizados e robotizados controlados digitalmente com a expansão digital e informacional.

Diante desse cenário, Ricardo Antunes (2020) defende que o processo de restruturação produtiva que se iniciou na década de 1970, a partir da crise estrutura do capital, marcou uma série de transformações no universo da produção e, no mundo do trabalho, é permanente. A hegemonia financeira, a monumental expansão informacional, juntamente com o ideário e a regressividade neoliberal, impulsionou um ciclo de expansão e mutação profunda no capitalismo.

O que vemos hoje, chamado de “indústria 4.0”, é a percepção do capital, que, mesmo depois de um salto importante no processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 1970, é marcado por uma nova crise em 2008. Essa crise foi considerada profunda para o capital por ser uma primeira crise, no período recente, que afetou o centro do capitalismo. Inicialmente, Estados Unidos, União Europeia, Japão e, depois, as periferias, que sentiram o impacto da crise logo depois, em 2013, afetando, inclusive, o contexto político dos países periféricos (Antunes, 2020).

Nesse contexto de crise, os capitais dos países das potências capitalistas, as grandes corporações, formularam um novo ciclo mais organizado dentro dessa reestruturação produtiva permanente. Neste ponto, é importante mencionar que, na reestruturação produtiva de 1970, não houve uma organização prévia do processo. Cada país tinha uma experiência, como o Japão com o Toyotismo, os Estados Unidos, com o Vale do Silício, entre outras, que foi sendo adaptada e experienciada de várias maneiras em contextos diferentes (Antunes, 2020).

Nesse novo ciclo, mais organizado, entende-se que a “nova indústria[12]” pode se beneficiar de uma tecnologia ultra-avançada, com incremento da robótica, tecnologias que possibilitam o uso de 3 dimensões. A internet das coisas[13], a robotização baseada na inteligência artificial, permite que se possa redesenhar um processo produtivo ultradigitalizado, que tem consequências desastrosas para a classe trabalhadora (Antunes, 2020).

---

[12] O termo “nova indústria” é usado para designar a indústria no sentido mais amplo que compreende a indústria de transformação, indústria de serviços, os serviços industriais, a agroindústria e agronegócio.

[13] Conecta dispositivos que são usados no dia a dia para facilitar a comunicação e integra à Internet.

Esse processo acelera ainda mais as implicações da reestruturação produtiva já aqui expostas anteriormente. O topo da classe trabalhadora, trabalhadores mais qualificados, principalmente aqueles que tem domínio de tecnologias, vão se privilegiar de novas e poucas vagas de emprego. Por outro lado, esses novos empregos contribuirão na substituição de uma massa de empregos intermediários, apontando até mesmo para o desaparecimento de algumas profissões e funções à medida que a tecnologização e informatização contribuem no aumento da produtividade e na redução dos custos. Já nos é claro que o primeiro custo que se pensa em redução é o custo da força de trabalho (Antunes, 2020).

Antunes (2009) afirma que todo esse processo de transformações no mundo do trabalho alterou a forma de ser da classe trabalhadora, trazendo uma nova morfologia do trabalho. Uma primeira característica apontada pelo autor é que, desde o início da reestruturação produtiva do capital, o proletário tradicional, estável e especializado, vem reduzindo drasticamente, dando lugar a ocupações desregulamentadas, informais, com pouca ou nenhuma estabilidade. Tornam-se comuns os trabalhos terceirizados, subcontratados, de tempo parcial.

Em escala global, as condições de trabalho se apresentam cada vez mais precarizadas. Essa é considerada a condição do novo proletariado fabril e de serviços. Junto disso, vemos também um desmonte crescente das regulamentações trabalhistas e o aumento do desemprego estrutural, contextos que contribuem para que o capital implemente alternativas de trabalho “informais” (Antunes, 2009).

Outra tendência apontada pelo autor é a exclusão de jovens e “idosos” do mercado de trabalho. Os jovens, principalmente aqueles de classes mais baixas, sem perspectivas de um ofício, acabam recorrendo à informalidade e aos empregos precários. Os trabalhadores mais velhos, com idade próxima aos quarenta anos, “superespecializados”, são substituídos pelos trabalhadores “polivalentes” e “multifuncionais”. Uma vez excluídos do mercado de trabalho, não conseguem retomar e acabam recorrendo também ao trabalho informal, voluntário, entre outros. Além disso, o mundo do trabalho tem se utilizado de mão de obra cada vez mais precoce, daqueles em idade pós-escolar, muitas vezes de forma criminosa.

Há ainda uma tendência bastante relevante que é a feminização do trabalho, apontando para o aumento significativo do trabalho feminino em diversos países. Uma característica que chama nossa atenção é que, apesar desse aumento na contratação

de mulheres, existe um movimento inverso quando se trata do salário, direitos sociais e do trabalho, marcados por extrema desigualdade (Antunes, 2009).

Antunes (2009) também aponta para o aumento de ofícios no terceiro setor, segmento em que predominam as atividades de caráter assistencial, sem fins lucrativos, que se desenvolvem à margem do mercado. O crescimento desse segmento é resultado da retração do mercado de trabalho industrial e de serviços no contexto do desemprego estrutural.

É perceptível também o aumento do trabalho em domicílio (*home office*), que, atravessado pelas possibilidades de teletrabalho, envolve novas formas de flexibilização e precarização. O trabalho produtivo doméstico vem crescendo em várias partes do mundo e se funde com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do trabalho feminino (Antunes, 2009).

Por fim, Antunes (2009) enfatiza que a nova morfologia do trabalho é marcada por novas configurações, que se apresentam a partir da retração do operariado industrial estável de base tayloriano-fordista e da ampliação, segundo a lógica da flexibilidade toyotizada, das novas modalidades precarizadas de trabalho, dos novos proletários de serviços. Esses novos trabalhadores e trabalhadoras oscilam entre ampla heterogeneidade de gênero, etnia, geração, espaço, nacionalidade, qualificação, entre outras características, e uma forte tendência à precariedade em diversos trabalhos. O pesquisador ainda aponta para a necessidade de nos atentarmos para a necessidade de uma concepção ampliada de trabalho que diz respeito aos assalariados que vivem da venda da sua força de trabalho e aqueles que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário:

> No plano mais analítico, podemos acrescentar que a classe-que-vive-do-trabalho incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial – os produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital que hoje transcende em muito as atividades industriais, dada a ampliação dos setores produtivos
> nos serviços –, quanto os trabalhadores improdutivos – que não criam diretamente mais-valia, uma vez que são utilizados como serviço, seja para uso público, como os serviços públicos, seja para uso capitalista. Isso porque os trabalhadores improdutivos, criadores de antivalor no processo de trabalho, vivenciam situações muito aproximadas com aquelas experimentadas pelo conjunto dos trabalhadores produtivos (Antunes, 2009, p. 237).

O cenário apresentado por Antunes (2009) se mostra fortemente contraditório e crítico. Para o autor, o trabalho ainda é central para a criação de valor.No entanto, é cada vez mais marcado pela superfluidade com a máxima precarização, flexibilização e trabalho temporário, além do grande exército de desempregados.

Ao fim deste tópico, ainda considero importante retomar o fato de que essa realidade de precarização e flexibilização do trabalho, como descrita pelo pesquisador citado, se reflete de forma ainda mais intensa nos países periféricos, onde as dinâmicas de superexploração atingem níveis alarmantes. Nesses países, a busca incessante por maiores lucros e a contínua subordinação ao capital global resultam em uma intensificação das condições de trabalho precárias, com a classe trabalhadora sendo cada vez mais exposta a jornadas exaustivas, salários baixos e uma insegurança permanente.

Nesse contexto, gostaríamos de evidenciar o processo de divisão sexual e racial do trabalho, em que as mulheres ocupam as posições mais precarizadas e mal remuneradas. Ademais, essa divisão se entrelaça com a questão racial, já que as populações negras e indígenas são as mais impactadas pelas condições de exploração, assumindo os postos mais subalternos e com menos direitos. A combinação dessas desigualdades, envolvendo classe, gênero e raça, reafirma a estrutura hierárquica e excludente que caracteriza o mercado de trabalho nos países periféricos, perpetuando um ciclo de exploração que não só submete as classes trabalhadoras, mas também reforça a divisão global do trabalho.

1.3 RELAÇÕES SOCIAIS DE EXPLORAÇÃO E OPRESSÃO A PARTIR DA DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO

A partir do debate sobre trabalho e exploração, caminho mais um pouco a fim de inserir nessa discussão apontamentos para pensarmos sobre a opressão e a divisão sexual e racial do trabalho. Considero aqui, baseada em reflexões de Barroso (2018), que a relação entre exploração e opressão está intimamente ligada à relação estrutural entre patriarcado, racismo e capitalismo. Esse assunto foi amplamente debatido durante a década de 1970 por teorias em defesa do pensamento materialista e feminista-marxista[14], principalmente com as discussões dos movimentos feministas

[14] O pensamento materialista e feminista-marxista sobre os movimentos feministas da década de 1970 destaca a importância de se compreender as raízes das opressões de gênero no contexto das

efervescentes nesse momento. Nesse sentido, é relevante apontar a importância de uma unidade dialética entre as relações sociais de sexo, raça[15] e de classe para compreender as contradições que formam a realidade concreta.

Como já é sabido, o modo de produção capitalista intensifica a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores, baseadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano. Esse sistema tem na acumulação seu principal motor através da produção de mais-valia por meio da exploração do trabalho, criando relações sociais mediadas por mercadorias, onde as necessidades humanas são substituídas pela produção de "coisas" alheias a estas. A saturação da mercadoria como categoria, além de ser acompanhada por uma divisão social do trabalho altamente desenvolvida, provoca a separação entre o valor de uso e o valor de troca dos produtos do trabalho. Isso ocorre porque o valor de troca passa a dominar o processo social de produção, determinando até mesmo a própria força de trabalho, resultando no disfarce da exploração sob uma aparência puramente econômica, reificada e quantificada abstratamente, disfarçando as taxas de exploração como lucratividade conforme assinala Fontes (2010, p. 22). Nesse sentido, a autora complementa:

> Embora o lucro de cada movimento singular do capital decorra da exploração do trabalhador livre pelo proprietário (de meios de produção e/ou de recursos sociais de produção), a conversão de dinheiro em capital envolve toda a vida social numa complexa relação que repousa sobre a produção generalizada e caótica de trabalhadores cada vez mais 'livres', expropriados de todos os freios à sua subordinação mercantil. Somente em presença dessas condições sociais o processo produtor de mercadorias, no qual reside a extração do mais-valor, pode se realizar. É por obscurecer, por velar tal base social, que a produção capitalista, ou o momento da atividade produtiva de valorização do capital se apresenta como meramente 'econômico', apesar de envolver toda a existência social (Fontes, 2010, p. 42, grifos no original).

Portanto, a mercadoria não se refere apenas a um objeto em si, ela é também a forma pela qual os sujeitos estabelecem relações sociais no capitalismo. Nesse

relações de classe e dos modos de produção capitalistas. Esse período foi importante para a articulação de lutas coletivas contra a exploração econômica das mulheres, ampliando a agenda feminista para além do reconhecimento de direitos individuais e focand o na transformação das estruturas socioeconômicas (Federici, 2017).

[15] É importante destacar que a utilização do termo "raça" tem um caráter político. Entendemos "raça" não como uma categoria biológica ou natural, mas como uma construção social e política utilizada para legitimar relações de poder, opressão e exclusão.

sentido, o capitalismo não é apenas um padrão de produção: trata-se de um processo histórico-social e político-econômico amplo, complexo e expansivo.

Considerando esse processo histórico-social e político-econômico, Federici (2017) irá afirmar que está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo – não como um legado, mas como uma necessidade intrínseca ao capitalismo, pois há não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também a dialética entre acumulação e destruição da força de trabalho – uma situação que as mulheres experimentam de forma particular através da apropriação, opressão e exploração de seus corpos, trabalho e vida. Dessa forma, compreende-se a consubstancialidade entre patriarcado, racismo e capitalismo e, consequentemente, a indissociabilidade entre exploração e opressão. Essa imbricação, frequentemente invisível, caracteriza o modelo societário atual e compõe uma nova realidade historicamente constituída (Barroso, 2018).

Barroso (2018), a partir de um estudo aprofundado sobre as principais perspectivas de feministas críticas sobre questões relacionadas as opressões no capitalismo, identifica quatro teses principais.

A primeira, proposta por Ellen Wood (2011), sobre “o capitalismo indiferente” em relação às opressões, entendendo que as opressões de gênero são parte de formações sociais e modos de produção anteriores ao capitalismo, oriundas do patriarcado, que tinha função de organizar e determinar a divisão sexual do trabalho. Wood (2011) considera que o capitalismo tem o interesse na exploração e, para isso, se utiliza de quaisquer opressões disponíveis culturalmente e historicamente, não fazendo distinção às identidades sociais das pessoas que explora. Ou seja, a igualdade de sexo/gênero ou a igualdade racial não é antagônica ao capitalismo:

> Embora o capitalismo possa usar e faça uso ideológico e econômico da opressão de gênero, essa opressão não tem um *status* privilegiado na estrutura do capitalismo. Ele poderia sobreviver à erradicação de todas as opressões específicas das mulheres, na condição de mulheres — embora não pudesse, por definição, sobreviver à erradicação da exploração de classe. Isso não quer dizer que o capitalismo tenha passado a considerar a liberação das mulheres necessária ou inevitável. Mas significa que não há necessidade estrutural específica de opressão de gênero no capitalismo, nem mesmo uma forte disposição sistêmica para ela (Wood, 2011, p. 232).

A segunda é conhecida como “tese unitária”[16], conceito desenvolvido por teóricas como Lise Vogel, defendido também por Cinzia Arruzza (2015). Ao contrário de Wood (2011), Arruzza (2015) defende que o capitalismo precisa produzir opressão e, por isso, considera que não é possível analisar a exploração sem olhar também para as formas de opressão. Dessa forma, localiza o argumento tanto no nível estrutural lógico como no nível histórico, argumentando que, “[...] nos países capitalistas, não existe um sistema patriarcal que seja autônomo do capitalismo. Relações patriarcais continuam a existir, mas não são parte de um sistema separado”. Para a autora, não se pode reduzir “[...] cada aspecto da opressão para simplificá-la a uma consequência mecânica ou direta do capitalismo, nem busca oferecer uma explicação baseada somente em termos econômicos” (Arruzza, 2015, p. 37-38).

Arruzza (2015) reconhece plenamente a importância da opressão de gênero, ao mesmo tempo que discorda da concepção de que o patriarcado constitui, atualmente, um sistema autônomo. Nesse sentido, enfatiza a necessidade de abordar o capitalismo não apenas como um conjunto de leis econômicas, mas sim como uma ordem social complexa e articulada, fundamentada em relações de exploração, dominação e alienação. Para a autora, o desafio crucial reside em compreender como a dinâmica da acumulação de capital continua a gerar, perpetuar, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem reduzir esses processos a meros fenômenos econômicos automáticos.

A terceira tese seria a defesa do conceito de “interseccionalidade”, sistematizado por Kiberlé Crenshaw[17], a partir de sua participação no movimento negro feminista norte-americano, para analisar como raça, gênero e classe se interseccionam e geram diferentes formas de opressões. A interseccionalidade é um conceito que busca entender as consequências estruturais e dinâmicas resultantes da interação entre múltiplos eixos de subordinação. O enfoque recai sobre como racismo, patriarcado, opressão de classe e outros sistemas de discriminação produzem desigualdades fundamentais, as quais moldam as posições relativas de mulheres,

[16] A "tese unitária" emerge no seio do feminismo marxista como uma tentativa de articular, de forma indissociável, as opressões de classe e de gênero. Esse conceito foi desenvolvido por teóricas como Lise Vogel, que, ao estudar as análises feministas marxistas, buscou superar a divisão entre as esferas "pública" e "privada" das relações de trabalho, destacando a interdependência entre a produção capitalista e a reprodução social.

[17] O conceito foi formalmente nomeado por Kimberlé Crenshaw, nos anos 1980. Kimberlé Crenshaw cunhou o termo "interseccionalidade" em seu influente artigo de 1989, "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics".

grupos raciais, étnicos, classes sociais, entre outros. Além disso, a interseccionalidade examina como ações e políticas específicas geram formas de opressão que se manifestam ao longo desses eixos, atuando como elementos dinâmicos no processo de desempoderamento (Crenshaw, 2002).

Ao explicar o conceito, a autora faz uma comparação metafórica com vias que se cruzam:

> Utilizando uma metáfora de interseção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas interseções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos. Esta se torna uma tarefa bastante perigosa quando o fluxo vem simultaneamente de várias direções. Por vezes, os danos são causados quando o impacto vindo de uma direção lança vítimas no caminho de outro fluxo contrário; em outras situações os danos resultam de colisões simultâneas. Esses são os contextos em que os danos interseccionais ocorrem - as desvantagens interagem com vulnerabilidades preexistentes, produzindo uma dimensão diferente do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

A quarta tese seria a defendida por Danièle Kergoat (2010), no cenário do feminismo marxista francófono, e Saffioti (2004) e Cisne (2014) no feminismo marxista crítico brasileiro. Para tais pesquisadoras, as relações sociais são consubstanciais; “[...] elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se coproduzem mutuamente” (Kergoat, 2010, p. 94, grifos no original). Em outras palavras, patriarcado e capitalismo, embora possuam características próprias que permitam diferenciá-los, formam, nessa visão, um sistema interdependente. Essa interdependência se baseia na premissa de que essas relações são dinâmicas e envolvem três dimensões que se imbricam e são coextensivas: sexo/gênero, a classe e a “raça”. Nesta tese, partimos da perspectiva das autoras citadas, que, no entanto, colocam a questão de formas diferenciadas como apresentamos a seguir.

1.3.1 Imbricação entre classe, raça e sexo: perspectiva de consubstancialidade/coextensividade

Como vimos anteriormente, o fundamento da sociedade capitalista são as desigualdades, antagonismos e contradições que não se podem eliminar, que determinam implicações de ordem econômicas, políticas, sociais, culturais, ideológicas. Partindo desse pressuposto, podemos entender que o antagonismo de classes, base para a exploração na sociedade capitalista, pode ser simplificado da seguinte forma: considera-se que existam duas classes fundamentais, a dos proprietários dos meios de produção e dos trabalhadores livres, que, sem acesso aos meios de produção, vendem sua força de trabalho como mercadoria. Complexificando um pouco mais essa relação, Duriguetto e Montaño (2011, p. 92), vão apresentar que as classes se subdividem "[...] não só pela sua participação no processo produtivo, mas também pela sua concorrência e diferenciação no mercado, assim como pelas suas diversas condições de vida". São indivíduos e grupos concretos e não apenas "personificações de categorias" sociais e econômicas.

Cisne (2013) afirma que é necessário compreender as particularidades e diferenças dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora, não se restringindo apenas à dinâmica econômica, entendendo que o capital se apropria dessas diferenças para gerar mais lucro e considerando que classe é um fenômeno histórico, que se faz nas relações humanas, e existem pessoas reais que corporificam a classe. Então, podemos dizer que a classe trabalhadora é heterogênea. Nesse sentido, precisamos considerar que componentes como sexo e raça/etnia, nas relações de classe, trazem expressões de hierarquia para o interior da classe fruto da própria organização da sociedade. Essas diferenças hierárquicas são apropriadas pela dinâmica do capital de produção e reprodução das desigualdades vinculadas ao processo de acumulação.

A proposta neste trabalho é que possamos dar enfoque, principalmente, às relações sociais de sexo e raça, que, na sociedade de classes, são transformadas em potenciais desigualdades. Ainda sob a perspectiva de Cisne (2013), ao concebermos a classe como heterogênea, não estamos apenas olhando para suas especificidades, estamos identificando elementos fundamentais que garantem a dominação da classe operária, partindo da defesa da centralidade ontológica da exploração sobre a opressão. Não se trata de hierarquizar exploração e opressão, mas de conferir à

classe uma prioridade ontológica ao considerar que apenas a classe possibilita a articulação das demais contradições.

Para isso, precisamos romper com a ideia de classe homogênea, visão comum em estudos aqui no Brasil até a década de 1960, que, com as contribuições do feminismo para a produção teórica crítica, foi sendo problematizada. Elizabeth Souza-Lobo (2011), que desenvolveu estudos importantes sobre o trabalho desenvolvido por homens e mulheres no Brasil, de maneira comparativa, enfatiza a importância do movimento feminista para o processo de visibilidade ao processo de exploração e desvalorização do trabalho da mulher.

Souza-Lobo (2011) assinala que, de maneira geral, há uma resistência em trabalhar a questão classe-gênero. Nesse sentido, a autora levanta dois motivos chaves. Um dos motivos é o que Saffioti (2013) já sinalizara: a concepção de classe de forma homogênea, definida apenas pelas relações de produção, separando-as das relações sociais, das quais a relação de sexo é parte constitutiva. Para Souza-Lobo (2011), quando homogeneizamos a classe, não olhamos efetivamente para as situações concretas da vida cotidiana e as relações estabelecidas entre homens e mulheres ao viverem as relações de produção.

O segundo ponto levantado por Souza-Lobo (2011) é que, quando existe a tentativa de se considerar a heterogeneidade, muitas vezes, essa é entendida de maneira fragmentada, como se houvesse uma divisão da classe. Assim, “[...] A relação de exploração, que homogeneíza as práticas da classe operária, é vista como excludente em vez de se articular com as outras relações sociais (relações de produção)” (Souza-Lobo, 2011, p.127)

Para a autora, considerar a heterogeneidade conduz a possibilidade de não fragmentar também os processos de organização e enfrentamento da classe trabalhadora. Defender melhores condições de trabalho e de vida para as mulheres operárias não deve servir de base para reforçar “[...] medidas que reforcem o trabalho diferenciado das mulheres, opondo-se à força de trabalho dos homens” (Souza-Lobo, 2011, p. 78).

Olhar para a heterogeneidade da classe trabalhadora é analisar o quanto o capital produz desigualdades com o objetivo de intensificar o processo de exploração, atendendo aos interesses da classe dominante. Nesse sentido, podemos dizer que mulheres sofrem uma exploração particular, mais intensa do que os homens da classe trabalhadora. Da mesma forma, as questões étnico-raciais também atravessam os

processos de intensificação da exploração: o racismo compõe mecanismos de dominação e exploração de classe. Esses são problemas que envolvem toda a classe trabalhadora, não é um problema específico desses grupos (Cisne, 2013).

A classe trabalhadora não é uma massa homogênea, ela tem raça/etnia e sexo. Cada uma dessas particularidades estruturantes da classe, combinadas ou não, produzem diferentes implicações para várias frações da classe trabalhadora. Podemos afirmar que há hierarquias que traduzem desigualdades no interior da mesma classe (Cisne, 2013).

Ainda segundo Cisne (2013), olhar para a multiplicidade dos sujeitos inseridos em uma mesma classe não envolve isolá-los em suas “identidades[18]”. Pelo contrário, é perceber a classe trabalhadora em sua totalidade, desvelando particularidades e singularidades. O convite que a autora faz é para que possamos “[...] perceber as relações de classe, raça/etnia e ‘relações sociais de sexo’ como uma unidade dialética que determina o sujeito totalizante: a classe trabalhadora” (Cisne, 2013, p. 48, grifos no original).

Aqui, vou abrir um parêntese para trazer um pouco da perspectiva das feministas materialistas francófonas, perspectiva de que parte Mirla Cisne nessa discussão, envolvendo o entendimento da categoria relações sociais. É importante destacar que, na língua francesa, há dois conceitos distintos: “relation” e “rapport”, ambos traduzidos como "relação" em português. “Relation” refere-se às relações individuais, interpessoais e cotidianas, que cada pessoa vivencia diretamente. Essas relações são relativamente mais fáceis de serem alteradas individualmente, pois podem ser modificadas sem necessariamente impactar as relações estruturais. Isso explica como, no âmbito das relações pessoais, podem existir situações que contradizem a dinâmica das relações estruturais. Por exemplo, em uma família

[18] Neste ponto, chamo a atenção para o conceito de “identitarismo” que vem sendo amplamente citado em discursos políticos. Douglas Barros (2021) problematiza o conceito de "identitarismo" como uma forma limitada e fragmentada de política, que tende a reduzir lutas sociais amplas às questões de identidade individual ou de pequenos grupos. Para o autor, o identitarismo foca excessivamente nas diferenças culturais e subjetivas, muitas vezes negligenciando a análise estrutural das condições materiais e das opressões que atravessam a sociedade, como o capitalismo e as desigualdades de classe. Com um olhar da periferia do capitalismo sobre a colonização, Barros (2021) revisita, pelo prisma da identidade, o surgimento e desmonte do sujeito, do Estado e do capitalismo modernos para jogar luz sobre os impasses da política contemporânea, marcada pela proliferação de bolhas identitárias, em que as pessoas se veem obrigadas a desenvolver identidades fragmentadas como resposta, mesmo que inconsciente, à quebra de laços sociais e o endurecimento do neoliberalismo nas relações econômicas (Boitempo, 2024).

específica, a mulher pode ser a “chefe”, ganhar mais que o homem e ser a figura dominante. No entanto, isso não altera a divisão sexual do trabalho na sociedade, a persistência da violência contra as mulheres ou a desigualdade salarial entre os sexos. Por outro lado, “rapport” é uma ferramenta teórica que designa as relações sociais estruturais, abstratas, impessoais, antagônicas e criadas dialeticamente pelas diferenças de poder entre grupos, envolvendo a exploração/apropriação de um grupo por outro – que se torna, assim, uma classe (Cisne; Falquet, 2020, p. 428).

Na formulação epistemológica predominante do feminismo materialista francófono, existem três relações sociais estruturais na medida em que organizam o trabalho em seu sentido mais amplo, pago ou não: as relações sociai”[...] de sexo[19], raça e classe. Em outras palavras, não há apenas uma divisão de classe atravessando as sociedades, mas também uma divisão sexual e racial do trabalho. Logo, “[...] De forma mais precisa, entende-se que as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturais porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho” (Cisne; Santos, 2018, p. 212).

Na sociedade capitalista, as categorias classe, sexo, raça/etnia estão integradas em uma unidade dialética, um nó ontológico em que “[...] a dinâmica de cada uma condiciona-se a nova realidade, presidida por um lógica contraditória” (Saffioti[20], 2004, p.125). Para Daniéle Kergoat [21](2010, p .94), nesse nó, vemos as relações sociais de classe, sexo, e “raça” de forma “coextensivas”, elas “[...] se reproduzem e se co-reproduzem mutuamente”, são indissociáveis.

A ideia de coextensividade/consubstancialidade tem origem na década de 1970, a partir da proposta de Danièle Korgoat. A sugestão de articular sexo e classe tomou rapidamente o debate no âmbito do feminismo francófano, de perspectiva

---

[19] Nessa perspectiva, as mulheres e os homens não são definidos numa base biológica, mas, sim, pela sua posição na organização do trabalho, especificamente na divisão sexual do trabalho. É a divisão sexual do trabalho, e a sua lógica de exploração do trabalho de um grupo por outro, que cria duas (e apenas duas) classes sociais de sexos chamados mulheres e homens, não a presença de ovários ou espermatozoides no corpo (Cisne e Falquet, 2014, p.250)

[20] Saffioti (2004) entende que o conceito de relações entre as classes sociais gozaria de uma regulamentação diferenciada, já que as relações de gênero estariam subordinadas às relações de produção.

[21] Danièle Kergoat é considerada uma das principais teóricas do feminismo materialista francês, afirma claramente que, embora dialogue com o marxismo, ela mesma não se considera marxista. Sua abordagem é influenciada por uma leitura crítica do marxismo, especialmente no que diz respeito à invisibilização da opressão de gênero nas análises marxistas tradicionais. Em suas pesquisas, Kergoat sublinha a importância de uma teoria social que articule a produção e a reprodução social.

crítica, a partir da discussão sobre a articulação entre a produção e reprodução social. Depois de um tempo, Kergoat (2010) também inclui a perspectiva de raça, além de classe e sexo.

Cisne e Santos (2018, p. 83) enfatizam a existência de uma imbricação entre sexo, raça e classe, "[...] essa imbricação entre sexo, raça e classe não significa dizer que uma se esgota a outra ou que se fundem de forma tal a não possuírem singularidades". Ainda a esse respeito, Kergoat (2010, p. 100, grifos no original) nos traz o seguinte esclarecimento:

> A ideia de consubstancialidade [...] não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma forma de leitura da realidade social. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca. Como disse Roland Pfefferkorn, "essas relações estão envolvidas intrinsicamente umas com as outras. Elas interagem e estruturam, assim, a totalidade do campo social". Mas o fato de as relações sociais formarem um sistema não exclui a existência de contradições entre elas: não há relação circular; a metáfora da espiral serve para dar conta do fato de que a realidade não se fecha em si mesma. Portanto, não se trata de fazer um tour de todas as relações sociais envolvidas, uma a uma, mas de enxergar os entrecruzamentos e as interpretações que formam um nó no seio da individualidade ou um grupo.

Voltemos à metáfora do nó citada pela autora. Pensemos que um novelo é composto de apenas uma linha, que, entrelaçada, passa a apresentar nós. Essa ideia nos permite pensar que todo indivíduo na sociedade capitalista pertence a uma classe e é classificado como um homem ou uma mulher, ou seja, deve ter uma identidade de gênero e uma expressão sexual e é racializado. Essas dimensões "[...] são dialeticamente indissociáveis e entrelaçadas, não podem ser isoladas uma das outras" (Cisne; Santos, 2018, p. 85). A explanação de Saffioti (2004) nos ajuda a pensar nessa condição também a partir da metáfora do nó:

> O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou entrelaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novo modelo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente construída (Saffioti, 2004, p. 125).

Cisne e Santos (2018, p.25), assim como Saffioti (2004), utilizam o termo sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista, que se refere à fusão desses três sistemas que passa a ser funcional para os processos de produção e reprodução do capital:

> O trabalho, nesta sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, possui três divisões estruturais associadas entre si. a) a divisão social, fundada nas relações entre classes sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas (Cisne; Santos, 2018, p. 25, grifos no original).

Como sistemas imbricados estruturantes “consubstanciados e coextensivos” ao capitalismo, o patriarcado e o racismo nos apresentam “bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho”. As relações de sexo, raça/etnia e classe determinam as relações sociais que estabelecemos e também nos compõem, estruturam relações de poder, exploração e opressão de um grupo social sobre o outro (Cisne; Santos, 2018). Para essa abordagem, não há primazia entre as relações: elas nem são simplesmente superpostas ou adicionadas, nem intersecções — são imbricadas, consubstanciais e conformadas.

Christine Delphy (2009) explica, em seu “Dicionário Crítico do Feminismo”, que o patriarcado, de acordo com a definição feminista, designa uma formação social em que os homens detêm o poder de forma a subordinar a mulher diante de uma dominação masculina. Aqui, é importante lembrar que não só os homens reproduzem a dinâmica da dominação, mas as mulheres podem reproduzir o patriarcado validando a dominação masculina. Para Saffioti (2004), ao fortalecer a lógica de dominação masculina, as mulheres não usufruem dos privilégios masculinos. Pelo contrário, acabam por serem ainda mais subordinadas.

O patriarcado é um sistema que administra as desigualdades entre os sexos e que, ao mesmo tempo, produz essa noção de sexo, a partir da naturalização de lugares sociais para homens e mulheres, com o objetivo de construir a desigualdade. O discurso do patriarcado se baseia na ideia de uma determinação biológica que deve ser sempre repetida, pois trata da natureza das pessoas. O que é ligado à construção social do sexo feminino é associado ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno, e aquilo

que está ligado à construção social do sexo masculino tem relação com a força, a virilidade, ao poder e à dominação.

Como uma relação dialética, esse sistema se reproduz garantindo a opressão de mulheres em detrimento do privilégio de homens, e, para que essa condição se estabeleça, o sistema usa do medo e da violência, como forma de controle. Essa violência o institui, o reproduz, se dirigindo a pessoas que devem servir ao sistema.

Para Cisne (2014), a forma de controle sobre o corpo e a sexualidade, a opressão e exploração sobre a mulher, bem como a naturalização dos sexos, vieram a atender dois interesses: a garantia de controle sobre a procriação e nascimento de mais força de trabalho; e a garantia da perpetuação da propriedade privada por meio da herança.

O patriarcado tem base material e sócio-histórica. Assim, as ideias e a cultura provenientes do patriarcado estão baseadas em relações concretas, socialmente determinadas; portanto, não resultam de processos naturais. Cisne e Santos (2018) destacam as relações que dão base à estruturação do patriarcado:

> 1) Relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos – como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda a sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT (Cisne; Santos, 2018, p.45).

Podemos dizer que o sistema patriarcal se sustenta a partir da associação desses elementos, que se fortalece em um movimento de controle e medo (Saffioti, 2004). Nessa dinâmica, são asseguradas as “[...] condições de exploração, opressão, violação de direitos, violência e a garantia da reprodução da propriedade privada” (Cisne; Santos, 2018, p. 45).

No que diz respeito às relações sociais de sexo, Kergoat (2009) explica que a relação social sempre é atravessada por um campo de tensão, em que estão em jogo interesses antagônicos. No caso das relações sociais de sexo, trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres. As relações sociais de sexo são caracterizadas pelas seguintes dimensões:

> - a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
> - as diferenças constatadas entre as atividades dos homens e das mulheres são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica;
> - essa construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica; em outros termos, a "mudança de mentalidades" jamais acontecerá de forma espontânea, se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta; podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;
> - essas relações sociais se baseiam antes de tudo numa relação hierárquica entre os sexos; trata-se de uma relação de poder, de dominação (Kergoat, 2009, p. 71).

As autoras Cisne (2013), Kergoat (2009), assim como outras feministas materialistas, adotam o termo "relações sociais de sexo" a fim de politizá-lo para não o reduzir o sexo a uma dimensão biológica, que reforça a naturalização da sexualidade. Entendemos que sexo também é socialmente determinado. Por isso, é importante que historicizemos o termo, entendendo que, ao utilizar "relações sociais sexo", estamos nos referindo à opressão, exploração e subordinação voltados às mulheres.

A categoria "relações sociais de sexo" está diretamente vinculada à de "relações sociais de classe", visto que, é uma relação ampla, estruturante, vinculada aos conflitos e tensões entre grupos sociais com interesses antagônicos. Também abrange a dimensão da divisão social do trabalho, categoria fundamental para os estudos feministas materialistas, pois assegura a centralidade do trabalho, diante da dimensão antagônica de classes (Cisne; Santos, 2018). Kergoat (2010, p. 99) ainda assevera que existe um campo de disputas materiais e ideológicas, "[...] formadas pela divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres".

Em contraste com a habitual dicotomia entre patriarcado e classe, o objetivo neste ponto é fornecer uma breve análise histórica específica do patriarcado, destacando como ele legitima e organiza as relações sociais capitalistas, resultando na dupla subordinação do trabalho e da posição social das mulheres. Isso se dá pela apropriação do trabalho reprodutivo — embora o capital tenha destruído as relações de produção baseadas na família, ele manteve a família como unidade central para a execução de várias formas de trabalho essenciais à reprodução da força de trabalho. Tal configuração reduz o custo da força de trabalho, permitindo que o capital a remunere com salários mais baixos (ou sem salário) do que seria necessário caso todos os serviços essenciais à sobrevivência fossem adquiridos no mercado (Mattos,

2017). Isso confere aos homens o controle econômico por meio do salário, além da inserção das mulheres no mercado de trabalho em posições de subordinação ou com salários inferiores. Importa destacar que essa incorporação é indispensável. O trabalho doméstico não remunerado permanece crucial na organização do trabalho capitalista, sendo “[...] um dos principais pilares da produção capitalista, pois produz a força de trabalho” (Federici, 2017, p. 12). Sob essa ótica, acredita-se que a dominação masculina também se origina do poder proporcionado pelo salário aos homens, além de estar relacionada à percepção da "improdutividade" do trabalho doméstico.

Nesse sentido, é importante falarmos também sobre a família heteropatriarcal-monogâmica, sendo ela uma chave para o controle da sexualidade, base para a produção e reprodução do patriarcado.

O surgimento da família monogâmica acontece com o desenvolvimento da propriedade privada e da exploração entre seres humanos, quando não há mais possibilidade de uma vida coletiva, presente em tradições igualitárias. Entre os proprietários de propriedade privada, existe uma competitividade baseada na lógica privada, individualista, possível a partir da família monogâmica, em que a criação e educação das crianças, a preparação dos alimentos, da moradia, entre outras incumbências, deixam de ser coletivas. Quando falamos de relações familiares e cuidados entre os indivíduos, no contexto de competitividade, não é mais possível que indivíduos da classe dominante, reproduzam a dinâmica da criação coletiva do cuidado, assim como não é mais possível que não tenham certeza quem são seus filhos, herdeiros da propriedade privada. Nesse sentido, foi preciso uma outra forma de organização familiar que passou por um processo de transição de muita violência contra as mulheres e tentativas de resistências (Lessa, 2012).

Nas sociedades primitivas, a quantidade de crianças que uma tribo poderia ter era determinada pela quantidade de mulheres. Então, a vida das mulheres era muito mais importante do que a vida dos homens, e, diante da necessidade de protege-las, eram os homens que ficavam expostos às atividades mais perigosas. Como a propriedade privada começa a partir das guerras e tentativas de dominação de tribos e territórios, sendo este um contexto perigoso, eram os homens que estavam à frente. Nesse movimento, são os homens que trazem a propriedade privada e o poder econômico, tornando-se na história humana um atributo masculino. A eles, cabem a

economia, o direito, a política, a religião, a guerra, o comércio, as artes, a filosofia, a ciência, a exploração e a conquista de novos territórios.

Ao longo do tempo, com o início da sociedade de classes e o fim da organização coletiva, a mulher passa a assumir uma posição subalterna, pois não é ela a responsável pelo poder sobre a propriedade privada. Pelo contrário, ela vai servir a um proprietário privado, inicialmente o pai, que vai utilizar a filha para fazer casamentos que garantam bons contratos econômicos, ou então, depois que se casa, ela passa a ser esposa de um proprietário privado. Sua primeira função como esposa é a reprodução biológica, produzir um herdeiro. Nesse momento, a condição da virgindade é fundamental, pois o fato de a mulher casar, virgem significa que o filho que nascerá nove meses depois da noite de núpcias, pertence, de fato, ao marido (Lessa, 2012).

Vejamos então que, na sociedade de classes, tem-se uma família que se organiza ao redor do homem, que é o proprietário privado, e isso implica uma posição subalterna da mulher. Essa posição subalterna ocupada pelas mulheres é possível a partir de dois papéis sociais, como esposa e como prostituta. Como esposa, a sua função é garantir a existência do herdeiro, trabalhando na reprodução da organização da casa, do cuidado das crianças, da moradia, entre outros aspectos. Assim, o que ela vai fazer a vida inteira é exatamente a mesma coisa: limpar, lavar, cozinhar, cuidar, limitando suas possibilidades de desenvolvimento enquanto ser humano. Lessa, (2012) faz uma comparação interessante nesse sentido: tal como o trabalhador que só faz telha e tem sua humanidade rebaixada pela condição de exploração e alienação, assim também acontece com a esposa, que desenvolve seu trabalho a partir de uma repetição cotidiana. Assim, o rebaixamento humano imposto aos trabalhadores, também é imposto às mulheres esposas, que passam a participar da história a partir de uma existência inferior (Lessa, 2012).

Nesse ponto, percebemos que as mulheres passam a ocupar esse lugar de inferioridade não pela sua condição biológica, como é argumentado pela sociedade heteropatriarcal racista capitalista, pois é essa mesma sociedade que reproduz essa condição de inferioridade ao não permitir seu desenvolvimento. Como aponta Lessa (2012), também é essa a condição da prostituta[22], que, submetida ao poder econômico do homem, passa a servi-lo sexualmente.

[22] No que diz respeito à prostituta, discutiremos no segundo capítulo.

Aqui, é importante mencionar que a monogamia, na família monogâmica, é imposta apenas a mulher, a partir do controle sobre a sexualidade. Ao contrário, para os homens, é estimulada total liberdade sexual. Para a efetividade da monogamia feminina, a vergonha, a culpa, o medo passaram a estar relacionados à vivência do sexo e do prazer, garantindo a manutenção da ordem a partir da opressão das mulheres.

Para Cisne e Santos (2018, p. 59, grifos no original), o modelo de família monogâmica também é reprodutor da heteropatriarcado:

> Esse modelo de sistema familiar monogâmico é absolutamente funcional para oferecer à classe dominante "a forma mais barata possível para a reprodução de novas gerações de massas trabalhadoras" (Waters, 1979, p.86, tradução nossa). Por isso, ainda segundo Waters (1979, p.87, tradução nossa), "este sistema serve perfeitamente para maximizar a acumulação privada de riqueza social, e para perpetuar a opressão da mulher". Para tanto, há construção do masculino como dominante, o que exige a definição do que não é considerado "viril". Nas palavras de Devreux (2011, p.14): [...] a posição dominante dos homens dispensa estabelecer o que é o masculino, pois o masculino é a norma de referência. É necessário, para essa dominação masculina, ditar o que não é suficientemente viril (por exemplo, com relação à homossexualidade) para consolidar a norma de referência.

Para as autoras, o heteropatriarcado exerce poder sobre a subjetividade e o corpo não só das mulheres, mas também da população LGBT, "mediante a imposição rígida e binária de um modo der ser feminino e masculino, com ênfase na desvalorização e dominação da mulher e do que é identificado como feminino" (Cisne; Santos, 2018, p. 44).

Para manter a reprodução dessa divisão entre homens e mulheres, a família monogâmica é perpetuada também por um sistema ideológico de valores incontestáveis, em que o lugar do "trabalho de mulher" é associado ao "trabalho de amor". E, nessa condição, o ambiente do lar seria, supostamente, um ambiente seguro e acolhedor. No entanto, essa é uma das maneiras de mascarar as diversas formas de violência (contra mulheres, crianças, idosos) que garantem a dominação masculina:

> Assim, a família patriarcal é uma instituição que "permite perpetuar a opressão específica das mulheres como sexo", uma vez que o "sistema familiar está baseado na escravidão doméstica e na dependência econômica da mulher" (Waters, 1979, p.81, tradução nossa). Nas palavras de Delphy (2009, p.35-36): "A família é lugar de exploração econômica: das mulheres" (tradução nossa). Essa exploração se realiza pelos trabalhos domésticos não remunerados e pela responsabilidade com o cuidado das crianças e outros

> membros da família, além da “obrigação sexual” e da cobrança pelo “equilíbrio emocional” dos membros da família (Cisne; Santos, 2018, p. 60).

O sistema ideológico reproduzido também no interior da família patriarcal monogâmica contribui na difusão do conservadorismo, perpetuando, junto às crianças, valores hierárquicos, preconceituosos, sexistas, que colaboram na dinâmica da exploração e na manutenção da sociedade de classes.

Os processos de transformação da exploração da sociedade capitalista e a necessidade de indivíduos mais saudáveis, disciplinados e produtivos foram determinantes para que o trabalho do lar fosse ganhando, através de campanhas ideológicas, *status* cada vez mais valorosos, não só para as mulheres da classe burguesa (que já ocupavam esse papel doméstico), mas também àquelas da classe trabalhadora. A “domesticação” da família da classe trabalhadora e a dona de casa em tempo integral foram determinantes para a reprodução e manutenção da classe trabalhadora (Federici, 2023), contribuindo para que a divisão sexual do trabalho enquanto uma das formas centrais de exploração do capital sobre o trabalho.

Souza-Lobo (2011) afirma que “a classe operária tem dois sexos”. Podemos constatar empiricamente a partir da inserção de mulheres em postos de trabalho mais precarizados e mal remunerados que os homens, nas duplas jornadas de trabalho de mulheres, juntamente à desvalorização do trabalho doméstico/reprodutivo, na divisão sexual do trabalho que diferencia o trabalho feminino e masculino e gera desigualdades entre homens e mulheres da mesma classe.

Dados de uma pesquisa realizada em 2022 pelo IBGE, denominada *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil* (2024), mostram que a taxa de empregabilidade entre homens era de 73,2%, enquanto entre mulheres era de 53,3%. O estudo mostra que as mulheres gastam em média 21,3 horas por semana em trabalhos domésticos e cuidados de pessoas; entre os homens, esse número é de 11,7 horas. As mulheres negras se dedicam quase 2 horas a mais que as mulheres brancas. Essa condição também traz implicações nos números relacionados a trabalhos em tempo parcial, marcados, muitas vezes, pela informalidade: 28% entre as mulheres e 14,4% entre os homens. Também nos chama a atenção quando esse número diz respeito a mulheres negras: 30,9% delas estão em trabalhos em tempo parcial. As mulheres também recebem menos que os homens: 78,9% do que eles ganham. A partir desses dados, podemos perceber que, de forma

geral, a exploração sobre a mulher trabalhadora ocorre de forma mais intensa do que sobre os homens. Daí a importância de analisarmos as particularidades dessa exploração.

Como pontua Cisne (2015, p. 117), “[...] A divisão sexual do trabalho é uma das formas centrais para a exploração do capital sobre o trabalho”. A divisão sexual do trabalho é também um elemento central para que possamos compreender a permanência das desigualdades entre homens e mulheres. Essa divisão contribui na hierarquização do trabalho dito masculino e feminino, fragmentando essas funções, e contribuindo, de maneira equivocada, para que consideremos algumas atividades naturalmente masculinas ou femininas. Conforme já mencionado, o trabalho não resulta de uma condição de essência feminina ou masculina, não parte de uma determinação natural, mas sim de uma determinação social (Cisne, 2015).

Existe uma condição inseparável entre a divisão sexual do trabalho e o antagonismo de classe. Para Engels (2009, p. 22), a primeira divisão do trabalho foi a existente entre a mulher e o homem para a procriação e “[...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino”.

Na ótica de Cisne (2015), é importante identificar como os significados atribuídos nas classificações/categorizações presentes nas análises que consideram as relações sociais de sexo contribuem na construção do mundo do trabalho:

> É necessário perceber que a feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com um custo menor; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígios presentes no mundo produtivo (Cisne, 2015, p.120).

Saffioti (2013, p. 36), no livro *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*”, ao explicitar sobre o processo de constituição do capitalismo e a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais, irá afirmar que esse modelo de produção se utiliza “[...] da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e

serviços". Nessa condição, o sexo é visto como fonte de inferiorização social da mulher, e a mulher é vista como "elemento obstrutor" do sistema social, "[...] quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher".

Para Antunes (1999, p. 108-109), há um jogo de interesses que envolve os modelos determinados para homens e mulheres na sociedade capitalista os quais provocam uma exploração intensiva sobre a mulher:

> A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida provada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não invisibilizadas.

No contexto do sistema capitalista, a divisão sexual do trabalho cria uma divisão hierárquica entre os sexos, condição em que as mulheres são submetidas a uma condição de desigualdade, e essa desvantagem vai sendo reproduzida nos âmbitos institucionais, bem como na vida cotidiana, que alimenta instituições que contam com papéis desiguais para homens e mulheres. Essa condição é particularmente relevante quando se pensa na posição das mulheres negras, que são a maioria entre as pessoas que exerce o trabalho precarizado e são também aquelas que chefiam os lares com menor renda, quando olhamos, principalmente, para a realidade brasileira (Biroli, 2018).

Para além das diferenças, precisamos olhar para as desigualdades entre as mulheres, articulando divisão racial do trabalho com a dimensão de classe. A divisão racial do trabalho é visível a partir da discriminação e exploração que a população negra sofre no mundo do trabalho de maneira diferenciada. A esse respeito, Lelia Gonzalez (1984, p. 233, grifos no original) questiona:

> [...] se a gente articular divisão racial e sexual do trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam "lidar com o público"? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em "boa aparência"? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é "natural" que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc, e tal?

Inseridas nas relações patriarcais e racistas, as mulheres negras encontram-se na pior escala social, ocupam os postos de trabalho mais precarizados e mal remunerados, sendo aquelas que estão mais expostas às situações de violência.

De acordo com Lima (2022), ao longo da história, as mulheres negras têm sido submetidas a diversas formas de opressão, o que não apenas as posicionou entre os grupos mais vulneráveis nos indicadores sociais, mas também apagou a especificidade de suas experiências de exploração. A abordagem da pobreza, muitas vezes, ignora o papel estruturante do racismo e do patriarcado, desconsiderando como esses elementos se entrelaçam. No entanto, essa imbricação é fundamental para compreender a dinâmica de reprodução do capitalismo periférico.

A constituição social do Brasil está intrinsecamente ligada à escravidão, que não foi apenas a base econômica da colonização, mas também uma forma de organização da vida em sociedade. Mais do que um sistema produtivo, a escravidão estruturava a mentalidade coletiva e moldava as interações sociais. Esse processo significou uma profunda desumanização dos povos colonizados. Nesse contexto, o racismo patriarcal [23]emerge como o eixo central da dominação no Brasil, em que as mulheres negras desempenharam um papel fundamental, que ia além da exploração de sua força de trabalho compulsório. Durante a escravidão, a população negra era tratada como mercadoria e propriedade, sendo negada qualquer possibilidade de reconhecimento de sua humanidade.

Angela Davis (2016), em *Mulheres, Raça e Classe*, ao discutir sobre o impacto da escravidão, analisa que, com o encerramento do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, a reprodução das mulheres negras tornou-se um fator estratégico para a manutenção da mão de obra cativa. Aquelas que podiam gerar muitos filhos eram consideradas especialmente úteis dentro desse sistema. No entanto, essa valorização não significava qualquer aproximação com a idealização da maternidade. Essas mulheres eram tratadas exclusivamente como força de trabalho, sem qualquer reconhecimento de um *status* diferenciado por sua função reprodutiva:

---

[23] Werneck e Silva (2016) elaboram o termo racismo patriarcal para analisar como as formas de hierarquização racial persistentes são marcadas por relações patriarcais. Assim, o racismo patriarcal heteronormativo. De acordo com as autoras: é um modo de definir o racismo atuante no Brasil e seus modos de atuação diferenciada a partir do sexismo e das fobias LGBT. O conceito permite chamar atenção para os diferentes processos que atuam na produção da subordinação de indivíduos e grupos, jogando luz ao fenômeno denominado de interseccionalidade. Sob o racismo patriarcal heteronormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquire ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero (Wenerck; Silva, 2016, p. 11).

> A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos dos seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram *reprodutoras* – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir da sua capacidade de se multiplicar (Davis, 2016, p. 19).

Segundo Davis (2016), as mulheres escravizadas — e incluímos aqui ,no contexto brasileiro, também as indígenas — estavam expostas a diversas formas de coerção sexual. As punições incluíam castigos violentos aplicados aos homens, como açoitamentos e mutilações, além do estupro, que atingia diretamente as mulheres. Essa violência sexual representava uma demonstração explícita do domínio econômico dos proprietários e do controle exercido pelos feitores sobre as mulheres negras e indígenas enquanto trabalhadoras (Davis, 2016, p. 20).

As marcas do patriarcado e do racismo, profundamente enraizadas nesse contexto histórico, deixaram um legado duradouro nas relações sociais e nos períodos que se seguiram. Durante a autocracia burguesa no Brasil, por exemplo, a tortura praticada pela ditadura não afetou homens e mulheres da mesma forma. Quase todas as mulheres, além de sofrerem as mesmas violências impostas aos homens, também foram vítimas de estupro e submetidas a práticas de humilhação relacionadas à sua sexualidade (Cisne; Santos, 2018, p.102).

Cisne e Santos (2018) nos convidam a refletir sobre o fato de que, como um país de história colonial marcado pela dominação de outros povos, a formação sócio-histórica brasileira está permeada por elementos patriarcais, sexistas e racistas, essenciais para a compreensão da complexidade das classes sociais no país. Ao mencionarem Gonzalez (2011), enfatizam a importância de considerar o caráter multirracial e pluricultural da sociedade para uma análise mais aprofundada.

Para as autoras, reconhecer o racismo e o patriarcado como parte da origem da exploração de classe não implica que essas relações sociais se limitem à dimensão classista. Com o tempo, ambos se consolidaram como sistemas próprios, enraizando-se na cultura, nas ideologias e nas religiões. Dessa forma, embora a análise de classe seja essencial, ela não é suficiente por si só para a compreensão completa dessas opressões.

Para Cisne e Santos (2018), o patriarcado não se restringe ao ambiente doméstico, mas permeia todas as relações de poder. No Brasil, ele representou e manifestou praticamente todos os aspectos das dinâmicas de poder durante o período

colonial. Quando associado ao regime escravista, deixou marcas profundas na formação social do país. Freyre (2006) nos recorda bem desse legado:

> [...] a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo. [...] Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro: a nossa continuidade social (Freyre, 2006, p. 44).

Os homens brancos ocupavam o centro das relações de poder, enquanto às mulheres brancas eram destinados os papéis de donas de casa e mães dentro da família legalmente constituída. Paralelamente, havia uma categoria de mulheres com quem os homens podiam explorar as chamadas “artes do amor”. Dessa maneira, o escravismo não apenas atendia às exigências econômicas do sistema produtivo, mas também servia para suprir as demandas impostas pelo modelo patriarcal de colonização (Saffioti, 2013).

Saffioti (2013) explica que, no contexto das relações de poder, a sociedade colonial brasileira se estruturou em castas de estratificação social. As mulheres brancas, frequentemente submetidas a casamentos precoces, viam suas uniões determinadas por critérios econômicos, sem autonomia sobre a propriedade privada — a única via de acesso a direitos políticos na época. Além disso, essa dinâmica era reforçada por constrangimentos físicos e morais impostos às mulheres, perpetuando sua subordinação dentro da família patriarcal.

O fim do sistema escravista, estruturado e conduzido por homens brancos, trouxe consequências tanto para as mulheres negras quanto para as mulheres brancas. Sobre esse impacto, Saffioti (2013, p. 252, grifo no original) esclarece:

> [...] a mulher negra ganha a deterioração da sociedade de castas, pelo menos a liberdade formal que lhe era negada anteriormente. Ascende, neste sentido, tanto quanto o ex-escravo. Situa-se abaixo deste, entretanto, do mesmo modo que a mulher branca em virtude de não atingir, pelo processo de emancipação das “raças negras”, a plenitude dos direitos da pessoa humana. O ex-escravo seria, no novo regime, considerado cidadão brasileiro para efeitos eleitorais, enquanto que a mulher, tanto branca como negra, seria marginalizada da escolha dos representantes do povo no governo. Neste sentido, se a abolição consistiu uma emancipação precária e incompleta para a mulher de cor, representou para a branca uma descensão relativamente ao homem negro.

Com o avanço da industrialização e da urbanização, as mulheres passaram a ter acesso à educação formal e ao trabalho fora de casa, o que contribuiu para a ruptura do confinamento doméstico ao qual estavam submetidas até então. No

entanto, no contexto patriarcal herdado da família colonial, a desvalorização das mulheres, especialmente das negras, permaneceu evidente, impondo-lhes não apenas subserviência, mas também obediência sexual aos homens (Cisne; Santos, 2018).

Cisne e Santos (2018) concordam com Saffioti (2013) ao apontar que a ideologia que sustenta a supremacia masculina na família e na sociedade, dentro das relações patriarcais da família colonial, está intrinsecamente ligada à base material funcional à lógica do capital emergente. Na divisão sexual e racial do trabalho, segmentar e hierarquizar pessoas com base no sexo e na raça permite a obtenção de uma força de trabalho mais barata e, em muitos casos, gratuita, como ocorre amplamente no trabalho doméstico no Brasil:

> Percebemos com nitidez a relação entre sexismo e racismo na constituição da formação brasileira, o que obviamente imprime fortes expressões na nossa cultura. Ainda para Gonzalez (1984, p.224), o racismo em articulação com o sexismo, “produz efeitos violentos sobre a mulher negra”. Sob essa violência sexista e racista, naturaliza-se que a mulher negra é “cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (idem, p.226), ou seja, naturaliza-se a construção de uma divisão sexual e racial do trabalho e dos espaços (Cisne; Santos, 2018, p. 111, grifos no original).

Assim, a imbricação entre racismo e sexismo não apenas determina os espaços sociais ocupados pelas mulheres negras, mas também sustenta um sistema de exploração que permeia tanto a esfera doméstica quanto a pública. A divisão social de classes é reforçada por um conjunto de práticas que dissimulam a origem histórica e material da exploração, da discriminação e da dominação. Esse processo evidencia o caráter estrutural do sistema patriarcal-racista-capitalista, demonstrando como essas hierarquias são essenciais para a perpetuação das desigualdades.

Na divisão sexual e racial do trabalho, atravessadas por relações patriarcais e racistas, entendemos que o importante não é apenas pensar a condição da mulher na reprodução social, na sua vida doméstica, mas entender como se articulam posições na vida doméstica e na vida pública, o que tem a ver com a forma como se estabelece o circuito da precarização do trabalho e da desvalorização das vidas das mulheres (Biroli, 2018).

Mesmo com todas as discussões, lutas e resistências diante desse contexto, as mulheres ainda dedicam o dobro do tempo, semanalmente, às tarefas domésticas, ao cuidado dos filhos, das pessoas idosas, em comparação ao tempo dedicado pelos

homens. Essa constatação diz muito sobre como organizamos a vida no cotidiano, trazendo consequências para além da vida doméstica, uma vez que, dedicando mais tempo às tarefas domésticas, as mulheres têm menos tempo e energia para se dedicar a outras atividades, como a política, por exemplo (Biroli, 2018).

A divisão sexual e racial do trabalho, que direciona as mulheres ao trabalho doméstico, também é importante para entender o fato de que a renda média das mulheres permanece ainda menor que a dos homens no momento em que elas têm maior acesso à educação formal. É importante pontuar que essa não é uma memória de quando as mulheres ainda não conseguiam acessar efetivamente a formação educacional e profissional. Como observa Biroli (2018), esse quadro é uma atualização de responsabilização desigual entre homens e mulheres, como o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado.

Para a autora, a renda desigual do trabalho tem relação com dois aspectos das relações sociais de sexo: um deles é que alguns tipos de trabalho são marcados pela gratuidade. Historicamente, o exercício do trabalho doméstico, as funções de cuidado, de maneira geral, foram vistas como trabalho gratuito a ser exercido por mulheres em favor dos homens. Como mencionado anteriormente, nem sequer visto como trabalho, mas como tarefa natural, um “dom” feminino. Nesse âmbito, podemos perceber que essas funções, mesmo exercidas de maneira remunerada, guardam o registro da gratuidade do trabalho feminino, que, consequentemente, é desvalorizado. Apesar dessa desvalorização, são trabalhos fundamentais que mantêm a vida.

O outro aspecto está relacionado ao fato de que esse problema relacionado a desvalorização do trabalho reprodutivo não se torna uma questão política central. Aqui, podemos citar outras questões: uma delas é o fato de que não é coincidência que quem desempenha o trabalho doméstico e trabalho de cuidado, seja justamente quem está presente em menor número na política, nos espaços em que o debate público toma forma, nos espaços institucionais, espaços onde os recursos são alocados. Há uma desconexão entre quem garante a reprodução da vida social e como a agenda pública se define. Nesse caso é importante fazermos uma relação entre a permanência da responsabilização desigual das mulheres pelo trabalho doméstico e a sub-representação das mulheres na política (Biroli, 2018).

De um lado, a divisão sexual e racial do trabalho retira das mulheres recursos importantes para que possam atuar politicamente; e, por outro lado, por não estarem

na política, tal condição não é devidamente discutida. Esse não é um problema trazido aos debates como um problema público.

Mencionamos que os homens são a maioria na política, mas são determinados homens que constituem esse espaço. São homens brancos cujas mulheres também têm uma posição que lhes permite contratar outras mulheres para realizar o trabalho doméstico. Assim, o trabalho doméstico remunerado, fornecido, sobretudo, por mulheres negras, é o que está mais distante da experiência da ampla maioria dos homens que estão nos espaços da política institucional. Esse fato nos ajuda a compreender as dificuldades para a garantia de direito das trabalhadoras domésticas relacionada ao direito de outras/os trabalhadoras/es (Biroli, 2018).

Diante dessas questões, é importante apontarmos sobre o quanto as relações de trabalho são determinantes para as relações sociais de sexo e raça. A divisão sexual e racial do trabalho é lócus fundamental para a determinação social do feminino e do masculino e as responsabilidades e tarefas que devem ser assumidas por cada um, mulheres e homens. Isso evoca uma dimensão fundamental que é a socialização de meninas e meninos, desde muito cedo, em que as expectativas do que é tornar-se uma mulher, ou tornar-se um homem. A esse respeito, Simone de Beauvoir afirma, na década de 1940, na obra *O segundo sexo*:

> Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a que forma fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (Beauvoir, 1980, p. 9).

Há uma conformação conjunta do feminino e do masculino no âmbito da sexualidade e no desempenho de tarefas que se espera que sejam de mulheres ou de homens. Não se trata de uma questão de diferenças, mas de como os privilégios se estabelecem. As expectativas que se estabelecem de que as mulheres desempenhem prioritariamente o trabalho reprodutivo (trabalho doméstico e o trabalho de cuidado), no modo capitalista contemporâneo, implicam desvantagens profundas para as mulheres e são parte dos circuitos que tornam suas vidas vulneráveis (Biroli, 2018).

Portanto, é fundamental retomarmos sobre as transformações no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo e o aprofundamento da divisão sexual e racial

do trabalho. Essa análise permite compreender de que forma esse contexto intensifica os processos de exploração do trabalho feminino.

Os anos de 1970 foram marcados pela entrada de mulheres no mercado de trabalho no contexto brasileiro, trazendo uma série de transformações significativas na organização da sociedade. Não por acaso, essa mudança acontece em meio a um processo de mudanças da produção e reprodução sociais, no âmbito econômico e político, como o processo de reestruturação produtiva do capital e o neoliberalismo. No Brasil, como apontado no tópico anterior, tem consequências, principalmente, a partir da década de 1990. Esses fatores são importantes para que possamos pensar nos impactos, avanços e continuísmos em termos de desigualdades sobre o trabalho das mulheres.

Podemos dizer que o fenômeno de feminização do mercado de trabalho está relacionado a essas macrodeterminações, parte de um movimento mais amplo de transformação do capitalismo que vem ocorrendo a partir dos processos de globalização e de reestruturação produtiva. A feminização do mercado de trabalho na ordem do capital precisa ser analisada na perspectiva de totalidade, com a compreensão de que é determinada por processos econômicos, sociais e políticos.

Cisne (2015) problematiza se essa inserção pode ser considerada uma conquista da mulher para sua emancipação ou uma estratégia do capital para intensificar a exploração. De acordo com a autora,

> [...] as conquistas, as potencialidades positivas para emancipação das mulheres se encontram imbricadas nas contradições do movimento do capital, que engendra estratégias, ao seu favor, travestidas de bandeiras de luta das mulheres. Não é à toa, portanto, que as mulheres, ao contrário da emancipação, se encontram submetidas às condições mais precárias do mercado de trabalho, além de sobrecarregadas com as atividades domésticas e toda a responsabilização com a família (Cisne, 2015, p. 129).

Dessa forma, podemos dizer que, mesmo com a entrada da mulher no mercado de trabalho, ela ainda tem, sob sua responsabilidade, as tarefas domésticas, de reprodução social, seja por meio da jornada intensiva e extensiva de trabalho, ou por ter outra mulher, alguma mulher da família ou por outras mulheres remuneradas e exploradas, que cumpra com essa obrigação. Cisne (2015) pontua que as tarefas domésticas, além de sobrecarregarem as mulheres no trabalho, ainda garantem a possibilidade de flexibilizar suas funções. Assim, diante da feminização do mercado

de trabalho, podemos pensar que a conquista é mais expressiva para atender aos interesses do capital, do que uma conquista social das mulheres no espaço público assalariado:

> De fato, a utilização da mão de obra feminina no processo de flexibilização e modernização produtiva ocorre por meio de jornadas parciais, contratos por tempos determinados, trabalhos em domicílio, utilizando-se, uma vez mais, da qualificação informal adquiridas pelas mulheres no trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma real de valorização do trabalho feminino. Pelo contrário, elas estão submetidas a condições de trabalho precárias e inseguras, marcada por baixos salários, pela realização de tarefas simultâneas e flexíveis, ocasionando intensificação do ritmo do trabalho e perda de direitos legais [...]. Com a reestruturação produtiva, permanecem a discriminação e a exclusão das mulheres no novo modelo de organização produtiva, trazendo várias consequências de sofrimento não apenas físicos como também psíquicos para as trabalhadoras (Neves, 2000, p.182).

A presença significativa de mulheres no mercado de trabalho é marcada pela flexibilização e múltiplas funções que a mulher passa a assumir dentro e fora do espaço doméstico. Além disso, uma crescente informalidade e precarização de direitos trabalhistas, que marca o cenário do mercado de trabalho, é ainda mais presente contexto de trabalho de mulheres, facilitada pela subordinação que historicamente foi sendo atribuída a elas, além de uma desvalorização relacionada a atividades que assumem características de cuidado e “não trabalho” e, por isso, foram determinadas como atividades femininas, justificando os baixos salários, o descrédito e a falta de necessidade de proteção trabalhista.

Nogueira (2004, p. 24), ao estudar a feminização do mercado de trabalho, também aponta para a intensa precarização das condições de trabalho da mulher, que, no mundo inteiro, recebe os menores salários e está condicionada a contratos parciais, ao subemprego e ao desemprego. A autora parte da tese de que “[...] a divisão social e sexual do trabalho, na configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo, intensifica fortemente a exploração do trabalho, fazendo-o, entretanto, de modo ainda mais acentuado em relação ao mundo do trabalho feminino”. Para Nogueira (2004, p. 82),

> [...] essa situação se dá porque o capital necessita também do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva já que isso lhe é imprescindível para o processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica.

Destarte, observa-se que o capital se apropria cada vez mais dessa dinâmica de opressão, expandindo mecanismos e intensificando a exploração do trabalho feminino. Nesse contexto, a análise crítica de Cisne e Santos (2018) destaca o agravamento desse processo em períodos de crise do capital, nos quais a ideologia dominante reforça a responsabilização das famílias — especialmente das mulheres — pela reprodução social, em um cenário de crescente precarização das políticas públicas. São as mulheres mais empobrecidas da classe trabalhadora que sofrem de forma mais intensa com a ausência de serviços públicos no Estado neoliberal, assumindo integralmente o trabalho de cuidado, um papel historicamente naturalizado e reforçado pelo discurso conservador.

Ademais, as autoras destacam que a precariedade das condições de reprodução social não se restringe ao ambiente doméstico, mas se estende para além das residências. Associadas ao trabalho de cuidado familiar, as mulheres pertencentes aos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora também são submetidas a ocupações precarizadas, como a limpeza de ruas, calçadas e outros espaços públicos.

Cisne e Santos (2018) também citam Mioto (2008), que discute a presença do familismo nas políticas sociais brasileiras, atribuindo à família a responsabilidade primordial pelo bem-estar social, naturalizando o papel das mulheres como principais provedoras do cuidado. Essa concepção desobriga o Estado de garantir direitos e políticas públicas, deslocando para o âmbito privado questões que deveriam ser de responsabilidade coletiva. No contexto neoliberal, o familismo aprofunda desigualdades, sobrecarregando especialmente as mulheres mais pobres (principalmente as mulheres negras), que assumem tanto o trabalho doméstico não remunerado quanto atividades precarizadas no mercado de trabalho:

> Do desmonte das políticas sociais e da ausência do Estado, advém para as mulheres o aumento da carga de trabalho doméstico não remunerado – invisível, não valorizado pela previdência nem protegido como atividade de reprodução social -, responsabilidades essas antes devidas ao poder público. Não havendo equipamentos como creches, hospitais, centros de convivência para idosos e crianças, lavanderias e restaurantes comunitários, serão as mulheres que absorverão tais tarefas (cuidas das crianças, idosos, doentes etc). E, essas horas que as mulheres dedicarão ao trabalho reprodutivo – não remunerado – como consequência, subtrairão significativamente as suas possibilidades no mercado de trabalho, obstaculizando o pleno exercício de suas capacidades produtivas (Brasil, 2004, p. 6).

Consideramos que a prostituição feminina, como possibilidade de trabalho, torna-se uma das alternativas de subsistência para muitas mulheres que buscam melhores condições de vida para suas famílias. No entanto, essa atividade configura-se como um espaço de trabalho precarizado e de superexploração feminina, envolvendo não apenas as problemáticas já mencionadas ao longo deste capítulo, mas também aspectos legais, morais e sociais relacionados ao sistema heteropatriarcal-racista-capitalista.

Dessa forma, no segundo capítulo, aprofundaremos a discussão sobre as diferentes nuances da exploração do trabalho sexual no contexto da prostituição no capitalismo contemporâneo.

2 O TRABALHO SEXUAL NO CONTEXTO DA PROSTITUIÇÃO

Este capítulo oferece uma visão panorâmica sobre a trajetória histórica da prostituição, abordando as transformações na função social da prostituta ao longo do tempo. O foco recai sobre como, em diferentes períodos históricos, o controle da sexualidade, da autonomia e do trabalho reprodutivo das mulheres se articulou como parte dos mecanismos de dominação social.

Dentro dessa perspectiva, o capítulo também lança luz sobre a particularidade do contexto brasileiro, considerando a história de um país colonizado e os impactos da colonialidade nas condições de vida e trabalho das mulheres que atuam na prostituição. Assim, é explorado como a lógica colonial continua a influenciar as relações sociais, econômicas e culturais que atravessam a realidade das mulheres trabalhadoras sexuais.

No decorrer do capítulo, são examinados os debates históricos e contemporâneos em torno da prostituição, incluindo questões como higienização, trabalho, legalização e exploração. A análise se amplia para abordar a configuração contemporânea do trabalho sexual, situando-o como uma atividade que, sob a lógica capitalista, se insere nas dinâmicas do trabalho (re)produtivo, destacando sua relação com as estruturas de opressão e exploração que marcam a sociedade atual.

Ao entrelaçar essas temáticas, o capítulo busca oferecer uma compreensão mais aprofundada sobre a prostituição como uma prática atravessada por múltiplas camadas de significados históricos, sociais e econômicos, contribuindo para a reflexão crítica sobre as condições de vida e trabalho das mulheres que vivem dessa atividade.

2.1 MULHERES TRABALHADORAS E A PROSTITUIÇÃO: ENTRE A AUTONOMIA E O TRABALHO REPRODUTIVO

Mas o que é trabalho sexual no contexto da prostituição? Para as mulheres que se entendem por trabalhadoras sexuais, a prostituição não pode ser reduzida à ideia de venda ou aluguel do corpo. Compartilhamos da perspectiva trazida pelo Observatório da Prostituição[24], que, a partir de pesquisas junto a trabalhadoras

[24] O Observatório da Prostituição é um grupo acadêmico de pesquisa da UFRJ, criado em 2013, o qual tem como principal objetivo o projeto de extensão da linha Direitos Humanos e Justiça, que trabalha junto à Rede Brasileira de Prostitutas e outras organizações parceiras visando a acompanhar a

sexuais, define que o trabalho sexual se trata, na verdade, da prestação de um serviço que envolve práticas, relações, desejos e valores, inseridos em um amplo universo de trocas econômico-sexuais. Essas dinâmicas se desenvolvem por meio de interações entre diversos atores, em contextos sociais, culturais e econômicos variados.

Sabemos que essa não é a única abordagem, e, que quando falamos em prostituição, há muitas dimensões a serem analisadas dentre desse fenômeno[25]. De acordo com José Miguel Olivar (2013, p. 33), o termo "prostituição" está associado a um conjunto de relações que passaram e continuam passando por transformações. Ademais, é uma construção simbólica, uma imagem ou ideia, que carrega um valor predominantemente negativo no contexto ocidental. Trata-se de uma categoria abrangente e complexa, que atua como um "guarda-chuva" conceitual e simbólico, envolvendo e sendo moldada por uma variedade de práticas que não se restringem exclusivamente ao campo econômico ou sexual.

Segundo Nickie Roberts (1992, p. 17), ex-trabalhadora do sexo, historiadora e escritora, "[...] as prostitutas eram e são mulheres interessantes", pois foram as primeiras a dizer não ao domínio patriarcal. Ao contextualizar as prostitutas na história, a autora retoma o que ela chama de era matriarcal, cerca de 2500 a.C. [26], momento da história em que as mulheres eram quem estabeleciam o regime social vigente em

formação de arenas públicas e a formulação de projetos de lei sobre o trabalho sexual no Brasil e fazer circular novos sentidos da prostituição de acordo com as construções do movimento social. Acompanha, pois, o debate nacional e internacional sobre o reconhecimento do trabalho sexual e demais lutas do movimento de prostitutas, promovendo atividades variadas (exposição, debates, cursos de extensão, etc.) e contribuindo para o tratamento e preservação do acervo do movimento brasileiro de prostitutas junto ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em http://cidadania.forum.ufrj.br/index.php/nosso-associados/141-observatorio-da-prostituicao-laboratorio-de-etnografia-metropolitana.

[25] Consideramos importante oferecer um breve panorama histórico sobre o trabalho sexual no contexto da prostituição, uma prática que acompanha a trajetória da humanidade. O objetivo é compreender alguns dos debates controversos em torno do tema e esclarecer a abordagem adotada nesta pesquisa. No entanto, este capítulo não se propõe a narrar a história completa da prostituição nem a abarcar todas as perspectivas relacionadas a essa discussão.

[26] A existência de sociedades completamente matriarcais no passado é um tema amplamente debatido e controverso. Segundo Lerner (2019, p. 64), o "mito do matriarcado", entendido como um sistema social em que as mulheres detêm poder político, econômico e cultural equivalente ou superior ao dos homens, carece de mais evidências históricas sólidas. Segundo a autora, mais importante do que estabelecer as origens é perguntar: "como homens e mulheres, na criação da sociedade e na construção do que chamamos de civilização ocidental, chegaram à situação atual?" Dessa forma, optamos por incluir a obra *As Prostitutas na História* (1992), de Nickie Roberts, por ser amplamente citada em estudos sobre prostituição. Além disso, Roberts oferece uma abordagem crítica e feminista, apresentando ricos elementos históricos que ilustram a prostituição ao longo da história. Sua análise contribui para desnaturalizar a estigmatização das mulheres que exercem a prostituição e para problematizar as estruturas de poder e os contextos econômicos que sustentam essa prática como uma instituição social.

uma posição dominante. Eram elas as responsáveis pela economia, coleta de alimentos, tecnologias com ferramentas e cuidados através de atividades comunitárias.

Roberts (1992) narra um momento da história da sociedade em que mulheres eram representações terrenas de deusas, capazes de gerar outras vidas, expressando o poder original fonte de criação do universo e a natureza. As mulheres tinham o controle da sua própria sexualidade, pois esta estava ligada à fertilidade. A religião e a sexualidade eram interligadas, o sexo era sagrado e fazia parte de um ritual em que toda a comunidade participava.

Ainda segundo Roberts (1992), em torno de 3000 a.C., tribos de guerreiros, homens, até então, nômades, com a consciência do papel do homem no processo de procriação, interessados na economia de criação de gado, começam a invadir territórios matriarcais, sujeitando-os ao poder masculino. Assim, começa a chamada era histórica com sociedades híbridas[27], com formas de poder matriarcais e patriarcais.

A sexualidade das mulheres começou a ser reivindicada a partir da necessidade em se definir a paternidade da criança, pois, agora, em posse da terra, precisa-se determinar a linha de herança da propriedade privada. A posse da terra se estende então à mulher e à geração da vida. Nesse momento, também podemos apontar para a importância da instituição do casamento para controlar a sexualidade das mulheres e como forma de dominação. A sexualidade vivida no campo dos ritos religiosos, em culturas com tendências matriarcais, ganha *status* de prostituição sagrada, um primeiro registro na escrita dessa atividade (Roberts, 1992).

A prostituição sagrada era o ponto focal do ritual religioso, agora com homens ocupando lugares de poder como deuses e sacerdotes. Mas ainda há de se considerar a resistência do poder de mulheres, que se mantêm enquanto sacerdotisas dos templos, primeiras prostitutas da história. A mulher era fonte do amor, prazer e ternura. Em alguns registros, a historiadora mostra que essa mulher, em contato com o homem selvagem, o levaria a uma vida nova e humanizada, “como uma mãe”, civilizando os

[27] Há evidências históricas e antropológicas de sociedades que apresentaram características híbridas, combinando elementos de poder matriarcal e patriarcal em diferentes graus. Essas sociedades não podem ser classificadas como plenamente matriarcais nem patriarcais, mas demonstram uma distribuição mais balanceada de poder entre os gêneros em certos aspectos. Alguns exemplos podem ser observados em sociedades indígenas, comunidades antigas e culturas tradicionais (Sanday, 2002).

homens. As prostitutas-sacerdotisas eram a representação da deusa Inanna, “[...] divindade benigna das artes civilizadas, da música, da dança, da poesia, dos relacionamentos humanos e da cura” (Roberts, 1992, p.24). As prostitutas-sacerdotisas tinham lugar de poder e prestígio ainda que em meio a um processo de mudança nas relações de poder entre homens e mulheres.

Registros babilônicos (cerca de 2400 a.C.) contam que havia classes diferentes de prostitutas. As entu, que vestiam roupas, joias e símbolos. Cuidavam dos afazeres do templo sagrado, assim como de homens governantes, e tinham funções ligadas aos rituais e cerimônias. As naditu, que se envolviam com o comércio e desempenham um papel essencial na economia do país. As qadishtu e as ishtaritu, que dedicavam suas vidas e trabalho a serviço da deusa Ishtar (deusa Inanna). Essas mulheres se dedicavam ao canto, aos instrumentos musicais e à dança. Também havia as harimtu, que trabalham tanto no interior dos templos, como na rua, enriquecendo os templos com as oferendas que recebiam a partir dos ritos sexuais (Roberts, 1992).

Ainda assim, grande parte das mulheres que exerciam a função de prostitutas podiam se casar e ter filhos, mas, à medida que as instituições religiosas e políticas masculinas foram se desenvolvendo e crescendo, estabelecendo formas de controle da mulher e filhos enquanto propriedade privada de seus maridos, foi se aprofundando um abismo entre as prostitutas e as outras mulheres. Esse abismo marca também uma condição social de boas mulheres, aquelas que poderiam se casar e seguir as tradições, e as más, as prostitutas, ou mulheres que não se submetiam à autoridade patriarcal. Notamos que, nessa direção, o controle da mulher estava condicionado à autonomia do seu corpo e da sua sexualidade, o que também atravessava sua autonomia econômica.

O homem, que continuava mantendo sua liberdade, se relacionava com as esposas e com as prostitutas, que, por sua vez, continuavam resistindo à domesticação, mantendo sua autonomia. Como o sexo ainda tinha relação com o sagrado, não havia a estigmatização dessa prática, uma ameaça ao poder patriarcal. Dessa forma, para que o poder das prostitutas pudesse ser derrubado, era necessário que se criasse, para além de um sistema social, uma mudança no sistema moral, que pudesse repreender o sexo e excluir as prostitutas da prática religiosa sagrada. É nesse momento que vemos ganhando visibilidade nos contextos mais tradicionais o Velho Testamento (1000 a.C.), que trazia a sexualidade como parte do pecado e as prostitutas não mais como figuras sagradas. O caminho para essa repreensão no

Velho Testamento era o ataque à prostituição e a qualquer mulher que fugisse das normas de virgindade, casamento e submissão ao homem, sustentando-se na ideia, baseada na figura de Eva, de que a autonomia sexual feminina era a origem de todo o mal da humanidade (Roberts, 1992).

Embora tenham emergido discursos mais tradicionais, ainda é possível observar a conexão das prostitutas com figuras sagradas e de alto prestígio social, como na Grécia e na Roma antigas. Contudo, mesmo entre as prostitutas de alta classe, já se percebia a associação da prostituição a condições precárias, marcadas pelo controle e pela privação de direitos.

Na Grécia, destacavam-se diferentes categorias de mulheres que exerciam a prostituição, incluindo as hetairas, consideradas prostitutas de alta categoria. Essas mulheres eram admiradas por sua inteligência e habilidade na gestão de recursos, além de demonstrarem competências políticas e participarem de atividades tradicionalmente masculinas. Sua formação abrangia áreas como literatura, filosofia e retórica. Atuavam em bordéis sem sofrer represálias e, frequentemente, eram associadas à deusa Afrodite, sendo consideradas sua personificação (Ceccarelli, 2008).

Nesse período, observa-se uma progressiva perda de direitos pelas mulheres. A Grécia foi pioneira em explorar e controlar as mulheres no contexto da prostituição. Na sociedade da Atenas clássica, as mulheres passaram a ser sistematicamente privadas de direitos, especialmente sob o regime de líderes homens, como Sólon[28], que, entre 600 a.C. e 500 a.C., implementou um conjunto de leis definindo o papel de cada mulher na sociedade. Essas normas restringiam as mulheres ao ambiente doméstico, direcionando sua educação exclusivamente para tarefas do lar. Elas enfrentavam severas limitações à liberdade de locomoção, eram proibidas de possuir ou herdar propriedades e viviam sob constante tutela: primeiro do pai, depois do marido e, na ausência deste, do filho mais velho (Roberts, 1992).

Para Sólon, as mulheres eram classificadas em dois grupos principais: esposas ou prostitutas. Qualquer mulher que buscasse uma vida independente de um homem, como estrangeiras, pobres ou escravas, era automaticamente associada à segunda

[28] Sólon (c. 638–558 a.C.) foi um legislador, poeta e estadista ateniense, conhecido por suas reformas políticas, econômicas e sociais que aboliram a escravidão por dívidas e limitaram o poder da aristocracia. Considerado um dos “Sete Sábios da Grécia”, suas medidas lançaram as bases para a democracia ateniense.

categoria. Muitas vezes, essa classificação se tornava realidade, pois tais mulheres tinham poucas alternativas de sobrevivência além da prostituição.

Ainda de acordo com Roberts (1992), em Atenas, a prostituição alcançou um nível de expansão sem precedentes. Reconhecendo seu potencial como uma fonte lucrativa, Sólon criou bordéis oficiais sob administração estatal. Nesses estabelecimentos, escravas eram exploradas, vivendo em condições precárias, com moradias insalubres e apertadas, semelhantes a celas. Os lucros obtidos com seu trabalho não lhes eram repassados, sendo destinados a um funcionário encarregado de gerenciar o bordel, o que tornava improvável que qualquer parcela chegasse às mulheres exploradas. Esse modelo representou o primeiro registro histórico de exploração sistemática das mulheres a partir da prática da cafetinagem.

Alves (2014) destaca, em sua pesquisa sobre prostituição e religião, que, na Roma Antiga, a prostituição mantinha uma relação com a religiosidade, sendo as mulheres frequentemente associadas à deusa Vênus, considerada a protetora das prostitutas. Nesse contexto, a prática era profundamente integrada à economia romana e amplamente aceita pela sociedade, sem qualquer estigma para aqueles que ofereciam ou consumiam serviços sexuais. Essa visão é reforçada por Roberts (1992, p. 77) ao afirmar que “[...] a sexualidade e a prostituição eram aspectos normais da vida: abertamente exibidas, exploradas, debatidas e até celebradas. O Estado Romano não hesitava em lucrar publicamente com essa atividade”.

A autora ressalta que, entre os anos 800 a.C. e 500 d.C., durante o desenvolvimento de Roma Antiga, ocorreu um processo comparável ao da Grécia. Apesar disso, as mulheres romanas gozavam de mais liberdade e direitos em relação às gregas. Entretanto, a sociedade era fortemente marcada por leis patriarcais, que consolidaram o poder masculino por meio do controle da terra e da organização política familiar.

No início da República, a prostituição ainda não era uma prática amplamente disseminada em Roma. Porém, a expansão territorial do império, o aumento da urbanização e a intensificação da desigualdade social criaram condições favoráveis para o crescimento dessa atividade. Mulheres dos povos derrotados em batalhas eram frequentemente escravizadas e, em muitos casos, forçadas à prostituição por suas senhoras, enriquecendo a aristocracia. Paralelamente, a destruição das propriedades camponesas durante as guerras resultou no empobrecimento do

campesinato, levando muitas mulheres rurais a recorrerem à prostituição para sobreviver (Roberts, 1992).

As prostitutas de classes mais baixas eram submetidas à obrigatoriedade de registro, ao pagamento de impostos pela profissão e à proibição de usar determinados trajes. Já as mulheres pertencentes às classes mais elevadas, como atrizes e dançarinas, não enfrentavam essas exigências estatais. Entretanto, devido à fiscalização insuficiente e à impossibilidade de retirar o nome após sua inclusão no registro oficial, muitas optavam por não se registrar. Dessa forma, surgiam duas categorias distintas: as meretrices, registradas formalmente, e as prostibulae, que permaneciam sem registro. Nesse contexto, a prostituição não era tratada como uma prática ilícita ou alvo de estigmatização. Pelo contrário, a atividade gerava receitas para o Estado, por meio da cobrança de impostos, e para os senadores, que lucravam alugando suas propriedades como bordéis:

> Só após a queda da civilização romana foi que a nova religião do cristianismo completou seu golpe sobre o dogma oficial. Os homens que estavam no poder começaram a aceitar tacitamente a ideia de que a prostituição era moralmente repreensível e que as próprias prostitutas eram um mal e uma ameaça de corrupção para o resto da sociedade. Estava se iniciando o prelúdio de uma nova era de ódio à mulher (Roberts, 1992, p. 77).

Segundo Roberts (1992), na Idade Média, a prostituição era percebida como um “mal necessário”. Com a ascensão do cristianismo, a relação com essa prática apresentava uma dualidade: combate e tolerância coexistiam. As prostitutas, enquanto exerciam sua atividade, eram excomungadas; contudo, até certo ponto, também eram aceitas. Isso ocorria porque eram vistas como um “mal necessário”, desempenhando o papel de um “dreno” para os impulsos sexuais masculinos, que, de outra forma, poderiam afastá-los de Deus.

Federici (2017)[29], ao abordar a politização da sexualidade no contexto do cristianismo, destaca que o clero percebeu o poder que o desejo sexual concedia às mulheres sobre os homens e, por isso, buscou ativamente erradicá-lo. Para isso, associou a espiritualidade à prática de evitar as mulheres e a sexualidade. Assim, a

[29] Em *O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva (2017)*, Silvia Federici aborda as origens históricas do capitalismo, focando no impacto sobre as mulheres, os corpos e as formas de trabalho. Federici expande o conceito de “acumulação primitiva” de Karl Marx para incluir a opressão e exploração das mulheres como parte fundamental do desenvolvimento do capitalismo.

sexualidade se tornou um objeto de vergonha, sendo utilizada como uma ferramenta para enfraquecer o poder feminino e a atração erótica das mulheres.

Nesse processo, a sexualidade adquiriu um novo significado: transformou-se em um tema de confissão, no qual até os mais mínimos detalhes das funções corporais íntimas passaram a ser discutidos. A Igreja procurou instituir um verdadeiro catecismo sexual, impondo normas rígidas sobre o ato sexual, como as posições permitidas (na verdade, apenas uma era aceita), os dias apropriados para o sexo, e com quem era permitido ou proibido. Defendeu o casamento e a relação sexual com fins procriativos, condenando as práticas sexuais não voltadas para a reprodução. Dessa forma, a Igreja fez da sexualidade[30] uma questão de controle estatal (Federici, 2017).

Sob o controle exercido pela igreja sobre a sexualidade, as mulheres que se dedicavam à prostituição eram formalmente excomungadas e excluídas do convívio social. Além disso, os “bons cristãos” recebiam instruções claras para evitar qualquer aproximação com mulheres consideradas “pecaminosas” e “imorais”.

Durante a crise intensificada pela peste negra, que resultou em uma significativa redução demográfica e, consequentemente, na escassez de trabalhadores, consolidou-se o que Federici (2017) denomina “crise do trabalho”. Nesse contexto, as autoridades políticas adotaram medidas contrarrevolucionárias, incluindo estratégias para cooptar os jovens trabalhadores mais rebeldes. Uma dessas estratégias foi a implementação de uma política sexual manipuladora, que oferecia acesso ao “sexo gratuito” e transformava o antagonismo de classe em hostilidade contra as mulheres proletárias.

Nesse cenário, o estupro de mulheres pobres tornou-se uma prática comum, frequentemente tolerada pelo Estado. Tal violência não apenas debilitava a solidariedade de classe, alcançada nas lutas antifeudais, mas também condenava as vítimas a uma exclusão social quase irreversível. Com a reputação destruída, essas

[30] Federici (2017) explica que, na Idade Média, os movimentos heréticos, compostos por grupos e indivíduos que desafiavam os dogmas, as práticas e a autoridade da Igreja Católica, também viviam sua sexualidade de forma distinta daquela imposta pela instituição. Homens e mulheres conviviam sem a necessidade de casamento formal e adotavam uma abordagem mais livre em relação à sexualidade. Além disso, o uso de métodos contraceptivos e a prática de abortos, que permitiam algum controle sobre a reprodução, tornaram as mulheres alvos de perseguições, diante das chamadas “heresias”. Com o advento da peste negra e a consequente queda populacional, a preocupação com a chamada “crise do trabalho” levou a Igreja a intensificar essas perseguições.

mulheres frequentemente se viam forçadas a abandonar suas comunidades ou recorrer à prostituição para sobreviver.

A normalização do estupro instaurou um ambiente profundamente misógino, que resultou na degradação de todas as mulheres, independentemente de sua classe social. Além disso, essa prática contribuiu para a insensibilização da sociedade em relação à violência contra as mulheres, criando as condições para o início das perseguições da caça às bruxas[31], que ocorreriam nesse mesmo período (Federici, 2017).

De acordo com Federici (2017), a oficialização da prostituição constituiu um elemento central da política sexual fragmentadora implementada pelas autoridades com o intuito de enfraquecer os protestos dos trabalhadores. Para tal, foram instituídos bordéis municipais, que rapidamente se proliferaram por toda a Europa. Sustentada pelos altos salários da época, a prostituição gerida pelo Estado foi vista como uma medida eficaz para conter a agitação da juventude proletária. Ademais, representou uma estratégia vantajosa para as autoridades, pois não apenas contribuía para o controle social, mas também gerava significativas receitas fiscais (Federici, 2017).

A rígida postura de controle e rejeição da prostituição pela Igreja precisou se modificar diante de uma série de transformações econômicas, sociais e políticas. Com essas mudanças, as prostitutas ganharam liberdade para abordar clientes em qualquer local da cidade, incluindo em frente às igrejas e durante as missas. Além disso, deixaram de estar sujeitas a códigos de vestimenta ou ao uso de marcas distintivas, uma vez que a prostituição passou a ser oficialmente reconhecida como um serviço público.

Nesse contexto, a Igreja, em determinado momento, passou a aceitar a prostituição como uma atividade legítima, mesmo que ainda existisse ameaça à moralidade pública. Porém, as autoridades muitas vezes aceitavam ou toleravam a prostituição devido à sua percepção de que ela era uma necessidade social. Os bordéis administrados pelo Estado eram vistos como uma solução para combater práticas sexuais consideradas desviantes, como as orgias atribuídas às seitas

[31] A caça às bruxas, segundo Federici (2017), foi um dos processos mais importantes para estabelecer as bases do capitalismo moderno. Ela destruiu a autonomia das mulheres, impôs normas patriarcais e organizou o trabalho e os corpos em conformidade com as necessidades de exploração do novo sistema. Esse fenômeno, portanto, não pode ser entendido apenas como um episódio de intolerância religiosa ou histeria coletiva, mas como um elemento estruturante do capitalismo que conhecemos hoje.

heréticas e à sodomia, além de serem considerados um meio para proteger a vida familiar (Federici, 2017).

A ascensão da doutrina protestante, que exaltava o casamento e condenava a sexualidade fora desse contexto, levou a Igreja Católica a adotar uma postura mais rígida em relação à prostituição, buscando preservar seus fiéis. Durante a Contrarreforma, especialmente com o Concílio de Trento em 1563, a Igreja intensificou a moral católica, rompendo parcerias com Estados na gestão de bordéis em várias cidades europeias no século XVI e apoiando medidas estatais de repressão e proibição da prostituição (Lobo, 2017).

O Concílio de Trento reforçou a moralidade sexual católica, exaltando o casamento monogâmico e condenando quaisquer outras práticas sexuais fora desse contexto, consolidando o controle sobre as mulheres, suas práticas sexuais e reprodutivas, alinhando-se às exigências de uma sociedade em transição para o capitalismo.

Ao final da Idade Média, em várias cidades europeias, tanto a Igreja quanto o Estado desempenhavam papéis na exploração da prostituição. Apesar de ser condenada em diversos lugares da Europa e duramente reprimida durante o período da Inquisição, a prostituição não somente sobreviveu às restrições legislativas, espaciais e sociais da época medieval, como também se expandiu à medida que o comércio ultrapassava fronteiras e transformava o espaço urbano (Lobo, 2017).

No século XVI, com o declínio populacional causado por guerras, epidemias e fome, que marcam o início da transição para o capitalismo, os Estados europeus implementaram políticas de controle da sexualidade, da procriação e da vida familiar para assegurar a reprodução da força de trabalho. Essas medidas incluíram a repressão da sexualidade feminina, quebrando o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução, a exaltação do casamento como instituição central e a criminalização de práticas como o aborto e a contracepção, consolidando o papel das mulheres como reprodutoras dentro da nova ordem social e econômica (Federici, 2017).

Cada vez mais, amplia-se o controle do corpo dessa mulher que agora precisava garantir seu papel de procriadora da classe trabalhadora. Federici (2017, p.182) ressalta que, “[...] ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos, o Estado privou-as da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, degradando a maternidade à condição de trabalho forçado, além de confinar as

mulheres à atividade reprodutiva [...]", forçadas a produzir indivíduos e cuidá-los para o Estado.

A campanha para que as mulheres permanecessem em casa, com o objetivo de garantir a procriação, resultou na exclusão delas de diversos postos de trabalho. Surgiu a ideia de que as mulheres não deveriam trabalhar fora, mas apenas contribuir na "produção" como um auxílio aos maridos. Qualquer trabalho realizado por elas em casa passou a ser considerado "não trabalho" e desprovido de valor, mesmo quando ligado ao mercado. Gradualmente, todo trabalho feminino realizado no ambiente doméstico foi classificado como "tarefa doméstica", enquanto o trabalho fora de casa era remunerado com valores inferiores aos pagos aos homens — insuficientes para garantir sua subsistência. O casamento tornou-se, então, a principal "carreira" destinada às mulheres. Acreditava-se tanto na incapacidade feminina de sobreviver de forma independente que, mesmo quando uma mulher solteira buscava se estabelecer em um vilarejo, era expulsa, ainda que recebesse um salário (Federici, 2017, p. 184).

A expropriação das terras e a falta de acesso ao trabalho assalariado impulsionaram a prostituição como principal forma de subsistência para muitas mulheres. Com isso, a atitude institucional em relação à prostituição mudou. Se, na Baixa Idade Média, ela era vista como um "mal necessário" e as prostitutas desfrutavam de bons salários, no século XVI, a situação se inverteu. Em um contexto de crescente misoginia, com a Reforma Protestante e a caça às bruxas, a prostituição foi progressivamente restringida e, posteriormente, criminalizada. Entre 1530 e 1560, bordéis urbanos foram fechados e as prostitutas, especialmente as de rua, sofreram severas punições, como banimento e flagelação (Federici, 2017).

Federici (2017) argumenta que esses eventos refletem o processo de exclusão das mulheres do trabalho socialmente reconhecido e das relações econômicas baseadas no dinheiro, além de estarem ligados à imposição da maternidade forçada e à caça às bruxas:

> Embora o trabalho assalariado das mulheres e os trabalhos domésticos e sexuais (remunerados) ainda sejam estudados com muita frequência isolados uns dos outros, agora nos encontramos numa melhor posição para ver que a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar. Dessa forma, podemos relacionar a proibição da prostituição e a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da

> família como lugar para a produção da força de trabalho (Federici, 2017, p. 188).

As mulheres tentaram resistir a essa repressão, mas fracassaram devido às táticas intimidadoras usadas pelos trabalhadores contra elas. As que trabalhavam fora de casa, no espaço público e para o mercado, eram retratadas como “megeras”, “putas” ou “bruxas”. Essa tentativa só teria sucesso com a cooperação das autoridades, que perceberam que ela atendia aos seus interesses. A exclusão das mulheres dos ofícios permitiu sua fixação no trabalho reprodutivo e sua exploração como mão de obra mal remunerada na indústria artesanal doméstica (Federici, 2017, p. 190).

Em relação à prostituição, mesmo nesse contexto, ela não desapareceu. Foram claras as tentativas de controlar as mulheres, evidenciadas pela crescente distinção entre as “boas” e as “más” mulheres, sugerindo que o casamento e o trabalho reprodutivo deveriam ser os destinos ideais para elas, com uma severa diferença moral entre os dois grupos.

No período de Revolução Industrial, a intensificação da industrialização, o aumento do desemprego feminino e os baixos salários oferecidos às mulheres levaram muitas trabalhadoras a recorrerem à prostituição como meio de subsistência. Nesse cenário, a classe trabalhadora crescia, organizava-se em sindicatos, adotava ideais políticos mais revolucionários e promovia uma cultura sexual mais liberal, o que gerava uma sensação de ameaça à burguesia. Em resposta, a classe média e a burguesia buscaram impor seus valores de moralidade à classe trabalhadora, enfatizando a ética do trabalho e o controle da sexualidade, estruturados na família nuclear patriarcal (Afonso; Scopinho, 2013).

Buscou-se disciplinar a atividade para manter o controle social. Entre os séculos XVI e XIX, surgiram leis e regulamentos com o objetivo de regular a prostituição. Em várias cidades europeias, foram criados bordéis ou zonas de prostituição regulamentadas como uma tentativa de controlar a prática e evitar sua expansão desordenada, enquanto as mulheres envolvidas na prostituição eram frequentemente marginalizadas ou criminalizadas.

Várias análises sobre esse período destacam a relevância da discussão de Foucault (2009) sobre o que ele denomina de “era do biopoder”, que surge no final do século XVIII e se expande ao longo do século XIX. Esse novo poder se concentra no

controle e na regulação da vida humana, abrangendo tanto o indivíduo quanto a coletividade. O controle da sexualidade, como uma ferramenta de poder moderno para disciplinar os corpos e regular a sociedade, ganha um papel central. Dentro dessa estratégia, que visa a construir um saber e um poder sobre a sexualidade, o prazer desvinculado das funções reprodutivas e fora do contexto do casamento passou a ser visto como um alvo de intervenção. Esse prazer, associado a práticas sexuais não convencionais, foi considerado uma patologia social, exigindo uma correção.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, nesse contexto de transformação social, não havia espaço para a figura da prostituta. Como resultado, a repressão à prostituição intensificou-se em âmbito internacional (Afonso; Scopinho, 2013).

2.2 A PROSTITUIÇÃO NOS PAÍSES COLONIZADOS E A PERSISTÊNCIA DA COLONIALIDADE SOBRE AS TRABALHADORAS SEXUAIS: UM RECORTE DO CONTEXTO BRASILEIRO

A prostituição nas colônias, assim como na Europa, estava intrinsecamente ligada à exploração econômica, e as mulheres passaram a ser vistas não apenas como forças de trabalho reprodutivo, mas também como uma classe marginalizada e submetida a controle. Nas colônias, as mulheres, especialmente as indígenas e africanas, foram frequentemente forçadas à prostituição, sendo tratadas como objetos de consumo sexual pelos colonizadores. A exploração sexual dessas mulheres reflete a dinâmica de colonialidade, na qual, principalmente as mulheres racializadas, tiveram seu controle sobre os próprios corpos e suas práticas de sexualidade desmantelados, operando dentro de um sistema de dominação e subordinação que se expandia com a colonização:

> Além disso, o uso da força sexual por um grupo invasor estava longe de ser novidade no início do período moderno. Muito menos a convicção de que a população conquistada era sexualmente inferior e, portanto, legitimamente aberta à exploração. A escala do ímpeto sexual nas Américas, contudo, foi invulgarmente gigantesca. [...]. Os exploradores e conquistadores europeus concluíram com rapidez que os nativos americanos eram sexualmente desregrados e imorais. Alguns deploravam o fato e exigiam solução. Outros se deleitavam no que parecia um óbvio celeiro de oportunidades. Alguns faziam ambas as coisas (Stearns, 2010, p. 117-118).

Assim, a prostituição no Brasil está presente nos registros históricos desde o período das primeiras invasões europeias, inicialmente envolvendo as índias. Posteriormente, a chegada de diversas portuguesas ao “Novo Mundo” foi motivada pela busca de novas oportunidades, somada à ausência de punições e à desigualdade numérica entre homens e mulheres, o que lhes garantia uma ampla clientela para a oferta de serviços sexuais (Lobo, 2017).

Durante o início da colonização brasileira, a prostituição era considerada necessária, influenciada, entre outros aspectos, pela significativa desproporção entre homens e mulheres. Em Minas Gerais, por exemplo, no início do processo de povoamento, havia uma relação de 18 homens para cada mulher. Naquela Província, por volta do século XVIII, a prática da prostituição alcançou níveis mais elevados do que em qualquer outra região, impulsionada pelo grande fluxo de imigrantes masculinos atraídos pela exploração aurífera (Estefam, 2016, p. 170).

No século XVIII, o aumento do fluxo migratório decorrente da exploração das minas levou a um expressivo crescimento das casas de prostituição. São Paulo e Rio de Janeiro destacavam-se como os principais destinos iniciais de forasteiros, criminosos e prostitutas. Paralelamente, havia uma preocupação crescente com a manutenção da ordem pública, sendo a perturbação dessa ordem frequentemente punida com o isolamento social. Para as mulheres, essa punição era aplicada tanto às prostitutas quanto às adúlteras. Além disso, o envio de mulheres para regiões mais isoladas representava uma estratégia de povoamento, refletindo também uma forma de dominação sobre seus corpos, vistos como reprodutores dentro da nova ordem social e econômica (Cavour, 2011).

Na segunda metade do século XIX, especialmente no Rio de Janeiro após a chegada da família real, houve um expressivo crescimento populacional, que passou de 48.100 para 522.651 indivíduos. Entretanto, a maioria dessa população encontrava-se sem ocupação. Para as mulheres, a situação era ainda mais desfavorável devido aos preconceitos que limitavam suas possibilidades de trabalho. Nesse contexto, a prostituição destacava-se como a atividade que oferecia maior retorno financeiro. O meretrício apresentava uma composição econômico-social e cultural variada, incluindo escravas, libertas, mulheres livres brasileiras e estrangeiras (Cavour, 2011).

Em 1845, no Rio de Janeiro, as meretrizes eram classificadas em três categorias: as aristocratas, também chamadas de “de sobrado”; as “de sobradinho”

ou "de rótula"; e as pertencentes à escória. As aristocratas residiam em elegantes casas decoradas com espelhos e um piano, símbolo burguês que conferia prestígio ao negócio. Essas cortesãs eram sustentadas por ricos fazendeiros e políticos influentes. As mulheres da segunda categoria exerciam sua atividade em hotéis ou em casas de costureiras localizadas em bairros como Botafogo e Jardim Botânico, além de aguardarem clientes em praças, mercados e ao longo das avenidas principais. Já as meretrizes da escória viviam em condições precárias, ocupando casebres, mucambos conhecidos como casas de passes, ou cortiços (Priore, 2005).

O bordel representava uma válvula de escape para uma sociedade que, durante o dia, vivia sob rígidas limitações morais e sexuais. Durante as noites boêmias, ao som de músicas animadas e na companhia de mulheres sexualmente liberadas, ocorriam não apenas momentos de lazer, mas também negociações e acordos políticos (Cavour, 2011).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a prostituição consolidou-se como uma prática amplamente difundida na sociedade brasileira. Grandes bordéis e zonas de meretrício foram estabelecidos, atraindo homens de diversas classes sociais. Esses espaços, como cabarés, cafés-encontros, “pensões chiques""(cabarés de alto luxo), teatros e restaurantes, formaram uma ampla rede de sociabilidade. Essa rede era sustentada por uma diversidade de personagens, incluindo artistas, músicos, coristas, dançarinas, boêmios, gigolôs, prostitutas de várias nacionalidades, clientes, além de choferes, garçons, arrumadeiras, cozinheiras, manicures, costureiras, porteiros e “meninos de recados”. A zona de meretrício[32] operava com seus próprios códigos, leis e práticas, consolidando-a como um espaço de interação social (Rago, 2008).

A prostituição desempenhava um papel relevante na sociabilidade, funcionando não apenas como um espaço onde os trabalhadores podiam buscar prazer e alívio diante das extenuantes jornadas de trabalho, mas também como um local onde homens de classes mais abastadas e figuras políticas influentes realizavam acordos e negociações. Além disso, os prostíbulos eram ambientes de experiências sexuais, que iam desde rituais de iniciação até práticas que atendiam a desejos mais intensos,

[32] Ao longo do tempo, houve o acirramento na alocação da prostituição nos espaços urbanos, isolando-a da burguesia, física ou discursivamente. A prostituição ocupou os espaços urbanos que permitem a ocultação do trabalho sexual dos olhos da “boa sociedade”, em uma varredura sanitarista periférica (Lobo, 2017, p. 98).

os quais não poderiam ser vivenciados com suas esposas, que se esperava serem castas.

A procura pela prostituição era influenciada por vários aspectos sociais, como os padrões, as normas de comportamento e os valores morais vigentes, que exaltavam a virgindade, a monogamia e o patriarcalismo, os quais concediam ao homem uma liberdade sexual socialmente aceita e justificada. Além disso, de acordo com Engel (2004), a prostituição poderia ser vista como uma escolha, pois, do ponto de vista econômico, sexual e emocional, oferecia à mulher a possibilidade de uma condição mais autônoma e independente. Nesse contexto, a prostituta tornava-se, também, uma das principais interlocutoras nos bordéis de luxo da cidade, participando de discussões sobre política, arte, economia e outros assuntos que, normalmente, eram dominados pelo universo masculino. A prostituição, portanto, poderia ser entendida como um espaço de resistência ao ideal da mulher frágil e submissa (Engel, 2004).

A prostituta possuía características de independência, liberdade e poder, o que lhe garantia uma presença significativa em diversos aspectos sociais. Ela se tornava uma figura representativa da modernidade, associada à liberalização extrema dos costumes nas sociedades civilizadas, à sua desconexão com os laços sociais tradicionais e à diversidade de práticas sexuais que exercia. Era uma figura pública, pois podia comercializar seu corpo conforme desejasse, separando amor de prazer. Ademais, era vista como uma figura poderosa, pois representava uma ameaça à subversão dos códigos de comportamento estabelecidos (Rago, 2008).

Durante esse período, o Rio de Janeiro enfrentou graves problemas de saúde pública, causados por condições sanitárias inadequadas, urbanização desordenada, intenso comércio e trânsito internacional, além das precárias condições de trabalho e da pobreza. Essas questões transformaram a cidade em um centro de crises sanitárias, com impactos severos na saúde da população. A prostituição, além de ser vista como consequência dos altos níveis de circulação e contato entre as pessoas, também era considerada um risco devido aos aspectos morais, sendo associada a práticas imorais e ao que era considerado “sujo”. Em resposta a esse cenário, surgiu a necessidade de “limpar” a cidade e disciplinar seus habitantes.

Rodrigues (2009), ao analisar o contexto, destaca a relevância da abordagem foucaultiana sobre a sexualidade, particularmente no que se refere às chamadas "sexualidades periféricas", que ganharam considerável destaque nos séculos XIX e

XX. Foucault (2009) volta seu olhar para as formas de sexualidade que estavam à margem ou fora das normas sociais e sexuais estabelecidas pela sociedade dominante, como as relações homossexuais, a prostituição e práticas sexuais não conjugais ou fora do casamento. Nesse período, houve um crescente interesse e estudo dessas sexualidades, frequentemente vistas como “desviantes” ou “patológicas” pela sociedade dominante, especialmente com a expansão do discurso médico, psicológico e jurídico. O foco estava na categorização e controle dessas práticas, seja por meio de sua patologização, repressão ou regulamentação, como exemplificado pelas políticas de saúde pública. O objetivo subjacente era contribuir para a consolidação da ordem capitalista, com um esforço para criar novas formas de “disciplina social”.

O contexto da prostituição passou a ser analisado a partir das primeiras teses jurídicas e médicas com o objetivo de normalizar a questão e promover sua adequação de modo que pudesse participar dos valores de classe, raça e corpo, característicos do Estado burguês. Estavam em jogo tanto a questão moral e a normatização das condutas quanto a consideração do espaço urbano como uma área de comércio. No entanto, no Brasil, até então, a prática da prostituição, em si, não era alvo de repressão, exceto quando representava uma ameaça à tranquilidade e à moral pública, sendo, nesse caso, associada à desordem.

Sob a perspectiva médica, o Rio de Janeiro era visto como uma cidade doente, e a prostituição era considerada uma enfermidade, assim como a sífilis, frequentemente associada a essa prática. Médicos brasileiros começaram a investigar a prostituição, buscando compreender suas causas e efeitos, além de classificar as prostitutas e discutir possíveis regulamentações para o controle dessa prática. Barreto (2013, p. 74) destaca que, para realizar esses estudos, foram adotadas três categorias principais de classificação: perversão (doença física), depravação (doença moral) e comércio do corpo (doença social).

Para Alves (2014), a prostituição era tratada como uma ameaça em vários aspectos, afetando o corpo da mulher, a família, o casamento, o trabalho e a propriedade. Um dos principais pontos de preocupação era a percepção da prostituição como uma forma de sexualidade pervertida e antinatural, associada ao prazer excessivo e desvinculado da reprodução. Outro aspecto era a inquietação em relação ao corpo feminino, visto como mais propenso à prostituição devido à sua beleza e à sua passividade no papel reprodutor. Segundo as análises de Barreto

(2013), havia duas formas de satisfação dos instintos sexuais femininos: como mãe/esposa ou como prostituta. A prostituição, nesse contexto, era considerada responsável pela esterilidade e pela incapacidade de gerar filhos. Diante disso, surgia a necessidade de estudar o corpo da prostituta como foco de perversão.

As preocupações sociais em relação ao controle moral das mulheres envolvidas na prostituição eram evidentes. O que associava a prostituição a práticas sexualmente depravadas, e, por conseguinte, à ideia de um corpo moralmente doente não era apenas a remuneração pelo sexo, mas o fato de as mulheres manterem relações com múltiplos parceiros, desafiando as normas de honestidade socialmente estabelecidas e o abuso dos prazeres sem a intenção de procriação. Esses excessos faziam com que a prostituição fosse vista como uma doença moral, e as mulheres que a praticavam eram consideradas depravadas, primitivas, insanas, entre outros estigmas (Alves, 2014).

De acordo com Barreto (2013, p. 76), os estereótipos criados nos estudos médicos sobre a prostituição e a mulher ajudaram a estabelecer padrões de comportamento que diferenciavam as chamadas “putas” das mulheres “honestas”. As prostitutas eram descritas como “[...] preguiçosas, devassas, instáveis, incontroláveis, fúteis, banais”, entre outros adjetivos negativos, enquanto as mulheres consideradas “honestas” eram retratadas como casadas, boas mães, trabalhadoras, fiéis e assexuadas.

Embora o discurso central estivesse direcionado à prostituta, associando a ela toda forma de perversão e patologias físicas e morais, é fundamental reconhecer que o objetivo subjacente era a disciplina do corpo e da sexualidade feminina como um todo. No contexto das transformações urbano-industriais e da conquista de espaços e direitos civis pelas mulheres, surgia a possibilidade de uma hipotética igualdade entre os sexos, um processo que gerou inúmeros conflitos.

Costa (1999), em *Ordem Médica e Norma Familiar*, destaca como os discursos médicos e morais do século XIX e início do século XX desempenharam um papel essencial no controle das mulheres, consolidando a figura da mãe e dona de casa como pilares da família burguesa. Esses discursos promoviam a maternidade e as funções domésticas como características naturais do feminino, retratando a mulher como cuidadora dedicada e guardiã do bem-estar emocional e moral da família. Sob o pretexto de prevenir desvios e patologias sociais, a medicina e outras instituições de controle social centralizavam a mulher na ordem familiar, restringindo sua

autonomia e confinando sua identidade ao espaço doméstico. Dessa forma, o ideal da mãe e esposa submissa atendia aos interesses do capitalismo emergente no país, que necessitava de um modelo familiar capaz de assegurar a reprodução da força de trabalho e a estabilidade social.

Segundo Alves (2014), o saber médico construiu uma imagem alarmante das mulheres, especialmente das que praticavam a prostituição, retratando-as como principais responsáveis pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis. Essa narrativa, contudo, eximia os homens, sobretudo os casados, de qualquer responsabilidade.

Nesse período, buscava-se implementar no Brasil o Regulamentarismo, um sistema higienista fundamentado em concepções médicas europeias. As mulheres que exerciam a prostituição eram submetidas a exames médicos regulares e, se diagnosticadas com doenças contagiosas, enfrentavam penalidades administrativas, além de serem encaminhadas para internação hospitalar. Conforme apontado por Rago (1997), a intenção era organizar uma nova dinâmica econômica do sexo, com o propósito de controlar a prostituição e prevenir práticas vistas como desvios de conduta sexual:

> O sistema regulamentarista [...] visa definir uma nova economia do sexo, disciplinando a prostituição de modo a impedir que se manifestem formas aberrantes de comportamento sexual. Pretende, então, estabelecer uma linha divisória nítida entre a prostituição institucionalizada e tolerada e a clandestina, que deveria ser eliminada (Rago, 1997, p. 92).

Guattari e Rolnik (1986, p. 122) destacam que o foco da intervenção é o controle e o enquadramento das pessoas consideradas “à margem” ou marginais, termo que carrega uma conotação negativa associada à marginalidade. Essas pessoas, vítimas de segregação e exclusão, são vistas como elementos que necessitam de vigilância e controle para evitar que representem uma ameaça à ordem social estabelecida.

Cavour (2011) analisa que os defensores do regulamentarismo idealizavam a figura da prostituta como uma mulher discreta e desprovida de envolvimento emocional ou prazer em sua atividade. Propunham que os bordéis fossem localizados em áreas distantes de instituições como escolas, igrejas, internatos e regiões residenciais. Além disso, impunham severas restrições à liberdade de circulação dessas mulheres. Os principais objetivos desse sistema eram o controle das doenças

venéreas, a manutenção da ordem pública, evitando excessos de libertinagem, e a concentração das profissionais em bordéis, minimizando sua presença dispersa na cidade, era o controle do Estado a respeito daquilo que chamavam de “mal necessário”[33].

Nesse cenário, emergiu também o movimento abolicionista, que advogava pela erradicação da prostituição como instituição social, entendendo-a como uma manifestação de exploração e violência contra as mulheres. Os abolicionistas se posicionavam contra as propostas regulamentaristas, alegando que a intervenção estatal nessa área configurava uma violação das liberdades individuais. Paralelamente, destacava-se a perspectiva proibicionista, uma abordagem adotada por diversos países, que defendia o enfrentamento à prostituição por meio da criminalização dessa prática e sua classificação como crime no âmbito penal (Rodrigues, 2003).

Destarte, podemos dizer que, nos séculos XIX e XX, a prostituição foi amplamente debatida como uma questão moral, sanitária e social. Durante o século XIX, com a consolidação do modelo burguês e a ascensão do movimento higienista, o trabalho sexual passou a ser visto como uma ameaça à moralidade pública e à saúde coletiva. Políticas de controle, como exames médicos periódicos, buscavam regular as atividades de profissionais do sexo, não para protegê-las, mas para conter a disseminação de doenças sexualmente transmissíveis e preservar os valores familiares. Essa abordagem reforçou estigmas e marginalizações, associando a prostituição a desvios morais e incompatibilidades com a ordem social.

Vimos que, no Brasil, o debate sobre a prostituição esteve presente em diversos setores especializados, envolvendo médicos, juristas, chefes de polícia, jornalistas, políticos, entre outros. As discussões giravam em torno de um discurso pautado pela moralidade, fortemente influenciado pelo saber médico e pela necessidade de repressão frente a dois aspectos principais: a disseminação de doenças sexualmente

[33] A prostituição é frequentemente vista como um "mal necessário" devido à sua funcionalidade dentro da ordem patriarcal e capitalista. Para Rago (1997), essa perspectiva decorre da necessidade de disciplinar a sexualidade feminina, mantendo a separação entre a mulher "honesta", ligada à família e à maternidade, e a mulher prostituta, destinada a satisfazer os impulsos sexuais masculinos sem comprometer a moralidade conjugal. Costa (1999) complementa ao destacar que os discursos médicos e morais legitimavam essa divisão ao enquadrar a prostituição como um espaço de contenção dos instintos masculinos e, ao mesmo tempo, como uma forma de preservar a estrutura familiar burguesa. Assim, a prostituição, embora moralmente condenada, era tolerada e regulamentada como um mecanismo de controle social, garantindo a estabilidade das relações familiares e da ordem pública.

transmissíveis e os “escândalos” associados ao comportamento das mulheres prostitutas. Estas eram frequentemente caracterizadas como antissociais, anti-higiênicas e desmoralizantes. Nesse contexto, cabia à polícia capturá-las e à medicina exercer controle sobre sua sexualidade, estabelecendo uma relação de vigilância e intervenção sobre seus corpos e condutas.

No século XX, a prostituição tornou-se um tema central em debates que envolveram moralidade, saúde pública, direitos das mulheres e exploração econômica. Esse período foi marcado por mudanças significativas no entendimento e na abordagem do trabalho sexual, influenciadas por transformações sociais, econômicas e culturais. Enquanto algumas nações mantinham a repressão e o controle estatal, outras avançaram em discussões sobre legalização e regulamentação, muitas vezes vinculadas a debates feministas e trabalhistas. A prostituição passou a ser interpretada não apenas como uma questão de saúde e moralidade, mas também como um reflexo das desigualdades estruturais e das dinâmicas de poder presentes na sociedade.

2.3 PROSTITUIÇÃO COMO ATIVIDADE (RE)PRODUTIVA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Os termos “trabalhadores/as do sexo” ou “profissional do sexo”, usados para se referir a pessoas que exercem a prostituição, passaram a ser utilizados por volta de 1970 com o surgimento de movimentos sociais de defesa de direitos das prostitutas, trazendo a possibilidade de ressignificação dessa atividade. Até então, a prostituição e as discussões em torno dessa temática estavam atreladas a preocupações morais e sanitárias. Podemos dizer que, a partir desse momento, começam a surgir outros debates relacionados a perspectiva de cidadania e direitos humanos (Roberts, 1992).

No que diz respeito à sexualidade enquanto trabalho, os movimentos feministas da década de 1970 tiveram uma relação complexa. As feministas, nesse momento, de maneira geral, criticaram fortemente a forma como o patriarcado explorava a sexualidade das mulheres. Elas argumentavam que a sexualidade feminina era frequentemente controlada e explorada por homens, tanto na esfera privada (relacionamentos, casamento) quanto na esfera pública (trabalho sexual, mídia) (Rodrigues, 2009).

Podemos dizer que os movimentos feministas da década de 1970 mobilizaram uma série de debates que trazem elementos importantes, advindos dos campos de intervenção das lutas feministas em torno do corpo, para a discussão. Entre eles, a opressão feminina, a desnaturalização da desigualdade entre homens e mulheres e as expressões da sexualidade. O contexto histórico, na década de 1980, estava marcado pelo surgimento da epidemia de HIV/Aids, que contribuiu para o aumento da discriminação, preconceito e repressão policial em relação a prostituição. No entanto, também oportunizou a organização política desse segmento (Roberts, 1992).

O movimento das mulheres prostitutas teve maior expressão, inicialmente, nos Estados Unidos, França e Inglaterra. Eram grupos com posicionamentos diferentes e até mesmo conflitantes em relação à prostituição e à diretriz política a ser implementada. Tais posicionamentos refletiram em modelos reguladores diversos em todo o mundo no que diz respeito ao tratamento das questões referentes à prostituição: o sistema proibicionista, que entende a prostituição como um crime e condena todos/as os/as envolvidos, prostitutas, clientes e cafetões; o sistema abolicionista, que, apoiado em uma das correntes do feminismo, entende a prostituição enquanto uma violência sobre as mulheres, que passam a ser olhadas como vítimas de um sistema de exploração; e o sistema regulador, que entende a prostituição como um fenômeno social não erradicável e, por isso, deve ser regulamentado para limitar danos.

Um debate importante e conflituoso que se faz entre os grupos de feministas é se a prostituição pode ou não ser considerada enquanto um trabalho. Estes grupos partem basicamente de duas linhas analíticas. A primeira, defendida pelas feministas mais radicais, acredita ser a prostituição uma forma de dominação masculina, e o exercício da prostituição seria a reprodução do controle e poder sobre as mulheres, sendo essa uma dinâmica de escravidão, em que a prostituta é vista como vítima. O segundo grupo, as chamadas feministas liberais, defende que a prostituição é um ato de escolha individual dentro de um campo de possibilidades. Esse grupo defende que a prostituição é um trabalho que reproduz a lógica do mercado capitalista e a vê como uma transação comercial (Passini, 2000). Uma crítica comum às feministas liberais é que seu posicionamento reforça uma lógica de mercantilização do corpo feminino sem questionar os fundamentos do patriarcado e do capitalismo.

Pheterson (2009) destaca que as visões das feministas sobre a prostituição são tão divergentes quanto as das autoridades. No final do século XIX, na Inglaterra e na

França, surgiu um movimento feminista, liderado por Josephine Butler[34], que se opunha à regulamentação estatal da prostituição, especialmente contra a repressão policial às prostitutas e outras trabalhadoras sexuais. Porém, no início do século XX, esse movimento foi suplantado por uma campanha de "pureza social", cujo foco era intensificar o combate à prostituição e ampliar os poderes da polícia em vez de limitá-los. O objetivo dessa campanha era, de um lado, punir clientes e exploradores, e, de outro, tentar "salvar" ou "reabilitar" as prostitutas.

Nos anos 1970, tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha, as prostitutas se uniram ao movimento feminista de indignação, compartilhando o sentimento de Butler. Elas retomaram a luta contra a criminalização da prostituição pelo Estado e contra o assédio policial às mulheres. Politicamente, passaram a se identificar como "trabalhadoras do sexo", exigindo o reconhecimento social e legal da prostituição como uma forma legítima de trabalho e das pessoas que prestam serviços sexuais como cidadãs de direitos (Pheterson, 2009).

A posição dessas militantes e suas aliadas feministas entrou em conflito imediato com as feministas abolicionistas, que viam o comércio sexual como uma violência intrínseca, independentemente das condições de autonomia ou coação das mulheres envolvidas. Desde os anos 1980, essa divergência ideológica e estratégica, entre as que veem a prostituição como trabalho e as que a consideram uma violência contra as mulheres, gerou uma divisão política intensa dentro do movimento feminista global. Enquanto as primeiras lutam ao lado das prostitutas contra a exploração e violência na indústria do sexo, as últimas defendem uma intervenção mais rigorosa do Estado para proibir essa indústria (Pheterson, 2009).

Neste trabalho, adoto a mesma perspectiva de Ana Paula da Silva e Thaddeus Gregory Blanchette (2011), que reconhecem que a prostituição, ao longo da história, foi amplamente moldada por condições patriarcais. No entanto, os autores também destacam que o mesmo se aplica à instituição do casamento e a diversas ocupações tradicionalmente femininas, as quais, apesar de compartilharem essa mesma origem, não geram tantas controvérsias nem são consideradas passíveis de criminalização

[34] Josephine Butler (1828-1906) foi uma ativista feminista britânica conhecida por sua luta contra a exploração sexual de mulheres e crianças. Destacou-se na campanha pela revogação das Leis de Doenças Contagiosas, que submetiam mulheres suspeitas de prostituição a exames médicos forçados, denunciando a hipocrisia e a violência estatal contra mulheres pobres. Também defendeu o direito à educação feminina e os direitos civis das mulheres.

como a prostituição, mesmo entre as correntes mais separatistas ou críticas à presença masculina dentro do movimento feminista.

A troca de serviços sexuais por uma compensação financeira ou material é comumente associada à prostituição, mas também pode ocorrer em contextos como namoro ou casamento. A presença de um continuum[35] entre os intercâmbios econômicos e sexuais entre mulheres e homens é uma característica comum na organização social de diversas culturas e em diferentes períodos históricos. (Pheterson, 2009).

Nesse sentido, precisamos compreender que apontar, na contemporaneidade, a prostituição como uma forma de trabalho envolve uma dimensão histórica, assumindo, em cada contexto, uma forma social histórico-concreta, relacionada a uma natureza dialética. Dessa forma, considero afirmar que, no capitalismo contemporâneo, as relações que envolvem a prostituição podem ser vistas como a venda da força de trabalho em que a mercadoria são serviços sexuais, os quais são negociados por um determinado valor. Na contemporaneidade, a forma como o serviço sexual é oferecido enquanto mercadoria é socialmente determinado a partir das relações sociais marcadas por aspectos culturais, éticos e políticos que compõem uma totalidade.

Como discutido no capítulo anterior, assistimos, nas últimas décadas, a mudanças no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, marcadas por uma heterogeinização do trabalho, expressas na ampliação do setor de serviços, além de uma subproletarização intensificada (Antunes, 2015). É nesse contexto que consideramos que a prostituição também se faz presente enquanto uma das possibilidades de trabalho precário, ou subtrabalho possível nessa sociedade, diante de poucas alternativas para garantir a necessidade de sobrevivência, principalmente para mulheres.

Giovanni Alves (2011) irá defender que as novas condições históricas de reprodução expandida do capital, ocasionadas pela mundialização, a acumulação flexível e o neoliberalismo que constituíram o capitalismo global e um novo mundo do trabalho, marcam o que ele chama de “sociometabolismo da barbárie”.

---

[35] A dinâmica entre sexo e economia não é uma questão de "sim ou não", mas uma série de relações que se interconectam, com diferentes graus de troca de bens materiais, afetos ou serviços, dependendo da situação social, cultural e histórica. Isso implica que as formas mais explícitas de troca (como a prostituição) podem se misturar com formas mais sutis ou socialmente aceitas de troca (como no casamento ou em namoros), sem uma linha clara de separação entre elas.

> O sociometabolismo da barbárie se caracteriza pelo metabolismo social de “dessocialização” por meio do desemprego em massa e exclusão social, processo de precarização e institucionalização de uma nova precariedade do trabalho, que sedimenta a cultura do medo (Alves, 2011, p. 22).

É neste momento histórico da sociedade, apontado por Alves (2011), marcado pela exclusão social, intensificação e precarização do trabalho que também se faz presente o aumento da informalidade enquanto possibilidade de subsistência. Essas são algumas características que envolvem o desenho da classe trabalhadora hoje, da qual acredito que a prostituição também é parte.

Sabemos que a prostituição não surge na contemporaneidade, contudo é uma atividade que tem representações sociais diversas ao longo da história. Discutir sobre prostituição é adentrar em um contexto complexo que envolve questões culturais, econômicas e sociais.

A prostituição funciona como uma instituição que regula as relações sociais de sexo. Dessa forma, qualquer comportamento considerado transgressor por parte das mulheres em determinado contexto pode resultar em sua estigmatização como “prostituída” ou “puta”, acarretando punições. Por exemplo, mulheres que trabalham ou simplesmente circulam no espaço público, viajam sozinhas ou acompanhadas de outras mulheres podem ser rotuladas como “mulheres públicas” ou “mulheres livres”, o que pode levar à perseguição, agressões, detenções por prostituição, ou até mesmo à morte, caso sejam acusadas de infringir normas sexualmente discriminatórias de sistemas matrimoniais ou de vestuário (Pheterson, 2009).

Há de se pensar que essa discussão é um tanto quanto complexa, visto que a prostituição envolve debates que atravessam o campo da vivência da sexualidade desigual entre homens e mulheres, vinculados ao discurso moral, além do lugar que se espera que seja ocupado por mulheres na reprodução social, marcado pelo protagonismo no trabalho doméstico, que também vincula a mulher à vivência da sexualidade a condições morais e materiais socialmente aceitas. Dessa forma, aquelas que não assumem essas funções são estigmatizadas e discriminadas. Ao exercer o trabalho sexual, essas trabalhadoras são rotuladas por suas condutas sexuais, estigmatizadas e colocadas em um lugar de desqualificação. O foco passa a ser sua conduta moral, e não mais a necessidade de sobrevivência.

A partir de pesquisas sobre a venda do sexo dentro do universo de trabalhos feminizados, autores como Ana Paula da Silva e Thaddeus Gregory Blanchette (2011)

concluíram que o trabalho sexual é visto por mulheres trabalhadoras sexuais de maneira mais favorável em comparação com outros trabalhos considerados feminizados, como o trabalho doméstico e de serviço por exemplo. Grande parte das mulheres entrevistadas nas pesquisas apontaram para o trabalho sexual como uma possibilidade para a saída de outras relações de trabalho que são entendidas como mais opressivas, mais violentas e mais objetificantes. Além disso, para a maioria das pessoas que o exerce, ele dificilmente constitui uma vocação; trata-se, antes, de uma posição transitória dentro de uma economia tripartida de estratégias de sobrevivência (Hufton, 1974), organizada em torno da prostituição, do casamento e de empregos de baixo prestígio social e baixa remuneração, majoritariamente feminizados.

Esse modelo destaca como o trabalho das mulheres é estruturado dentro do capitalismo não como uma escolha livre, mas como opções limitadas e condicionadas por relações de classe, gênero e raça. A prostituição, nesse sentido, não é analisada isoladamente, mas como parte de um conjunto de alternativas disponíveis para a sobrevivência de mulheres em contextos de exploração econômica.

Nas pesquisas apresentadas pelos autores citados, a grande maioria das trabalhadoras sexuais não tem a prostituição considerada como o pior tipo de trabalho. Pelo contrário: muitas vezes, ela surge como uma alternativa que possibilita a saída de outras formas de ocupação percebidas como mais violentas, mais opressivas e mais objetificantes.

Ana Paula da Silva e Thaddeus Gregory Blanchette (2011) argumentam que a prostituição pode ser compreendida dentro da categoria de "trabalho de mulher". Esse conceito tem sido desenvolvido por autoras como Dalla Costa (1972) e Federici (2019) no contexto das discussões sobre trabalho doméstico e trabalho reprodutivo. Mais recentemente, Hirata (2016) também o aborda, associando-o ao trabalho de cuidado.

Para Hirata (2016), o trabalho de cuidado exemplifica as desigualdades imbricadas de gênero, classe e raça, uma vez que é majoritariamente realizado por mulheres pobres, negras e, em muitos casos, migrantes, sejam elas de migração interna ou externa. Esse trabalho, definido como um conjunto de práticas materiais e psicológicas destinadas a atender às necessidades de outras pessoas, foi desempenhado historicamente por mulheres dentro do espaço doméstico, na chamada esfera “privada”, sem remuneração e motivado pelo amor. A profissionalização, mercantilização e externalização desse trabalho surgiram como resultado de dois fatores principais: o envelhecimento da população e a entrada

massiva das mulheres no mercado de trabalho. Com a mercantilização, o trabalho de cuidado, antes gratuito e invisível, passa a ser reconhecido como trabalho formal com todas as suas implicações, como formação profissional, remuneração, oportunidades de promoção e construção de carreira, mas ainda se trata de um trabalho precário, com baixos salários, mal remunerado, pouco reconhecido e pouco valorizado.

Federici (2019) destaca que, além das atividades de cuidado realizadas no espaço doméstico, é fundamental reconhecer também as atividades sexuais e reprodutivas como trabalho[36]. A autora expõe como o corpo feminino foi historicamente controlado e explorado dentro da lógica de reprodução social, onde o trabalho sexual, bem como o trabalho doméstico e de cuidados, foram sistematicamente desvalorizados e invisibilizados. Ela defende que a sexualidade, longe de ser apenas uma questão de prazer ou desejo, está profundamente enraizada na organização do trabalho e na manutenção da estrutura social, que exige a reprodução de uma classe trabalhadora, com a mulher desempenhando um papel central nesse processo.

O trabalho reprodutivo possui uma característica própria: historicamente, tem sido um trabalho não remunerado e, dentro da lógica ideológica capitalista, foi visto como "não trabalho", ou como algo "feito por amor". Contudo, ao longo dos últimos cem anos, esse trabalho foi cada vez mais mercantilizado, formalizado e até proletarizado. No que diz respeito ao reconhecimento desse lugar de mercantilização e formalização enquanto trabalho, a grande exceção continua sendo o trabalho sexual/afetivo, especialmente no contexto da prostituição[37].

As feministas da Teoria da Reprodução Social têm contribuído significativamente para o debate sobre o trabalho reprodutivo. Segundo essa perspectiva, ele engloba diferentes formas de trabalho, remuneradas ou não, e inclui

---

[36] Federici em *O ponto zero da revolução*, ao discutir porque sexo é trabalho irá afirmar que “[...] o sexo é um trabalho para nós, é um dever” (Federici, 2019, p. 56). Fomos moldadas para sermos as responsáveis pela satisfação sexual, as válvulas de escape para os problemas da vida dos homens, e, quando nos recusamos a cumprir esse papel, somos alvo de seu ódio. Nossa sexualidade, assim, é subordinada à necessidade de reprodução da força de trabalho dentro da norma heterossexual, considerada como o comportamento aceitável. O sexo é visto como trabalho porque oferecer prazer aos homens é uma expectativa fundamental para todas as mulheres. Seja de maneira mais libertária ou mais repressiva, nossa sexualidade está sob controle.

[37] Refiro-me especialmente à prostituição heterossexual feminina, que deve ser vista como uma forma de trabalho intrinsecamente relacionada ao sexo/gênero. Para compreender o impacto desse trabalho no contexto econômico, é necessário compará-lo com o trabalho feminizado de maneira geral. No caso de homens gays ou trans que oferecem serviços sexuais, a relação de sexo/gênero permanece a mesma, pois, assim como as mulheres, eles atendem aos homens.

todas as atividades socialmente necessárias para sustentar a vida e a classe trabalhadora, tanto material quanto subjetivamente, segundo Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) em *Feminismo para os 99%*. Dessa forma, “[...] abrange uma ampla gama de tarefas, como limpar, cozinhar, cuidar, curar, educar, socializar e disciplinar, essenciais para a reprodução individual e geracional da sociedade” (Moraes; Roncato; e Borreto, 2023, p. 31).

Moraes, Roncato e Borrego (2023), no texto *A revolução será feminista! Aporte para lutas estratégicas da classe trabalhadoras contra o capital*, destacam que o trabalho de reprodução é realizado, em sua maioria, por mulheres, reiteradamente racializadas, e ocupam os setores mais precarizados do mercado de trabalho, com baixa remuneração e poucas garantias trabalhistas. As autoras enfatizam que esse trabalho é indispensável para a manutenção da sociedade, pois sem ele sua reprodução diária não seria possível. Além disso, ressaltam que a reprodução social vai além do trabalho doméstico, abrangendo serviços essenciais como creches, escolas, hospitais e cuidados com idosos.

As autoras apontam também que o trabalho de reprodução social é mais amplo e complexo do que o trabalho doméstico e de cuidados, pois articula diferentes formas de trabalho, remuneradas ou não, nos âmbitos individual, familiar, comunitário, público e social. Essa noção, embora próxima, difere da concepção marxista da reprodução social do capitalismo como totalidade. Nessa perspectiva, destacam a crise gerada pela contradição estrutural do capitalismo, evidenciada na relação dialética e conflituosa entre produção e reprodução social.

Segundo Moraes, Roncato e Borrego (2023), nos países periféricos como o Brasil, mulheres e pessoas negras são a parcela da classe trabalhadora que historicamente enfrenta dificuldades na reprodução de suas próprias condições de vida. Elas lidam com escassez de alimentos, moradias precárias, falta de creches e acesso limitado a serviços de saúde. Muitas trabalhadoras cuidam de outras pessoas, mas não têm quem cuide delas. Ademais, um grande número de mulheres, especialmente as “mães solo”, assumem sozinhas a criação dos filhos, enfrentando salários baixos, alta informalidade e desemprego, o que as torna mais vulneráveis economicamente.

É importante destacar que cada forma de trabalho reprodutivo ocupa um lugar específico dentro do capitalismo. Isso se deve ao fato de que a lógica capitalista é impulsionada pela valorização do valor e pela extração de mais-valia por meio da

exploração da classe trabalhadora. No entanto, embora o trabalho reprodutivo seja fundamental para a manutenção do sistema, nem todas as suas formas contribuem diretamente para a geração de valor dentro da lógica capitalista.

Um ponto central nas discussões das feministas marxistas é a relação entre o que elas chamam de trabalho reprodutivo e as ideias de Marx sobre trabalho produtivo e improdutivo. No contexto de nossa análise, a questão é determinar se os trabalhos que envolvem serviços imateriais (como a maioria dos trabalhos domésticos) podem ser considerados produtivos ou se devem ser vistos apenas como necessários para a reprodução da economia social.

A atividade produtiva refere-se ao trabalho que gera valor no sentido marxiano, ou seja, aquele que contribui diretamente para a produção de mercadorias e a acumulação de capital. Suas características principais seriam a condição de produção de mais-valia, o excedente gerado pelo trabalho além do valor necessário para a reprodução da força de trabalho. Envolve atividades diretamente vinculadas ao processo de produção capitalista, como manufatura, mineração, agricultura, e até setores de serviços que geram lucro. É considerada central para o capitalismo porque sustenta a lógica de acumulação e expansão do capital.

Marx (2013) não atribui um julgamento moral aos termos "produtivo" e "improdutivo"; apenas descreve a relação do trabalho com o capital. Trabalhos considerados improdutivos podem ter grande utilidade social, como a de um médico, por exemplo, indispensável para a sobrevivência da sociedade humana. Há atividades que, embora não sejam trocadas diretamente por capital, são essenciais para sua circulação, como o trabalho de advogados na elaboração de contratos. Além disso, certas ocupações geram valores de uso sem se converterem em mercadorias, como no exemplo do alfaiate que produz para um cliente particular sem intermediação do capital (Marx, 2013).

O modo de produção atualmente abrange uma variedade de trabalhos que, apesar de não gerarem valor diretamente para o capital, são essenciais para a sua manutenção. No primeiro volume de *O Capital*, onde ele desenvolve de forma mais consolidada suas reflexões sobre a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, Marx (2013) afirma que

> um professor é um trabalhador produtivo quando [...] ele trabalha feito cavalo para enriquecer o dono da escola. O fato que esse empregou seu capital na

> construção de uma fábrica de ensino em vez de uma fábrica de salsichas não muda em nada a relação (Marx, 2013, p.558).

Para o Marx (2013, p. 588), o principal critério que diferenciava o trabalho produtivo era sua relação direta com o capital:

> [...] ser um trabalhador produtivo implica não tão somente uma relação entre trabalho e efeito útil entre o trabalhador e o produto de sua labuta, mas também uma relação social específica de produção, uma relação que marca o trabalhador como o meio direto de produzir a mais valia (Marx, 2013, p.558)

O valor é gerado a partir do trabalho, sendo este o elemento central no processo produtivo. Mais especificamente, a produção material é o espaço onde o valor se constitui, não sendo resultado da distribuição, da circulação ou do consumo de bens.

Netto e Braz (2012, p. 128) citam Mandel (1998, p.1 23) para explicar essa questão:

> A criação de valor e de mais-valia só é possível mediante a produção de mercadorias. Somente na produção de mercadorias, portanto, realiza-se trabalho produtivo. Nenhum valor novo se agrega na esfera da circulação e da troca, para não falarmos na bolsa de valores ou de agência bancária – aí, o que ocorre é a redistribuição ou repartição da mais-valia anteriormente criada (Mandel, 1998, p.123).

Nesse sentido, podemos entender que “[...] a determinação do trabalho produtivo ou não do trabalho relaciona-se ao fato de ele criar valor que pode se apropriado por capitalistas” (Netto; Braz, 2012, p.128).

Para os autores, é preciso distinguir, porém, o trabalho que cria valor apropriado pelo capitalista do trabalho que permite a um capitalista apropriar-se de parte do valor criado na esfera da produção material:

> No primeiro caso, está o trabalho desenvolvido pela combinação das atividades do engenheiro projetista e do operário numa indústria automobilística; no segundo está a atividade desenvolvida pelos trabalhadores da concessionária que vende o automóvel. O capitalista (individual ou coletivo) proprietário da indústria automobilística apropria-se da mais-valia que é produzida pelo engenheiro e pelo operário (integrantes do trabalhador coletivo); o capitalista (individual ou coletivo) proprietário da concessionária apropria-se, através do trabalho dos seus assalariados, de parte da mais-valia produzida pelo engenheiro e pelo operário. A mais-valia é criada na produção, mas parte dela não fica com o capitalista industrial – parte dela vai para o capitalista comercial. Do ponto de vista do capital global, só é produtivo o primeiro tipo de trabalho: é ele que aumenta a massa global de valor (Netto; Braz, 2012, p. 129, grifos no original).

Contudo, os referidos autores ressaltam que essas determinações fundamentais, por si sós, não explicam completamente a dinâmica econômica das sociedades atuais. Em especial, apontam para o crescimento expressivo do chamado setor de serviços, onde há uma tendência crescente de mercantilização das atividades humanas. Como resultado, áreas como educação, saúde, cultura, lazer e cuidados pessoais passam a ser tratadas como mercadorias, submetidas à lógica do capital.

Moraes, Roncato e Borrego (2023) ilustram a diferença: se uma trabalhadora de serviços de limpeza é contratada diretamente por uma família para limpar sua casa e recebe seu pagamento deles, seu trabalho não gera lucro nem configura trabalho produtivo para o capital, pois não envolve extração de mais-valia. No entanto, caso essa mesma trabalhadora de serviços de limpeza passe a ser empregada por uma empresa de serviços de limpeza, recebendo um salário fixo para prestar serviços em lares ou empresas, seu trabalho se torna produtivo dentro da lógica capitalista, pois agora gera valor e lucro para o empregador.

Retomando a discussão de Silva e Blanchette (2011), ao discutirem sobre o “trabalho de mulher”, esclarecem que, no final do século XIX e início do século XX, a maior parte do que era classificado como trabalho feminino não se qualificava como trabalho produtivo. Embora contribuísse para a circulação do valor e para a manutenção das condições sociais de trabalho, esse trabalho não era diretamente trocado por capital. Para exemplificar essa afirmação, os autores recorrem às ideias de pensadoras feministas marxistas como Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai, que frequentemente abordavam as mulheres sob duas categorias principais: burguesas e proletárias.

As burguesas, para Luxemburgo (1971), seriam como parasitas do povo por serem consumidoras adjuntas da mais-valia. Já as mulheres proletárias seriam

> As mulheres do proletariado são economicamente independentes; são engajadas no trabalho produtivo para a sociedade, exatamente como os homens são. Não no sentido de ajudar seus homens através do trabalho doméstico, se arrastando numa sobrevivência cotidiana e educando crianças por um pagamento pífio. Esse trabalho não é produtivo dentro do sentido do sistema econômico atual de capitalismo […] (Luxemburgo, 1971, [s.p.]).

Já para Kollontai (1977), o trabalho realizado pela mulher tradicional, efetuado no espaço doméstico para a reprodução de uma família era, de fato, uma deserção social:

> Para nós, na república dos trabalhadores, não faz diferença se uma mulher se vende a um homem ou a muitos, se ela é classificada como uma prostituta profissional que vende seus favores a vários clientes ou se é uma esposa que se vende a seu marido. Toda mulher que evita o trabalho e não toma parte na produção ou no cuidado das crianças está sujeita, do mesmo modo que as prostitutas, ao trabalho forçado. Nós não podemos fazer diferença entre uma prostituta e uma esposa fiel mantida pelo marido, quem quer que seja o marido, ainda que seja um comissário. O trabalho coletivo se torna defeituoso se não conseguir interligar todos os desertores do trabalho. Os trabalhadores coletivos condenam a prostituta não porque ela dá seu corpo a um homem, mas porque, como a esposa que fica em casa, ela não faz nenhum trabalho útil à sociedade (Kollontai, 1977, [s.p.]).

Para ambas — Kollontai (1977) e Luxemburgo (1971), ser mulher proletária, então, significava trabalhar fora do espaço doméstico, na produção fabril relacionada diretamente com o capital. O trabalho produtivo, então, só poderia se consolidar a partir do que elas chamam de trabalho útil à sociedade.

Luxemburgo (1971), no entanto, considerava algumas formas de trabalho sexual como produtivas, desde que estivessem associadas à troca de serviços por capital:

> Somente é produtivo o trabalho que produz a mais valia e os lucros capitalistas… Desse ponto de vista, a dançarina num café, que gera lucros para seu empregador com suas pernas, é uma trabalhadora produtiva, enquanto toda a labuta das mulheres e mães do proletariado dentro de quatro paredes do lar é considerado trabalho improdutivo (Luxemburgo, 1971, [s.p.]).

No contexto do século XX, o feminismo marxista trouxe contribuições importantes para o debate sobre o trabalho feminino no contexto doméstico. Em *Marxism and the Oppression of Women* (2013), Lise Vogel destaca o trabalho da italiana Mariarosa Dalla Costa (1972) como a primeira tentativa teórica mais sofisticada de articular, a partir de uma perspectiva marxista e feminista, a noção de trabalho doméstico.

De acordo com Silva e Blanchette (2011), rompendo com o marxismo clássico, Dalla Costa (1972) defende que o trabalho realizado tradicionalmente pelas mulheres no espaço doméstico deve ser considerado produtivo no sentido mais rigoroso, uma vez que é responsável por gerar a mercadoria mais essencial ao capitalismo: o próprio trabalhador. A mais-valia desse trabalho, segundo ela, é expropriada de forma indireta, por meio do pagamento do salário ao marido proletário, tornando a mulher “[...] a escrava do escravo assalariado” (Dalla Costa, 1972, p. 52).

No entanto, sua análise não resolveu o principal impasse do debate. Embora tenha demonstrado que o trabalho doméstico possui um valor social indispensável ao funcionamento do capitalismo, não conseguiu enquadrá-lo como uma forma de trabalho que gera mais-valia. Em outras palavras, apesar de ter refutado a noção de que esse trabalho fosse simplesmente improdutivo, Dalla Costa (1972) não conseguiu demonstrar sua troca direta por capital. O marido, nesse contexto, acaba se tornando um intermediário entre a mulher e o capital, o que dificulta a compreensão da proletarização feminina estritamente no âmbito do trabalho doméstico (Vogel, 2013).

Para Vogel (2013), a proposta mais relevante para solucionar esse impasse teórico foi a formulação do conceito de trabalho de reprodução[38]. Esse conceito define uma esfera específica de produção social voltada para a reprodução dos seres humanos, abrangendo tanto as atividades cotidianas, como lavar roupas e cozinhar, quanto os processos intergeracionais, como a criação e educação das futuras gerações.

Silva e Blanchette (2011) também citam o artigo *O Tráfico de Mulheres*, da antropóloga Gayle Rubin, que cunhou o termo sistema sexo/gênero para descrever essa "segunda esfera" da (re)produção. No entanto, ela diferencia o conceito de sistema de reprodução do de sistema sexo/gênero, evitando uma separação rígida entre produção e reprodução e propondo uma abordagem mais integrada dessas duas dimensões (Rubin, 1993).

Rubin (1993) concorda com a análise de Dalla Costa (1972) ao enfatizar a importância de compreender a reprodução da força de trabalho como um dos custos necessários à acumulação do capital, destacando que até Marx e Engels reconheciam essa condição fundamental do capitalismo. Além disso, ela argumenta que esse custo é socializado por meio das instituições domésticas. No entanto, Rubin (1993) ressalta que o capitalismo, por si só, não exige que a reprodução esteja vinculada especificamente às mulheres. Para a autora, a opressão feminina, o sexismo e as normas tradicionais de gênero antecedem o capitalismo.

Em outras palavras, embora o sistema capitalista se aproveite e reforce o confinamento das mulheres à esfera reprodutiva, ele não é responsável por sua origem. Rubin (1993) sustenta que a "derrota histórica mundial" das mulheres precede o modo de produção capitalista, estando enraizada em fatores essencialmente

[38] O que mencionamos antes enquanto Tese Unitária ou Teoria da Reprodução Social.

culturais e tradicionais ou, utilizando a terminologia marxista, em elementos “morais e históricos”:

> É, precisamente, esse “elemento histórico e moral” que determina que uma “esposa” encontra-se entre as necessidades de um trabalhador, que destina as mulheres e não os homens a realizar tarefas domésticas e define o capitalismo como herdeiro de uma longa tradição na qual as mulheres não herdam, não lideram e não falam com deus. É esse elemento “histórico e moral” que dotou o capitalismo de uma herança cultural de formas de masculinidade e feminilidade. Nesse “elemento histórico e moral” está resumido o inteiro domínio do sexo, da sexualidade e da opressão sexual… Apenas sujeitando esse elemento “histórico e moral” à análise que a estrutura da opressão sexual pode ser delineada (Rubin, 1993, p. 5).

De acordo com Silva e Blanchette (2011), o conceito de sexo/gênero desenvolvido por Rubin (1993) faz uma distinção importante em relação ao conceito de modo de reprodução. A referida autora reconhece a presença de uma segunda esfera de (re)produção dentro da dialética que caracteriza qualquer formação histórica, mas alerta para o risco de separar rigidamente essas esferas, propondo uma abordagem mais entrelaçada.

Como antropóloga, Rubin (1993) atribui à segregação das esferas por gênero uma origem cultural, afirmando que transformações nesse sistema podem ocorrer sem que seja necessário superar o capitalismo. Sua análise sugere, ainda, que as mulheres não precisam ser confinadas a uma dessas esferas: no capitalismo moderno, é possível tanto que elas integrem o trabalho produtivo quanto que as atividades reprodutivas, antes vistas como domésticas, se tornem proletarizadas.

No contexto atual da realidade brasileira, o empobrecimento das famílias, especialmente aquelas chefiadas por mulheres, tem impulsionado cada vez mais a saída das mulheres do espaço doméstico, com um número crescente delas recebendo remuneração por trabalhar fora de seus lares ou dos lares de outros. No entanto, uma parcela significativa dessa força de trabalho feminina ainda está envolvida em atividades tipicamente associadas ao trabalho feminino, como serviços, educação, cuidados e tarefas domésticas. Assim, uma parte significativa das formas de trabalho reprodutivo, que antes estavam restritas à esfera doméstica e privada, está sendo incorporada ao capitalismo e transformada, sendo transferida para a esfera tradicionalmente considerada produtiva.

Dessa maneira, como afirmam Silva e Blanchette (2009) a partir de pesquisa com trabalhadoras sexuais, a prostituição se torna uma das alternativas de trabalho

para muitas dessas mulheres. De forma simplificada, essa atividade pode oferecer remuneração superior e condições de trabalho comparáveis ou até melhores do que grande parte dos subempregos femininos. O pagamento tende a ser mais alto, os horários são mais flexíveis e as violações dos direitos das trabalhadoras não são mais graves do que em outras ocupações femininas no meio urbano.

É possível notar a existência de um corte moral que diferencia os trabalhos considerados “bons” daqueles vistos como “ruins”. Certas ocupações são vistas como “dignas” — incluindo a maioria dos trabalhos feminizados no setor de serviços, independentemente de serem proletarizados ou não — enquanto outras são rotuladas como “indignas”, com a prostituição sendo um exemplo emblemático desse último grupo.

O trabalho sexual, assim como diversas outras ocupações, pode ser exaustivo, perigoso e insalubre. As prostitutas são sistematicamente desmoralizadas enquanto classe, e a legislação contraditória sobre a atividade impede que seu trabalho seja regulamentado de forma eficaz. A violência contra essas trabalhadoras raramente é coibida pelas autoridades, e a combinação de marginalização e preconceito em relação ao trabalho sexual as coloca em uma posição de extrema vulnerabilidade no que diz respeito a seus direitos (Silva; Blanchette, 2009).

Esses direitos são frequentemente violados por proprietários de boates, agências e casas noturnas, por exemplo, que se beneficiam financeiramente da prostituição e extraem uma parcela significativa do valor gerado por essas trabalhadoras por meio de diversos mecanismos de exploração. Embora a cafetinagem, em sua forma mais abertamente predatória, não pareça ser estruturalmente central para a economia da prostituição urbana (pelo menos nos grandes centros brasileiros como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), há diferentes agentes que exploram as prostitutas, apropriando-se do valor de seu trabalho (Silva; Blanchette, 2009).

É fundamental destacar que aqui não me refiro à “exploração sexual” como definida por uma ala do feminismo, como escravidão e violência contra a mulher. A exploração mencionada baseia-se na perspectiva marxista, a qual compreende que, sob o capitalismo, todo trabalho remunerado envolve a extração de mais-valia. Nesse sentido, a prostituição não se distingue essencialmente de outras formas de trabalho assalariado.

Para analisar a relação entre prostituição e produção de valor no capitalismo, é fundamental retomar os critérios já mencionados que definem uma atividade como produtiva na teoria marxiana. Segundo essa perspectiva, um trabalho é considerado produtivo quando gera mais-valia, ou seja, quando produz um excedente apropriado pelo capitalista para fins de acumulação. No caso da prostituição, o serviço é vendido diretamente ao cliente, sem necessariamente passar por um capitalista intermediário, o que torna sua categorização como trabalho produtivo mais complexa dentro dos termos marxianos. No entanto, considerando a expansão dos serviços na economia contemporânea — inclusive no âmbito da reprodução social —, pode-se argumentar que a trabalhadora sexual presta um serviço passível de mercantilização no contexto atual.

De modo geral, a prostituta é frequentemente enquadrada como uma trabalhadora “independente”. Ela teria o controle sobre seu próprio corpo — visto aqui como um dos principais elementos para a realização do ato sexual. No entanto, essa atividade demanda diversos insumos e meios de produção que, na maioria das vezes, não estão sob o controle direto da prostituta, exigindo que ela os adquira ou alugue. É justamente nesse processo — na comercialização ou locação desses recursos — que ocorre a principal expropriação do valor gerado por seu trabalho (Silva; Blanchette, 2009).

Para começar, a trabalhadora sexual necessita de um espaço onde possa encontrar clientes e negociar seus serviços. Esse ambiente precisa ser minimamente atrativo para esses clientes, proporcionando uma atmosfera discreta e confortável, muitas vezes associada ao consumo de bebidas alcoólicas. Em outras palavras, é essencial que haja um local onde eles saibam que encontrarão sexo à venda e onde se sintam à vontade para essa interação. Esse espaço pode ser físico, como bares, boates ou casas de entretenimento adulto, ou virtual, como *sites* especializados e centrais telefônicas que conectam clientes a garotas de programa. Independentemente do formato, sua existência é fundamental para viabilizar a atividade como ressaltam Silva e Blanchette (2009).

Ademais, ainda segundo os autores, a prostituta geralmente necessita de um espaço privado e seguro onde possa atender seus clientes. Esse local pode coincidir com o ponto de encontro ou ser um ambiente separado, como hotéis e motéis. Adicionalmente, embora nem todas considerem essencial, muitas trabalhadoras do

sexo optam por contar com algum tipo de suporte para garantir sua segurança contra clientes agressivos e para auxiliar na cobrança de pagamentos.

Por fim, a prática da prostituição envolve o uso de uma grande variedade de insumos e ferramentas que, embora essenciais para a atividade, não são exclusivos desse ramo. Entre esses itens, destacam-se roupas específicas, como *lingeries* sensuais, biquínis, calças justas, sandálias de salto alto de acrílico e fantasias temáticas, como uniformes de enfermeira ou colegial. Além disso, outros elementos frequentemente utilizados incluem perfumes, bebidas alcoólicas, alimentos, preservativos, brinquedos sexuais e músicas para dança (Silva; Blanchette, 2009).

Nesse cenário, é possível afirmar que a trabalhadora sexual pode ser vista como independente (ainda que de maneira informal e precarizada), uma vez que não possui um vínculo formal direto com empregadores que definam sua relação de trabalho. No entanto, sua atividade é condicionada por diversos fatores, como os estabelecimentos onde atua, incluindo casas de prostituição, hotéis e motéis, além dos serviços e insumos necessários para o exercício da profissão. Dentro da lógica capitalista, essa dinâmica transforma seu trabalho à esfera produtiva, pois passa a gerar valor e lucro para o capital.

Além disso, o trabalho sexual no contexto da prostituição pode ser entendido dentro do conjunto das atividades (re)produtivas historicamente associadas ao trabalho doméstico feminino. Essas ocupações, como apontamos, vêm passando por um processo de subproletarização, passando a representar a esfera produtiva no sentido capitalista, mas permanecendo desvalorizadas. Essa desvalorização ocorre porque tais atividades são tradicionalmente ligadas às mulheres e frequentemente naturalizadas como não trabalho, sendo vistas como tarefas realizadas por afeto, e não por necessidade econômica. Quando remuneradas, tendem a ser pouco reconhecidas em termos de valor. A prostituição, como trabalho sexual, pode ser considerada uma atividade que se insere no setor de serviços, o qual se expandiu significativamente nas últimas décadas.

Outra questão importante a ser discutida é se, aqui, estamos considerando o trabalho sexual no contexto da prostituição como atividade não condicionada à exploração sexual e coerção direta, em que uma mulher que trabalha como prostituta tem a possibilidade de deixar essa atividade. De acordo com as pesquisas de Silva e Blanchette (2009), o trabalho sexual apresenta características que o tornam uma opção econômica atrativa para muitas pessoas.

Em primeiro lugar, trata-se de uma atividade relativamente rentável. Ademais, exige pouca qualificação formal, o que faz com que esteja acessível a um grande número de indivíduos. Vale destacar que essa acessibilidade é especialmente significativa para os jovens, uma parcela da população que enfrenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho devido à falta de experiência e currículo. Por fim, o trabalho sexual costuma oferecer grande flexibilidade, permitindo que quem o exerce concilie essa atividade com outras ocupações ou compromissos de maneira mais fácil do que em empregos tradicionais.

Segundo os pesquisadores, em entrevistas com prostitutas, três ocupações tradicionalmente femininas foram frequentemente mencionadas como possíveis alternativas à prostituição. Em ordem crescente de frequência, essas opções incluem o trabalho doméstico, a manutenção de um lar na condição de esposa e o emprego como operadora de caixa em supermercados. Embora esses trabalhos sejam acessíveis, são também pouco valorizados, levando muitas trabalhadoras do sexo a considerarem a prostituição uma atividade mais lucrativa e, em alguns casos, até menos desgastante.

Por outro lado, os pesquisadores mencionados também registram relatos de pessoas que recorrem ao trabalho sexual como uma forma de complementar a renda ou financiar sua formação acadêmica, seja em cursos de graduação ou pós-graduação. Esse investimento na educação busca proporcionar uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, ampliando as oportunidades de emprego e possibilitando ganhos financeiros mais elevados no futuro.

Como mencionamos neste trabalho, muitas mulheres entram para a prostituição como uma estratégia de sobrevivência frente a condições econômicas limitantes, como a falta de oportunidades no mercado de trabalho formal. Nesse caso, a prostituição pode ser vista como uma escolha dentro das opções disponíveis, e as mulheres podem exercer agência ao tomar decisões sobre como conduzir suas atividades, negociar as condições de trabalho, ou até mesmo redirecionar seus recursos financeiros para garantir a sobrevivência de si mesmas e suas famílias.

Muitas mulheres conseguem desenvolver formas de autonomia dentro da prostituição, seja ao negociar preços ou condições de trabalho, seja ao criar relações de solidariedade com outras mulheres na mesma situação. Isso pode ser considerado uma forma de agência, pois as mulheres, apesar das dificuldades, tentam manter algum controle sobre seus corpos e suas condições de trabalho.

Para Piscitelli (2005), a agência não deve ser compreendida de forma simplista como uma expressão de liberdade individual ou autonomia absoluta, mas sim em sua articulação com as estruturas sociais, econômicas e culturais que moldam as possibilidades de ação dos sujeitos.

Em seus estudos sobre mulheres que migram e se envolvem em relações afetivo-econômicas e no mercado do sexo, Piscitelli (2005) analisa a agência como a capacidade dessas mulheres de tomar decisões e negociar dentro de um campo de restrições e oportunidades desiguais. Assim, a agência não é exercida em um vácuo, mas dentro de relações de poder que delimitam escolhas e estratégias possíveis, reconhecendo tanto a margem de manobra dos sujeitos quanto as limitações impostas por fatores como gênero, classe, raça e nacionalidade.

Sousa (2015) aponta que, por alguns grupos feministas[39], a prostituição pode ser uma forma de resistência simbólica contra o moralismo social e o estigma associado ao trabalho sexual, particularmente quando mulheres reivindicam o direito de exercer esse trabalho de maneira digna, sem vergonha ou criminalização. Nesse sentido, a agência se manifesta na luta pelo reconhecimento e legalização do trabalho sexual.

Diante dessas reflexões, torna-se evidente a necessidade de um debate aprofundado sobre a prostituição no âmbito dos direitos, levando em conta não apenas os aspectos morais e sociais, mas também as condições estruturais que determinam essa atividade na contemporaneidade. A ausência de uma regulamentação clara e a contradição das legislações existentes deixam as trabalhadoras sexuais em uma posição de vulnerabilidade, sujeitas a exploração e à violação de direitos básicos. Portanto, é fundamental que a discussão sobre a prostituição ultrapasse estereótipos e moralismos, considerando a realidade concreta das mulheres envolvidas, as dinâmicas do mercado de trabalho e a necessidade de garantir proteção legal, direitos trabalhistas e dignidade para todas.

Ressaltamos aqui a importância de todo esse processo de discussões e articulações no campo da prostituição envolvendo diferentes setores da sociedade, técnicos da área e representantes de organizações de defesa dos direitos das

[39] Não me refiro às feministas liberais que sustentam a ideia de que a prostituição é uma escolha individual e que, em uma sociedade democrática, todas as pessoas devem ter o direito de decidir sobre o uso de seus próprios corpos, incluindo a possibilidade de vender serviços sexuais.

prostitutas, que influenciaram iniciativas para o reconhecimento de direitos e políticas públicas.

2.4 TRABALHADORAS DO SEXO E DIREITOS

A configuração contemporânea do trabalho sexual é marcada por diversidade, contradições e desafios. A globalização e as tecnologias têm transformado o campo, criando novas formas de trabalho, mas também expondo as trabalhadoras a novas formas de exploração. Enquanto em algumas partes do mundo há uma busca por legalização e proteção dos direitos das trabalhadoras do sexo, em outras, o trabalho sexual continua sendo criminalizado ou estigmatizado. O debate sobre a prostituição deve, portanto, ser sempre analisado a partir de uma perspectiva crítica, considerando tanto as possibilidades de agência das mulheres quanto as violências estruturais que persistem.

Em vários lugares, as trabalhadoras do sexo têm se organizado em coletivos e sindicatos para garantir seus direitos, lutar contra o estigma e melhorar as condições de trabalho. Movimentos como a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP)[40], assim como a Central Única de Trabalhadores e Trabalhadoras Sexuais (CUTS)[41] e a Rede de Trabalhadoras Sexuais (RedTraSex[42]), entre outros, buscam a legalização e descriminalização do trabalho sexual, além de promoverem direitos trabalhistas e proteção contra a violência.

---

[40] A Rede Brasileira de Prostitutas (RBP) é uma articulação nacional formada por organizações e coletivos de prostitutas no Brasil. Criada na década de 1980, a RBP tem como principais objetivos a defesa dos direitos das trabalhadoras sexuais, a luta contra a violência e a discriminação, além da promoção de políticas públicas voltadas para a categoria. A rede atua também na prevenção de ISTs/HIV e no debate sobre a regulamentação da prostituição, reivindicando o reconhecimento da atividade como trabalho. Ao longo dos anos, a RBP tem sido uma voz ativa em fóruns nacionais e internacionais sobre direitos humanos e feminismo.

[41] A Central Única de Trabalhadores e Trabalhadoras Sexuais (CUTS) é uma organização brasileira que reúne associações e coletivos de prostitutas e outros trabalhadores sexuais. Fundada em 2017, a CUTS busca fortalecer a luta pela regulamentação da prostituição como trabalho, combater a violência e o estigma contra a categoria e garantir direitos trabalhistas e sociais para as profissionais do sexo. A central também atua na defesa de políticas públicas voltadas para a saúde, segurança e dignidade das trabalhadoras e trabalhadores sexuais no Brasil.

[42] A RedTraSex (Red de Trabajadoras Sexuales de Latinoamérica y el Caribe) é uma rede regional que reúne organizações de trabalhadoras sexuais de diversos países da América Latina e do Caribe. Criada em 1997, a RedTraSex busca fortalecer a luta pelos direitos das trabalhadoras sexuais, combater a violência e a discriminação, além de promover a saúde e a inclusão social. A rede defende o reconhecimento da prostituição como trabalho e atua no desenvolvimento de políticas públicas que garantam melhores condições de vida e trabalho para as profissionais do sexo.

No Brasil, o sistema regulador define os principais debates no contexto da prostituição. As primeiras organizações de mulheres que exercem a prostituição também se fizeram presentes junto aos movimentos feministas, culminando no final da década de 1980, na realização do I Encontro Nacional de Profissionais do Sexo, que teve como objetivo o reconhecimento público da profissão e cidadania para as profissionais do sexo, possibilitando a legalização de associações em diferentes estados brasileiros (Rodrigues, 2009).

O foco das discussões inicialmente esteve voltado para a saúde das profissionais do sexo, principalmente relacionados a prevenção e combate ao HIV/Aids, como também as questões que envolviam discriminação e violência policial. Esse processo possibilitou que as discussões em torno da prostituição estivessem relacionadas a direitos sexuais e trabalhistas e não só a questões criminais e penais, colocando a prostituição no campo da cidadania. Nesse momento, outros temas próximos também passaram a fazer parte do debate como tráfico de pessoas para fins da exploração sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes. No entanto, a ampliação das discussões culminou em uma ruptura entre as lideranças do movimento das mulheres prostitutas (Rodrigues, 2009).

Desde 2002, a prostituição foi inserida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). De acordo com a CBO, a ocupação “profissional do sexo” está relacionada à prestação de serviços de pessoas que trabalham por conta própria, em locais diversos e horários irregulares, e buscam programas sexuais atendendo e acompanhando clientes. Além disso também participam de ações socioeducativas no campo da sexualidade (Brasil, 2002).

A esse respeito, Rodrigues (2009, p. 71) esclarece:

> A inclusão da atividade na legislação do Ministério do Trabalho, representa um avanço inequívoco no modo como as políticas públicas brasileiras têm tratado o tema da prostituição. Dentre os aspectos inovadores da medida, além da inclusão de representantes legítimos do grupo interessado na questão, há que se ressaltar o fato dessa iniciativa significar uma alternativa às soluções policialescas – sob a responsabilidade de autoridades policiais ou sanitárias – ainda bastante demandas em diferentes segmentos da sociedade brasileira.

Diante disso, consideramos a importância do fortalecimento da categoria no combate a exclusão e discriminação concernentes ao contexto da prostituição. A partir desses embates, os/as profissionais do sexo passaram a ser reconhecidos/as como

trabalhadores/as, apesar de as questões relacionadas a essa atividade ainda estarem vinculadas ao Código Penal e não a esfera da legislação trabalhista. Sobre esse aspecto, houve tentativas de busca de aliados no campo legislativo para mudanças no estatuto legal da prostituição.

Em 2003, a prostituição foi trazida enquanto pauta pelo deputado federal Fernando Gabeira no Projeto de Lei (PL) n. 98/2003, que tinha como proposta a alteração do Código Penal. Segundo o autor, esta ocasionaria em uma mudança significativa na abordagem da prostituição. Porém, de acordo ativistas e técnicos da área, a proposta do deputado ainda reproduzia mecanismos de segregação e controle sobre aqueles/as que exercem a prostituição, apesar de ser um passo importante, pois abre a possibilidade de discussões a respeito da prostituição no campo legislativo. Em 2007, uma nova proposta relacionada ao PL volta a tramitar no congresso, mas, assim como a primeira, é arquivada, principalmente por conta da resistência de grupos conservadores.

Em 2012, o deputado federal Jean Wyllys elabora uma nova proposta junto à Rede Brasileira de Prostitutas, o PL 4211/2012, que ele chama de Projeto de Lei Gabriela Leite, em homenagem à prostituta ativista. O novo projeto propõe mudanças no que se refere a exploração sexual, estabelecendo que “a obrigação de prestação de serviço sexual é pessoal e intransferível”, sendo vedada qualquer tipo de exploração. Também propõe que o/a profissional do sexo poderá prestar serviços como trabalhador/a autônomo/a, ou coletivamente em cooperativa, sendo permitidas as casas de prostituição, desde que não exista ali exploração sexual, propondo também alterações no Código Penal. Além disso, prevê a possibilidade de aposentadoria especial pelo INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) obtida após apenas 25 anos de contribuição, dez a menos do que a aposentadoria regular para mulheres.

A proposta de Jean Wyllys também foi arquivada. No entanto, é importante pontuar que, apesar de ter provocado embates com movimentos feministas no Brasil que criticam a regulamentação da prostituição (grupos abolicionistas) e defendiam que o PL contribuía na institucionalização da cafetinagem e não protegiam, de fato, as prostitutas, ainda assim, trata-se de uma proposta que parte de uma construção conjunta com profissionais do sexo ativistas.

Podemos afirmar que o contexto da prostituição é muito diverso e envolve uma série de problemáticas. A prostituição é uma atividade exercida por mulheres, mas também por homens, pessoas trans e travestis. No entanto, a sua maioria ainda é composta por mulheres pobres e únicas mantenedoras de suas famílias. Monique Prada (2018), trabalhadora sexual ativista, reitera que muitas organizações de direitos humanos ao redor do mundo preconizam a legalização do trabalho sexual com a proposta de dar visibilidade as problemáticas concernentes a esse contexto e não reproduzir a clandestinidade e o isolamento social.

As experiências ao redor do mundo, relacionadas à sua legislação vêm apresentando enquanto objetivo, de maneira geral, abolir a prostituição, porém acabam por precarizar a vida das prostitutas, visto que, segundo a autora, não é possível extinguir uma atividade apenas a partir de leis. É importante trazer o debate para a sociedade com vistas a possibilitar visibilidades para essas pessoas e seus enfrentamentos cotidianos, marcados ainda pelo estigma e violência.

Nesse sentido, de acordo com Prada (2018, p. 102),

> [...] em um momento em que políticas de austeridade sufocam as pessoas pobres mundo afora cada dia mais, o desemprego é ameaça constante e as mulheres continuam precisando sustentar suas famílias haja o que houver, banir a prostituição do planeta só fará empurrar mais e mais mulheres para a clandestinidade e para condições cada vez mais precárias de vida e trabalho. Não é delírio imaginar que, em tempos de crise, mais e mais mulheres recorrerão ao trabalho sexual como forma de fugir da miséria. De algum modo, é preciso garantir a essas pessoas um mínimo de segurança.

Segundo a autora, a regulamentação completa das relações dentro da indústria do sexo não impede a exigência de políticas públicas que ampliem as oportunidades para todas as mulheres e assegurem a igualdade salarial. Pelo contrário, essa defesa implica, ao menos temporariamente, interromper a penalização das mulheres por suas limitadas opções ao longo da vida.

A partir desses aspectos, podemos apontar que considerar a prostituição como um trabalho ou não, na contemporaneidade, envolve olhar para o contexto do mundo do trabalho hoje e as possibilidades de desenvolvimento de uma atividade precária em meio à subproletarização. Além disso, é importante dar visibilidade para as vivências cotidianas desses/as trabalhadores/as sexuais, bem como a todo o processo de construção no que se refere ao combate à exclusão e discriminação

concernentes ao contexto da prostituição, que reivindicam por possibilidades mínimas de trabalho envolvendo menos exploração e violência.

Por outro lado, vê-se também a reprodução de um discurso moral, que estigmatiza pessoas que desenvolvem essa atividade e atribui uma identidade às trabalhadoras sexuais a partir da vivência da sexualidade e não do trabalho.

Sabemos que, nesse processo, encontram-se muitos entraves que fazem parte do contexto contemporâneo do mundo do trabalho, marcado pela exclusão social, intensificação, precarização do trabalho e o aumento da informalidade, contexto este do qual a prostituição é parte. Vemos, assim, além dos enfrentamentos cotidianos colocados pelo trabalho precarizado, também marcas do estigma e invisibilidade que fazem parte do cotidiano das trabalhadoras sexuais, voltadas para suas condutas sexuais, que as colocam em um lugar de desqualificação, ocasionando a intensificação da exploração, assim como a reprodução da violência.

Este é um debate complexo, que envolve diferentes olhares e sujeitos. Nesse sentido, consideramos importante retomar a possibilidade de a prostituição ser olhada enquanto um trabalho, possibilitando que o debate se dê no campo de visibilidade voltada a cidadania.

Dentro do contexto nesta tese, é preciso colocar também que meu olhar e análise partem de uma vivência empírica contemporânea em sua totalidade neoliberal, que traz marcas da barbarização da sociedade, brutalização da vida, violências, precarização do trabalho e a intensificação das relações de exploração e apropriação das mulheres.

3 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS, (RE)APROXIMAÇÃO COM O CONTEXTO DA PESQUISA, AS PARTICIPANTES E SUAS HISTÓRIAS

Este capítulo apresenta os caminhos metodológicos que orientaram esta pesquisa, detalhando o contexto do trabalho de campo, as participantes e suas histórias. As narrativas coletadas revelam não apenas as consequências dos mecanismos de opressão e exploração que atravessam suas vidas, mas também sua força e capacidade de se afirmarem como protagonistas de suas próprias trajetórias, rompendo com a visão reducionista que as colocaria apenas como vítimas.

As entrevistas foram registradas em áudio, transcritas e analisadas com base no referencial teórico do materialismo histórico-dialético, aliado a materiais de pesquisa relacionados à prostituição popular no Brasil. Esse processo metodológico permitiu uma imersão nas narrativas das participantes, possibilitando identificar temas recorrentes e padrões que refletem sua vivência no contexto histórico e material.

A análise dos dados envolveu a categorização dos trechos mais significativos das entrevistas, situando essas histórias no âmago das dinâmicas sociais e econômicas investigadas, lançando luz sobre as múltiplas camadas de significados que atravessam a realidade das mulheres que vivem da prostituição.

3.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa no âmbito do serviço social se coloca enquanto mediação constitutiva do nosso exercício profissional, tendo como direcionamento a perspectiva da emancipação dos sujeitos. Assim, cabe a/ao pesquisador/a a execução da pesquisa apoiada ao projeto ético-político da profissão. Martinelli (2005, p. 118) nos lembra que “[...] tanto a realidade quanto a relação humana são qualitativas”, e os significados da realidade produzidos pelo sujeito se constroem a partir da experiência. Dessa forma, com o objetivo de analisar como a exploração relacionada ao trabalho produtivo e reprodutivo da mulher na sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista contemporânea produz e intensifica a exploração do trabalho da mulher na prostituição, teve como base metodológica a pesquisa qualitativa, com a proposta de nos aproximarmos da realidade vivida pelas mulheres trabalhadoras sexuais, assim como dos significados atribuídos por elas.

Os caminhos metodológicos trilhados na pesquisa constituíram de dois momentos articulados, a saber: a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo.

O primeiro momento constitui-se na revisão bibliográfica, sendo orientada por categorias de análise, tais como: trabalho; exploração; divisão sexual do trabalho; trabalho produtivo e reprodutivo; trabalho no capitalismo contemporâneo; trabalho sexual; prostituição; entre outras. Destarte, selecionei e consultei a produção acadêmica de autores/as que abordavam esses temas em teses, dissertações, periódicos, livros, anais de eventos científicos e outros em plataformas como Scielo, Google Acadêmico e bancos de teses.

O segundo momento foi a (re)aproximação com o campo em que escolhi fazer a pesquisa. Reaproximação de um lugar de trabalho que tanto me fez refletir como profissional, mulher, trabalhadora a partir da minha atividade anterior como assistente social em um projeto social para mulheres de baixa renda que exercem a prostituição em São Paulo.

A pesquisa de campo foi composta por entrevistas com duas trabalhadoras sexuais e o uso do diário de campo produzido por mim enquanto assistente social (em momento anterior ao desenvolvimento da pesquisa) e pesquisadora no processo de trabalho junto à prostituição, trazendo minhas impressões e vivências não apenas nesse trabalho, mas também nos momentos das entrevistas. O uso do diário de campo foi elementar para o exercício de colocar em análise as afetações que compunham o trabalho e minha escuta também como mulher e pesquisadora nesse processo de construção do pensar, tentando deixar visível as trocas horizontais possíveis no processo de construção da pesquisa.

Escolhemos como uma das fontes de pesquisa de campo entrevistas com trabalhadoras sexuais como forma de acesso a essa realidade revelada a partir da narrativa dessas mulheres, considerando ser importante a trajetória tal como lembrada e contada pelas trabalhadoras sexuais, suas memórias sobre si mesmas como trabalhadoras, o contexto da cidade, do trabalho e seus afetos. Aqui, acredito ser importante também ressaltar que a escuta das mulheres trabalhadoras sexuais viabilizou lançar luz a vozes femininas tantas vezes subalternizadas. Além disso, nesse processo, o foco foi elas falando delas mesmas, e não outra pessoa em um lugar de suposto saber.

Nesse sentido, ao ouvir essas mulheres, busquei entender como as experiências e narrativas pessoais das trabalhadoras sexuais, que vivenciam um cotidiano de condições de sociabilidades marcadas pela invisibilidade, têm sua força de trabalho apropriada pelo capital, de maneira intensa, e vivenciam a exploração do trabalho enquanto mulher trabalhadora sexual, entendendo que a vida dessas mulheres têm relação com acontecimentos mais gerais do contexto social da sociedade capitalista. Netto (2009) nos conduz a essa reflexão ao citar Marx e Engels:

> Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde [...]. A consciência não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (Marx; Engels, 2007, p. 94 *apud* Netto, 2009, p. 13).

Meu contato inicial se deu a partir da minha ligação com essa rede social construída nos anos em que atuei como assistente social, no contexto prostituição, entre 2017 e 2019. Definimos como critérios de inclusão para a definição das participantes: mulheres com mais de 18 anos, que se identificassem como trabalhadoras sexuais, que se sentissem confortáveis e seguras para compartilhar suas experiências e que concordassem voluntariamente em participar da pesquisa e fornecer consentimento informado.

Como critérios de exclusão, consideramos mulheres menores de 18 anos[43], considerando a legislação de proteção a menores que exige cuidados adicionais os quais fogem ao escopo desta pesquisa; indivíduos que não se identificassem como mulheres; participantes que não falassem fluentemente o idioma em que a pesquisa seria conduzida, sendo o idioma essencial para garantir a compreensão das questões e a clareza das respostas durante as entrevistas; pessoas com condições de saúde mental que pudessem ser agravadas pela participação na pesquisa; possíveis participantes que se recusassem a fornecer consentimento informado.

[43] A atividade sexual envolvendo crianças e adolescentes menores de 18 anos é considerada exploração sexual e configura crime, sendo punida de acordo com o Código Penal brasileiro (art. 218-B). Já a prostituição exercida por pessoas maiores de 18 anos não é considerada crime no Brasil, desde que praticada de forma autônoma, sem exploração de terceiros.

No que diz respeito aos riscos, esta pesquisa não apresentou riscos conhecidos as participantes. Todas as atividades foram planejadas cuidadosamente para garantir a segurança e bem-estar. Portanto, consideramos que o processo de conversa e reflexão sobre o tema proposto poderia gerar possíveis desconfortos junto as participantes. Assim, tivemos o cuidado de deixar isso claro no decorrer dos nossos encontros.

Entrei em contato com duas mulheres com as quais eu tinha um diálogo frequente como assistente social do projeto social em que trabalhava, via *Whatsapp*[44], explicando um pouco sobre a proposta da pesquisa e fazendo o convite para o diálogo. Ambas as mulheres aceitaram prontamente o convite. Combinamos um melhor dia, local e horário para nos encontrarmos. A ideia era que elas pudessem sugerir o local em que viessem a se sentir mais à vontade para conversarmos. As duas sugeriram o espaço do Projeto Antonia, local onde nos conhecemos e em que elas se sentiam acolhidas e seguras para falarem de suas vidas. Nesse sentido, realizei também o contato com o Projeto Antonia, que acolheu a proposta da pesquisa e a possibilidade de ceder o espaço para nos receber.

O encontro aconteceu individualmente, com cada uma das participantes. Tivemos um encontro amistoso, visto que já há algum tempo não nos falávamos. Depois que deixei a função de assistente social no Projeto Antonia, não tinha mais contato com as mulheres que ali eram atendidas.

Em um primeiro momento do nosso encontro, as participantes foram informadas sobre o tema da pesquisa, bem como sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Com todas as questões referentes ao estudo sanadas, iniciei a gravação em áudio em meu smartphone pessoal.

Nossa conversa teve como fio condutor o problema de pesquisa e hipóteses, que foram apresentadas as participantes, deixando espaço para a flexibilidade, permitindo que o contato entre nós pudesse privilegiar a exploração dos seus saberes, de suas experiências, de seus valores, em conformidade com os requisitos exigidos por uma pesquisa qualitativa. A partir daí, elenquei uma lista de palavras-chave que contemplassem o objetivo do estudo, tais como: trajetória na prostituição, outros

[44] O *WhatsApp* é um aplicativo de mensagens instantâneas amplamente utilizado em dispositivos móveis e computadores. Ele permite a troca de mensagens de texto, envio de áudios, imagens, vídeos, documentos, além de realizar chamadas de voz e vídeo. O *WhatsApp* oferece uma comunicação rápida e gratuita, dependendo apenas de uma conexão com a internet. Atualmente, é o principal meio de comunicação com as mulheres pelo projeto social.

trabalhos, condições de trabalho, exploração, violências, entre outras, e fui conduzindo a conversa de forma livre, sem perguntas enrijecidas.

Depois do registro das entrevistas em áudio, estas foram transcritas para a análise dos dados coletados, tendo em vista o nosso referencial teórico. A metodologia de análise dos dados se deu a partir do referencial teórico baseado no materialismo histórico-dialético e materiais de pesquisa relacionados à prostituição popular no Brasil. Inicialmente, foram feitas as transcrições das entrevistas visando a uma compreensão profunda das narrativas[45]. Esse processo permitiu identificar temas recorrentes e padrões emergentes, situando-os no contexto histórico e material das entrevistadas. Posteriormente, os trechos mais relevantes das entrevistas foram agrupados em categorias refletindo aspectos relevantes para nossa análise da pesquisa, pontuados pelas participantes.

O objetivo desse percurso de estudo foi identificar e compreender as formas específicas pelas quais a exploração relacionada ao trabalho produtivo e reprodutivo da mulher na sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista contemporânea contribui para a produção e intensificação da exploração do trabalho da mulher na prostituição. Também pretendíamos fornecer uma análise detalhada e crítica das formas de exploração enfrentadas pelas mulheres na prostituição, considerando suas experiências no contexto de uma sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, entendendo que os resultados contribuirão para a formulação de políticas públicas e intervenções sociais que abordem de maneira eficaz as causas estruturais da exploração, promovendo condições de trabalho mais justas e equitativas para as mulheres.

3.2 (RE)APROXIMAÇÃO COM O CONTEXTO DA PESQUISA

A (re)aproximação com o campo de pesquisa se deu a partir da minha experiência anterior de trabalho como assistente social junto a um Projeto Social, o Projeto Antônia, na zona sul de São Paulo, entre os anos de 2017 e 2019. O projeto é parte da Rede Oblata Brasil, trabalho desenvolvido pela Congregação das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor. Enquanto religiosas, as irmãs Oblatas têm como

[45] Os nomes das entrevistadas, assim como das mulheres mencionadas no diário de campo, são fictícios, com o objetivo de preservar o sigilo e a confidencialidade de suas identidades conforme os princípios éticos de pesquisa.

carisma[46] o trabalho com mulheres que exercem a prostituição e/ou são vítimas do tráfico para fins de exploração sexual. No Brasil, o trabalho é desenvolvido nas cidades de Juazeiro/BA, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP. Atualmente, as unidades da Rede estabelecem ações no campo do *advocacy*[47], sensibilização da igreja e sociedade.

De acordo com o material institucional da Rede Oblata (Revista Sensibla), o Projeto Antonia iniciou seus trabalhos em 2005 a partir de uma pesquisa realizada por duas religiosas oblatas e uma cientista social. O objetivo era conhecer a realidade da prostituição no município de São Paulo. As pesquisadoras realizaram um diagnóstico que identificasse as instituições (públicas, terceiro setor, religiosas) que trabalhavam com mulheres no contexto de prostituição na cidade e fizeram um mapeamento dos locais com maior concentração de prostituição. Os resultados da pesquisa demonstraram um grande número de mulheres exercendo a prostituição na região de Santo Amaro, sem a presença de instituições dedicadas especificamente a esse público.

Em 2006, as atividades do projeto se concentravam na realização de visitas às ruas, praças e locais onde as mulheres exerciam o trabalho sexual em Santo Amaro para uma aproximação, momento em que também se iniciaram intervenções em grupos com a equipe do Projeto e as mulheres no Paço Cultural Júlio Guerra[48]. A partir de 2011, em parceria com o Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) de Santo Amaro, serviço que já realizava um trabalho de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis no território, o Projeto Antonia ampliou seu campo de atuação e passou a acessar também privês e boates de prostituição na região.

As unidades da Rede Oblata, com elas o Projeto Antonia, contam com uma equipe multidisciplinar composta pela coordenadora, assistente social e educadora social para o atendimento e acompanhamento às mulheres que exercem a

---

[46] Em uma congregação religiosa, o carisma é o direcionamento espiritual específico que orienta sua missão, identidade e modo de vida, inspirado no fundador e na tradição da ordem. Ele define a forma como seus membros servem não só à Igreja e à sociedade, como também na educação, saúde ou assistência social.

[47] *Advocacy* é um conjunto de ações e estratégias utilizadas para influenciar decisões políticas, econômicas e sociais em favor de uma causa específica. Essas ações podem ser direcionadas a governos, empresas, organizações internacionais e até mesmo à opinião pública. O objetivo do *advocacy* é promover mudanças nas políticas públicas, na legislação e em práticas sociais para beneficiar determinados grupos ou resolver problemas sociais.

[48] Disponível em https://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/espaco/674/.

prostituição. A proposta de intervenção é fundamentada, de acordo com a Rede Oblata, em uma “pedagogia libertadora e resiliente”, buscando a redução da violência nos espaços de prostituição e na promoção dos direitos das mulheres atendidas. O trabalho tem como intuito a aproximação e conhecimento da realidade das mulheres de baixa renda que exercem a prostituição na região de Santo Amaro com fins de impulsionar seu protagonismo e fortalecer sua organização e capacidade de liderança. Apesar de se tratar de uma organização vinculada a igreja católica, como assistente social inserida na instituição, percebia a construção do trabalho a partir de um viés progressista.

Quando cheguei ao Projeto Antonia, em 2017, o caminho de aproximação com a realidade da prostituição em Santo Amaro já estava consolidado pelo projeto e, aos poucos, fui me aproximando também dessa realidade, que até então não me chamava a atenção, apesar de eu já frequentar a região de Santo Amaro, local onde eu já tinha um vínculo de trabalho como docente em um Centro de Ensino Superior.

Santo Amaro é um distrito de São Paulo, situado na região centro-sul. Foi um município independente de 1832 até 1935, quando foi reincorporado à capital. Sempre ouvia daqueles que circulavam por lá que, por já ter sido um município, possuía ritmo próprio de uma cidade. É constituído por bairros de classe média baixa e um setor comercial significativo com lojas de varejo, restaurantes, galerias e *shoppings* populares. Santo Amaro também é “local de passagem” para a região sul de São Paulo, onde se concentram terminais de metrô, trem e linhas de ônibus. A região significativa de prostituição fica mais restrita ao centro da região, próximo ao Largo Treze.

Na região central de Santo Amaro, é possível perceber mais claramente as marcas da exclusão. Além das prostitutas, também é comum pessoas em situação de rua, usuários de álcool e outras drogas, vendedores ambulantes, entre outros. A prostituição não é tão explícita. As atividades acontecem em hotéis, privês e boates, assim como na praça central, onde as mulheres ficam apenas durante o dia.

Os hotéis servem de espaço ao serviço sexual quando a negociação já foi feita com o cliente, na maioria das vezes, fora do hotel. Nos privês, as atividades acontecem predominantemente durante o dia e início da noite. As mulheres ficam à disposição na casa para o cliente que chega e as negociações, assim como para a atividade sexual. No local, na maioria das vezes estabelecimentos degradados, existem pequenos espaços reservados à atividade sexual, que costuma ser bem

rápida e impessoal, durando, em média, de 20 a 30 minutos, “ou até o cliente gozar”. O esquema de trabalho é quase o de uma produção industrializada, rápida e em grande escala. As trabalhadoras não têm muito tempo para descansar, a “esteira está rolando”, e novos homens chegando para outros programas:

> A abordagem hoje aconteceu na “Casa Rosa”, como as mulheres costumam chamar. Sempre é um lugar que me toma a atenção. O longo corredor onde as mulheres e os clientes se encontram, é escuro e abafado. As pessoas se apertam nesse espaço como nas estações de metrô em horário da entrada ou saída do trabalho. Hoje, enquanto conversávamos com uma das trabalhadoras da casa, um entregador do ifood entrou, e sem tirar a mochila de entrega das costas, escolheu uma mulher e foi para um dos quartos. Pelo tempo em que ficaram por lá, acredito que ele tenha permanecido com a mochila de entrega nas costas. (Trecho do Diário de Campo).

Nesse esquema, as mulheres são mal remuneradas. O valor do programa varia entre R$20,00 e R$50,00, dependendo do privê, e metade do valor sempre fica com a casa. Algumas mulheres, principalmente aquelas que vêm de outras cidades para trabalhar por um tempo, também dormem no privê e, nessas circunstâncias, pagam uma diária à casa. Como ficam por tempo integral no local, também acabam tendo que estar mais disponíveis para atender aos clientes. No caso das mulheres que vão diariamente, é comum que os/as gerentes do local sejam mais exigentes com horário e dias de trabalho: “Se não seguem as regras, não podem trabalhar na casa”.

Já as boates começam a funcionar na parte da tarde, mas o horário de maior movimento é à noite. Nesse contexto, é comum o uso de bebidas alcoólicas, entre outras drogas. As mulheres ficam mais “produzidas”, de *lingerie*, maquiadas e de salto alto. O local tem mesas para os clientes, meia luz e música alta. Os clientes se aproximam das mulheres e estabelecem uma conversa de negociação, que acaba sendo mais demorada, momento em que os clientes também consomem bebidas no bar. Nesse caso, as mulheres cobram, em média, R$70,00 a R$80,00, além de ganhar também comissão pelas bebidas consumidas pelos clientes.

No caso da praça, não existem gerentes, cafetões e/ou cafetinas, mas um acordo velado de respeito a quem trabalha ali há mais tempo. O valor varia entre R$40,00 e R$50,00 por meia hora, e o cliente paga o hotel. Os hotéis da região, já adaptados a esse tipo de serviço, recebem as mulheres com seus clientes e garantem a segurança das trabalhadoras sexuais que são suas principais clientes.

No meu primeiro dia de atuação no Projeto Antonia, após uma reunião introdutória com a coordenadora, na qual foram apresentadas as principais atividades desenvolvidas no âmbito do projeto, ela considerou apropriado me levar às ruas de Santo Amaro. Essa experiência inicial teve um impacto significativo em mim, pois proporcionou o primeiro contato com os aspectos que configuram a atividade sexual na região, revelando uma realidade, até então, desconhecida para mim:

> Enquanto caminhávamos, ela começou a me mostrar um mundo que, até então, eu não havia acessado: números e cartazes pequenos colados pelos postes e muros indicavam serviços e números de telefone, um número significativo de pequenos hotéis na região com placas discretas, casas com números grandes, sem placas ou luzes, com entrada e saída frequente de homens. Era uma tarde de segunda-feira, no mês de janeiro, e o movimento em torno dessa atividade me pareceu intenso. No caminho, passamos por dentro da Praça Floriano Peixoto, a coordenadora encontrou uma mulher que aparentava 50 anos, calça jeans, camiseta, sapatilha e uma bolsa grande a tiracolo. A mulher pareceu feliz em encontrá-la e contou, com pesar, sobre a situação do filho que estava preso naquele momento. Ao sairmos da praça, comentou comigo: “ela está trabalhando”. A cena daquela mulher na praça foi, para mim, surpreendente: onde estava a minissaia com meia calça e salto alto? Onde estava a “bolsinha” que ela pudesse “rodar”? Onde estava a maquiagem, o decote e a pose vulgar? Era uma mulher comum, poderia ser minha mãe, minha tia, uma amiga, poderia ser eu. Me senti extremamente preconceituosa ao reproduzir expectativas e impressões a partir dos estereótipos da prostituta. Percebi que os estereótipos me mantinham “segura”, uma vez que eu não os reproduzia, eu não era “confundida” com uma prostituta. Mas quem é a prostituta? (Trecho do Diário de Campo)

Prostituta, de acordo com o dicionário, se refere a “Mulher que faz sexo por dinheiro; andorinha, caborje, calhandreira, dama, dama da noite, loba, meretriz, quenga, rameira, rascoa, rascoeira, rapariga, ratuína, reboque, rongó, solteira, tapada, tolerada, transviada, vaqueta, vulgívaga, zabaneira”. Ao buscar o significado dessa palavra, deparo-me com uma sequência de adjetivos vistos de maneira pejorativa, contribuindo com a construção de identidades estereotipadas.

Sabemos que o significado social da prostituição se modifica de acordo com o contexto sócio-histórico, cultural, político e econômico, que será responsável por mediar esse significado. Na contemporaneidade, a prostituição tem relação direta com o estigma e a vergonha, que condicionam a prostituta como um “mal” associado à institucionalização da divisão das mulheres entre boas e más. “Rodar bolsinha”, o decote, a minissaia e a meia calça são aspectos simbólicos que contribuem para ilustrar essa divisão, expondo os preconceitos presentes nesse contexto, os quais naquele momento me atravessaram.

Compreendemos que a estrutura patriarcal e as desigualdades de gênero vinculadas à sexualidade interferirão na vida pessoal das mulheres, marcando-as com identidades estereotipadas: mãe-esposa, notadamente fonte de reconhecimento social, produz uma identidade positiva em contraponto, as “desviadas”, “as outras”, cujos comportamentos sociais serão classificados como marginais ou patológicos. Podemos dizer que as mulheres que não se enquadram ao que é socialmente aceitável sofre com preconceitos sociais. De acordo com Agnes Heller (2014), muitos dos preconceitos podem ter caráter social e são aplicados e assimilados espontaneamente. As identidades também estereotipadas da mulher puta, reproduzidas a partir de preconceitos, vão sendo assimilados e generalizados àquelas mulheres que não assumem comportamentos sociais aceitáveis ao da mulher mãe-esposa.

Heller (2014, p. 72) também nos direciona nessa reflexão com o que a autora chama de preconceitos negativos, vinculados a algum tipo de degradação ao sujeito que o sofre, podendo gerar, inclusive, algum tipo de comportamento estereotipado como a violência, a tortura, o extermínio. Nesse sentido, retomo aqui a escuta das mulheres trabalhadoras sexuais atendidas no projeto social. Muitas delas falavam do medo de trabalhar na rua, pois era um lugar em que estavam mais expostas a todos os tipos de violência. Relatavam situações em que pessoas passavam cuspiam ou jogavam algum objeto contra elas apenas pelo fato de estarem em um local em que era reconhecida a prática da prostituição. Muitas das mulheres diziam que preferiam se submeter a exploração das casas de prostituição, pois se sentiam mais seguras (de maneira geral, as casas contam com seguranças particulares).

Apesar de esse ser um relato recorrente entre as mulheres que exercem a prostituição, não podemos deixar de pontuar que não só as mulheres que exercem a prostituição estão expostas à violência. Sabemos que grande parte das violências praticadas contra as mulheres são justificadas pelo fato de elas estarem vestidas de modo inapropriado, ou se comportarem de forma inapropriada. Essa condição, que chamo aqui de inapropriada, está relacionada aos sistemas de preconceitos vinculados à identidade estereotipada da mulher puta.

Heller (2014, p. 72) afirma que a vida cotidiana produz preconceitos em sua dimensão social. Porém, quando falamos dessa identidade estereotipada da mulher puta, estamos falando de um “[...] sistema de preconceitos estereotipados e estereótipos de comportamento carregados de preconceitos”, que não são

necessariamente produzidos no cotidiano, mas provocados por integrações sociais e reproduzidos no cotidiano enquanto forma de estabelecer poder de um grupo em relação a outro. Nesse caso, enfatizam a desigualdade e relações de poder entre homens e mulheres.

Dolores Juliano (2002) afirma que “puta” é uma construção social com motivação pedagógica. Ser identificada como “puta” será o castigo máximo por transgredir as normas patriarcais, independentemente da atividade que exerce: “olha o que acontece se nos afastamos do que é conveniente”:

> A divisão das mulheres entre boas e más beneficia a estabilidade do sistema. O estigma da prostituição nada tem a ver com o que as trabalhadoras sexuais são e fazem. Ele representa um potente elemento de controle para as mulheres que não atuam na indústria do sexo. O modelo de esposa e mãe abnegada exige muito sacrifício. Ainda que se diga que a mulher é a rainha do lar, sabemos que não é, que é uma pessoa a serviço de todo mundo. É um modelo tão pouco atraente e com tão pouca recompensa e reconhecimento que a única forma de conseguir que as mulheres se adequem a ele é assegurar a elas que a outra possibilidade é pior (Juliano, 2002, p. 6).

Sobre essas bases, é construído o imaginário popular sobre o que é ser prostituta como nos diz Juliano (2002), identidade esta marcada pelo preconceito. As prostitutas, assim como outras minorias (negros, lésbicas, homossexuais, dentre outras), são silenciadas pelo discurso da patologização ou vitimização: “aquele que não deu certo.” Dessa forma, podemos dizer que esse tipo de preconceito serve para consolidar e manter a estabilidade e coesão na integração dada, tentando manter um grupo silenciado e invisibilizado (Heller, 2014, p. 76).

O preconceito e a discriminação criados em base a um viés de gênero, classe social e raça/etnia, camuflam os conflitos sociais, políticos e econômicos gerados no e pelo laço social. A partir das colocações de Heller (2014, p. 77), podemos ainda refletir o quanto os sistemas de preconceito servem a uma forma de coesão social, que, de acordo com a autora, pode estar internamente ameaçada.

Ao longo da história, vemos que os discursos que desclassificam a mulher remetem a um sistema de dominação masculina diante da ameaça da autonomia feminina. A ideia da mulher mãe-esposa, “rainha do lar”, ainda é reproduzida por homens e mulheres e serve à reprodução do patriarcado, à procriação dos filhos, reprodução da atividade doméstica (trabalho não remunerado) e permanência da propriedade privada.

Heller (2014, p. 77) contribui com essa problematização ao afirmar que

> [...] as classes dominantes desejam manter uma estrutura social que lhes beneficia e mobilizar em seu favor inclusive os homens que representam interesses diversos (e até mesmo, em alguns casos, as classes e camadas antagônicas).

O preconceito, então, acaba sendo exercido como mecanismo de controle, reproduzido por homens e mulheres de forma bastante efetiva. Atinge a todas as mulheres que não se comprometem com o comportamento socialmente estabelecido como bom, honesto. No caso das trabalhadoras sexuais, se faz de forma ainda mais agressiva, levando-as a viver uma vida dupla escondendo o que fazem com medo das consequências.

Esse é um aspecto interessante quando se trata de controle da liberdade, pois, a partir do momento em que se pronunciar é arriscado e vergonhoso, elas deixam também de reivindicar por direitos: “O que vou reivindicar se tenho vergonha do que faço?” A consequência disso é a vivência de uma prática econômica que remete a extremas explorações e violência para as mulheres trabalhadoras sexuais.

Aos poucos, no cotidiano do trabalho no Projeto Antonia, fui entendendo que um dos temores que fazia parte daquela prática para elas era serem identificadas como prostitutas:

> Hoje, quando formos fazer abordagem na Praça, encontramos Joana que contou um pouco da sua rotina. Joana disse que acorda bem cedo, arruma suas coisas e sai para trabalhar. De casa até a praça Floriano Peixoto leva até 2h. Escolheu a praça como um lugar seguro, pois fica longe da região onde mora e não tem chances de passar por alguém conhecido. Conta que sai de casa cedo e com roupas discretas e uma bolsa bem grande, para não causar suspeitas. Passa o dia na praça fazendo programas e por volta das 17h, volta para casa. (Trecho do diário de campo).

Joana organiza seu horário de trabalho como uma trabalhadora de outro setor. Tem a frequência e disciplina de sair de casa, pelo menos, seis vezes por semana, de segunda a sábado, no mesmo horário e voltar também no mesmo horário. Sempre muito discreta para não atrair a atenção dos vizinhos.

Na atuação junto ao projeto, operávamos a partir de três frentes de trabalho: uma delas era a abordagem social, que nos aproximava da realidade por meio da busca ativa nos locais em que as mulheres exerciam a prostituição. Nesse momento, além da possibilidade do vínculo, do diálogo, levávamos informações sobre direitos e

as possibilidades para o acesso a eles. Outra frente de trabalho era a acolhida, momento em que era possível o atendimento individual ou em grupo das mulheres na sede do projeto, possibilitando a escuta das demandas, orientações, encaminhamentos e acompanhamentos.

A terceira era a sensibilização, que acontecia a partir do contato com instituições do poder público que atendiam as demandas das mulheres no território, como serviços de saúde, assistência social e educação. Nessa frente, organizávamos eventos para falar sobre a prostituição, principalmente, trazendo recortes da realidade de Santo Amaro, provocando reflexões sobre o tema, além de conversas com os/as profissionais desses serviços. Nesses contatos, era possível perceber o quanto os estereótipos negativos estavam presentes, interferindo, inclusive, no acesso das mulheres aos serviços. Percebíamos que, de maneira velada (ou não), essas mulheres tinham o acesso dificultado a muitos serviços, sendo, por vezes, tratadas de forma preconceituosa e, até mesmo, violenta:

> Hoje, ao acompanhar uma das mulheres atendidas pelo projeto à delegacia da mulher, percebi o quanto era diferente o olhar que as profissionais tinham para mim e para ela. Maria passou por uma experiência de violência ao ser atendida em um serviço de saúde da região e quis denunciar essa situação. Já na delegacia, a escrevente explicou que, se colocasse a situação tal qual contata por Maria, “não ia dar em nada”. Maria pediu então para que a acompanhássemos para ajudá-la a compreender melhor os encaminhamentos. Já na chegada, Maria entrou sozinha em uma sala e comecei a ouvir gritos. Quando me aproximei, vi que Maria estava muito nervosa e que a profissional que a atendia dizia que poderia puni-la por desacato. Levei Maria para beber uma água e se acalmar. No nosso retorno, ao tentar entender um pouco sobre o que estava acontecendo, fui chamada para conversar com a profissional da delegacia a sós. Ali, ela se justificou dizendo que precisava ser dura diante das mulheres que chegavam ali, pois muitas delas não eram realmente vítimas como narravam. Maria saiu do atendimento muito desapontada. “Tenho certeza que por ser preta, pobre e prostituta não sou respeitada!” (Trecho do Diário de Campo)

Nesse dia, percebi que não só o preconceito em relação ao trabalho sexual estava presente, mas também o racismo e, principalmente, a pobreza, exclusão social e a subalternidade estavam ali, retirando o protagonismo e qualquer condição de poder para essa mulher falar das violências por ela sofridas. A instituição que deveria acolher sua demanda reproduziu novamente a violência ao colocá-la em um lugar em que suas crenças foram desclassificadas, sendo que seu modo de se expressar e seu comportamento social foram sinalizados de maneira negativa e indesejável.

Para Yasbeck (2001, p. 34), “[...] pobreza, subalternidade e exclusão configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.), expressando as relações vigentes na sociedade”. Ainda segundo a autora, “[...] são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade” (Yasbeck, 2001, p.34).

Foi tocada por cada uma das questões trazidas pelas mulheres com as quais tínhamos contato cotidianamente que passei a refletir sobre as condições das mulheres de baixa renda trabalhadoras sexuais. Mas quem eram essas mulheres? Quais são as formas de trabalho e exploração nos espaços de prostituição popular nos quais estão inseridas?

Podemos dizer que a maioria das mulheres que atendíamos na região de Santo Amaro não são tão jovens, tendo entre 30 e 60 anos, se autodeclaram negras ou pardas, muitas delas estudaram até o ensino fundamental. Grande parte delas são mães solo, tem 2 filhos ou mais, vem de regiões do interior da região sudeste, ou do norte e nordeste, em busca de melhores condições de trabalho (Revista Projeto Antonia 10 anos, 2017).

De maneira geral, as mulheres não trazem histórias que indiquem terem sido forçadas a entrar na prostituição. A “escolha” é quase sempre marcada por contextos de trabalhos precários, em que outras opções são muito ruins, mal remuneradas. Diante da formação acadêmica reduzida e poucos recursos para investir em formação profissional, a opção para essas mulheres são empregos pouco qualificados, com baixa remuneração e direitos restritos, como caixa de supermercado, atendente em lojas e lanchonetes, domésticas, babás. Blanchete e Silva (2009), ao discutir em suas pesquisas sobre os motivos da entrada de mulheres na prostituição, principalmente em espaços populares, também apontam para as características aqui relatadas.

Assim, a prostituição, mesmo em suas modalidades mais simples e com baixa remuneração, surge para essas mulheres como uma possibilidade de obter alguma ascensão social. O trabalho sexual representa, para elas, uma alternativa profissional mais vantajosa em comparação com as demais opções disponíveis dentro de seu conjunto restrito de possibilidades. Mesmo na prostituição de caráter popular, essa atividade tende a ser mais lucrativa do que outras profissões, oferece horários mais

flexíveis (o que é essencial para a maioria das mulheres, especialmente as que são mães), além de quase não exigir qualificação formal (Blanchette; Silva, 2009).

Outra característica marcante são narrativas de trajetórias pessoais e familiares muitas vezes marcadas por violências. Muitas mulheres vêm de lares onde viveram algum tipo de violência doméstica por parte de seus pais ou companheiros por exemplo. A vivência constante dessa realidade favorece um processo de banalização das violências vividas nos espaços de trabalho na atividade da prostituição:[49]

> Encontramos com Cláudia hoje na praça, estávamos indo para uma abordagem em uma boate e ela parou para conversarmos um pouco. Quando viu nos aproximando, sorriu e disse que conhece perfeitamente o movimento daquela praça, quem passa por ali e com qual intenção. “Já te contei como comecei a trabalhar aqui?” Disse que o marido era alcóolatra e que no dia que recebia o salário já gastava tudo em bebida. Era um homem violento, batia nela e nas crianças. Um dia, ela resolveu enfrentá-lo, disse que precisava de dinheiro para comprar “mistura” para os filhos e que ele não deveria parar no bar para gastar o dinheiro. O marido respondeu que ela fosse pedir para outro homem e que nele ela não mandaria. Assim ela o fez. Foi para a praça chorando e, abordada por um homem, disse que precisava comprar comida para os filhos. O homem então sugeriu que fizesse o programa e que depois ele a acompanharia até o açougue. “Naquele dia ganhei dinheiro, ele pagou o açougue e fui tratada na cama com mais carinho do que era tratada pelo meu marido”. (Trecho do Diário de Campo).

Cláudia via a prostituição como uma possibilidade de conquistar autonomia financeira e escapar das condições de dependência e violência impostas pelo marido. Para ela, a violência enfrentada em casa era mais perturbadora do que o risco de vivenciar situações de exploração e violência nas ruas.

Estudos de autores como Blanchete e Silva (2009), Piscitelli (2005), Pasini (2005) e Rodrigues (2003) já apresentaram em suas pesquisas sobre formas de trabalho e os problemas presentes nas regiões de prostituição popular. Assim como em Santo Amaro, esses estudos apontam para espaços de prostituição muito precários e violentos, localizados em regiões mais populares e degradadas dos grandes centros urbanos. É comum a insalubridade, a exploração financeira realizada por gerentes, ou cafetões, a violência, e banalização desse contexto por todos/as envolvidos/as, clientes, prostitutas, gerentes, funcionários das casas e policiais.

---

[49] No ano de 2018, participei de uma pesquisa-ação no Projeto Antonia com o objetivo de identificar situações de violência e o perfil dos agressores no âmbito doméstico e nos ambientes de exercício da prostituição. Os resultados da pesquisa foram obtidos a partir de questionários aplicados às mulheres atendidas nas quatro unidades dos projetos das Irmãs Oblatas no Brasil e analisados com base na realidade da prostituição popular no Brasil.

Nesses espaços de prostituição popular, o trabalho é desenvolvido de forma muito precária e mal paga. Como os programas são rápidos e com práticas sexuais pouco complexas, a remuneração das mulheres está em fazer muitos programas durante a jornada de trabalho. A precariedade material dos espaços de prostituição popular, a alta rotatividade de clientes, a lassidão dos funcionários desses locais contribuem para uma prostituição marcada pela violência sexual, física, moral e material (Rodrigues, 2003). A violência é vista como parte inerente do trabalho, restando pouco a se fazer, a não ser estar atenta e preparada para uma reação "mais astuta" durante a atividade.

Sousa (2014, p. 64) explora de forma interessante os temas do medo e da ousadia, que moldam o aprendizado das prostitutas na prática do trabalho sexual. Ao buscarem constantemente um equilíbrio entre o medo dos riscos envolvidos na prestação de seus serviços e a ousadia de se abrir a novas experiências, elas acabam desenvolvendo o que Sousa (2015) e Olivar (2013) chamam de "confiar desconfiando". Esse movimento se torna uma estratégia essencial, pois permite que as prostitutas avaliem as intenções e motivações das pessoas que se aproximam, além de preverem possíveis consequências das interações que ocorrem no contexto da prostituição. Esse movimento passa a fazer parte do cotidiano das mulheres.

Muitas mulheres com as quais conversei diziam da necessidade de se ter coragem para encarar o primeiro programa e conhecer de fato o contexto do trabalho sexual e que iam aprendendo a fazer a leitura dessa realidade e como as relações se dão no decorrer do tempo:

> Conversei com várias mulheres no momento da abordagem hoje e para mim uma afirmativa marcou: "o que separa a prostituta de outra mulher trabalhadora comum é a coragem". De acordo com elas, é preciso coragem para fazer um primeiro programa, depois você aprende o que deve fazer. Depois você entende como pode fazer para tirar seu sustento. Os programas se tornam um trabalho como outro qualquer (Trecho do diário de campo).

Olivar (2013), ao abordar a compreensão de Gabriela Leite[50] sobre a ideia de "confiar desconfiando", destaca que a prostituição, mais do que promover a

[50] Gabriela Leite (1951-2013) foi uma ativista brasileira, escritora e pioneira na luta pelos direitos das prostitutas no Brasil. Formada em Sociologia pela USP, deixou a universidade para se dedicar à militância. Ela foi a primeira prostituta a se candidatar a um cargo político no Brasil, concorrendo a deputada federal em 2010, com o slogan "Puta Deputada". Gabriela fundou a ONG Davida, que promove os direitos das trabalhadoras do sexo, e foi idealizadora da grife Daspu, criada para

desconfiança, ensina a praticar uma “confiança contingente”. Para a referida autora, todas as pessoas que se aproximam das prostitutas com o intuito de se tornarem aliadas — sejam clientes, pesquisadores ou instituições — frequentemente buscam algum tipo de benefício em relação ao trabalho dessas mulheres. Isso pode incluir a tentativa de negociar preços mais baixos, a coleta de informações para pesquisas ou a captação de público-alvo para projetos, entre outras questões.

Denise Martin (2003), ao discutir, em sua pesquisa, sobre os riscos na prostituição, indica que, para entendermos a percepção de risco no trabalho sexual, devemos procurar compreender a lógica que justifica tais comportamentos:

> As classificações das prostitutas sobre o que é arriscado e o que não é, no contexto da vida cotidiana, são também de origem social. Não são representações individuais e autônomas, mas sim produtos da forma como o grupo vê determinadas relações, especialmente as que envolvem a sexualidade, a transgressão, o desvio, a doença, a vida, a morte (Martin, 2003, p. 78).

Para Martin (2003), discutir riscos exige uma reflexão sobre a sociedade e sobre o que é considerado culturalmente importante. Não há como falar de riscos ou confiança sem refletir sobre as diferentes condições existenciais vivenciadas por cada sujeito, considerando sua condição de classe, raça, sexo. No contexto da pobreza, vivida por mulheres que “escolhem” o trabalho sexual como um caminho de sobrevivência, em que a violência da pobreza é parte da existência diária e os impactos destrutivos das transformações em andamento do capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida como o aviltamento do trabalho, o desemprego, o trabalho precário, podemos dizer que a vida precária e a insegurança já são parte do cotidiano. O trabalho sexual precisa apenas ultrapassar também a barreira da moral. Uma vez que essa barreira é superada, a percepção dos riscos também se transforma, adquirindo novas dimensões.

Apesar da violência, exploração, e todos os riscos aqui mencionados, não é no lugar de vítimas que quero destacá-las. São inegáveis os riscos de uma prática social que envolve tantos preconceitos negativos e estigmas como a prostituição, além da extrema exploração que, muitas vezes, faz parte do cotidiano de muitas mulheres.

---

combater o estigma contra a prostituição. Sua trajetória está registrada em sua autobiografia *Filha, Mãe, Avó e Puta* (2009), na qual compartilha sua vida e visão sobre a profissão e a sociedade.

Recai sobre a mulher prostituta o imaginário social, consolidado por ideias de inadequação social, marginalidade e perigo.

No contato cotidiano com as mulheres trabalhadoras sexuais, me chamava a atenção que, no contexto do trabalho sexual, as mulheres também eram pessoas dotadas de agência. Segundo Piscitelli (2005, p. 13), exercer agência significa ter a capacidade de agir e influenciar o curso dos acontecimentos, atuando de forma diferente e intervindo no mundo. A autora reflete sobre a prostituição a partir de perspectivas feministas contrapostas. Para algumas feministas que veem a sexualidade como um elemento de objetificação das mulheres, a prostituição seria uma forma abusiva de exercício sexual, e a prostituta, uma vítima de violência. Por outro lado, para aquelas que interpretam a sexualidade como um espaço de potencial emancipação feminina, a prostituta representa autonomia sexual e uma ameaça ao controle patriarcal sobre a sexualidade das mulheres.

Podemos mencionar ainda as feministas que pensam no sexo como um campo de disputa, não como um campo fixo de posições de gênero e poder. Essas abordagens reconhecem a existência de uma estrutura sexista, mas argumentam que ela não é completamente determinante (Piscitelli, 2005, p. 14).

Ao refletir sobre a dinâmica cotidiana da prostituição popular no Brasil, é possível identificar uma convergência com as análises desse grupo, dado que se tornam evidentes as imbricações de classe, raça e gênero que permeiam as relações de poder nesse contexto. O ato sexual, enquanto prática cultural, pode tanto reafirmar quanto questionar as estruturas de poder masculino. No entanto, é imprescindível dirigir o olhar para os sujeitos envolvidos na prática sexual e questionar: a que classe social esses sujeitos pertencem? Quais marcadores raciais estão presentes nessas interações?

O patriarcado ultrapassa fronteiras e deixa marcas comuns na forma como a mulher é tratada, ainda mais quando o sexismo associa-se ao racismo. É importante lembrar que, no Brasil, no contexto de um histórico marcado pela colonização e escravidão, mulheres indígenas e negras eram consideradas como aquelas que se podiam usar para a exploração sexual, para o prazer dos homens, além de instrumento para aumentar a população escravizada e a força de trabalho para a acumulação (Cisne; Santos, 2018).

No entanto, é fundamental esclarecer que, ao abordar o contexto do trabalho sexual popular na contemporaneidade, estamos tratando da exploração caracteristicamente vinculada ao regime capitalista, ou seja, aquela que define as condições de trabalho sob esse sistema. Aqui, utilizamos o conceito de exploração no sentido marxista, que pressupõe que todo trabalho remunerado, dentro das condições capitalistas, envolve a extração da mais-valia. Sob essa perspectiva, a prostituição não difere de outras ocupações profissionais.

Essa análise, entretanto, não deve ser confundida ou equiparada à exploração sexual em situações análogas à escravidão. Ainda assim, é imprescindível reconhecer que o racismo estrutural, legado do passado escravocrata brasileiro, e o machismo característico da sociedade patriarcal continuam a influenciar esses contextos. Esses fatores, como já discutido, amplificam os processos de opressão, agravando as condições de exploração econômica, nessa e em outras atividades em que a inserção feminina é predominante.

Podemos dizer que as práticas de prostituição devem ser lidas de maneiras mais complexas que apenas uma confirmação da dominação masculina: em certas circunstâncias, elas podem ser espaços de resistência. Por este motivo, a posição da prostituta não pode ser reduzida à de um objeto passivo utilizado na prática sexual masculina, reforçando os lugares e papéis sociais ocupado por homens e mulheres.

Nesse sentido, faço novamente menção à importância do surgimento de organizações formadas por prostitutas, a partir do último quarto do século XX, que passam a reivindicar não apenas seus direitos de cidadania, mas também o reconhecimento da prostituição como uma forma legítima de trabalho, com direitos e deveres associados. No Brasil, as políticas públicas relacionadas à prostituição começaram a ser reformuladas na década de 1990, incorporando novos elementos, perspectivas e sujeitos ao debate sobre a atividade e os direitos das pessoas que a exercem (Rodrigues, 2009).

Rodrigues (2009, p. 69), ao trazer as reflexões de Roberts (1992), vai nos lembrar que foi no contexto dos movimentos sociais em defesa dos direitos das prostitutas e da reinterpretação da prostituição como “trabalho sexual” — ou seja, como uma profissão semelhante a qualquer outra — que, a partir de meados dos anos 1970, surgiram expressões como “trabalhadores do sexo” ou “profissionais do sexo” para designar aqueles envolvidos nessa prática ou no “comércio do sexo”. Desde então, ocorreram diversas transformações. Entre elas, destaca-se a proliferação de

grupos dedicados à reflexão e ao debate sobre o tema, o que trouxe uma mudança significativa no enfoque. Os debates, antes restritos a áreas como o direito e a saúde pública, passaram a disputar espaço com abordagens centradas nos direitos sociais, humanos e na cidadania, deslocando o foco de preocupações meramente morais ou sanitárias.

Durante minha atuação no Projeto Antonia, tive a oportunidade de conhecer a pesquisa de Luciana Almeida Dantas (2019), assistente social que também integrou o Projeto e dedicou sua dissertação de mestrado à temática da prostituição, com foco nos desafios e experiências das mulheres que exercem a atividade sexual na Praça Floriano Peixoto. Em diálogo com uma das entrevistadas, Dantas (2019) destaca que essa mulher revelou ter iniciado sua participação em debates feministas no contexto da prostituição. Com entusiasmo, ela compartilhou que se envolveu em processos de luta e representatividade de prostitutas, incluindo sua participação em um evento promovido pelo Ministério da Saúde, realizado em Brasília.

No livro *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta* (2009), Gabriela Leite narra sua trajetória pessoal até se tornar prostituta e militante pelos direitos das mulheres que exercem trabalho sexual. Em sua história, evidencia-se que a escolha pela prostituição não inviabilizou outras formas de vivenciar e se posicionar no mundo. Por meio de sua narrativa, Gabriela convida à reflexão sobre o fato de que ser prostituta não significa assumir o papel de vítima, mas sim afirmar-se como um sujeito ativo, capaz de reconhecer os mecanismos de opressão e elaborar estratégias para enfrentá-los.

Foi ao longo dos anos de atuação junto às trabalhadoras sexuais da região de Santo Amaro, em um processo contínuo de práticas profissionais e reflexões teóricas, que compreendi a relevância de retomar, no contexto da pesquisa de campo, as vozes dessas mulheres que tanto influenciaram minhas percepções e construções enquanto mulher, trabalhadora e assistente social. Essa experiência reforça a importância de considerar as narrativas dessas agentes sociais, valorizando suas vivências como fontes de conhecimento e análise crítica.

Entre os anos de 2019 e 2024, afastei-me das atividades no Projeto Antonia para me dedicar à pesquisa, em um período profundamente marcado por experiências que ampliaram as reflexões sobre meu objeto de estudo. Nesse intervalo, a pandemia de COVID-19 trouxe à tona desafios sociais significativos, incluindo o agravamento

das desigualdades sociais e econômicas, bem como um número alarmante de mortes, especialmente entre populações em situação de extrema pobreza.

O período foi marcado por mudanças substanciais nas dinâmicas do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo, que intensificaram as formas de exploração, sobretudo para as mulheres, as quais enfrentaram uma sobrecarga ainda maior nas esferas do trabalho produtivo e reprodutivo. Essa conjuntura está em consonância com as análises de autoras como Federici (2017), que enfatiza como as crises do capitalismo tendem a exacerbar a precarização do trabalho das mulheres, e Hirata e Kergoat (2007), que destacam os impactos estruturais da divisão sexual do trabalho em tempos de crise.

É imprescindível salientar que o contexto do trabalho sexual foi significativamente impactado durante o período de crise. Nos projetos vinculados à Rede Oblata, observou-se uma redução na renda das mulheres que optaram por não se expor ao risco de contaminação. Contudo, a maioria, diante de uma realidade de escassez econômica, sentiu-se compelida a continuar trabalhando, mesmo em um cenário de distanciamento social, frequentemente desrespeitando as normas sanitárias devido à pressão exercida pelas casas de prostituição[51].

Minha trajetória de trabalho e pesquisa, marcada por processos de aproximação e distanciamento necessários para a construção de novas perspectivas, permitiu que a escuta atenta das mulheres participantes deste estudo me conduzissem a reflexões profundas sobre os objetivos desta tese e as hipóteses levantadas acerca do trabalho sexual e da exploração de mulheres de baixa renda no contexto contemporâneo. O trabalho sexual, como qualquer outra forma de trabalho na sociedade capitalista, está sujeito às dinâmicas da alienação e exploração. No entanto, é possível perceber que, em um cenário de intensificação das desigualdades sociais, a exploração do trabalho feminino, tanto no âmbito público quanto privado, se apresenta de forma ainda mais acentuada. A dinâmica do trabalho sexual, especialmente na prostituição popular do Brasil, evidencia como o capital se apropria da força de trabalho feminina de maneira ainda mais intensa e perversa, intensificando a exploração da mulher trabalhadora.

[51] Revista Sensibla.

O processo de precarização do trabalho, o aumento da desigualdade social e a feminização do mercado de trabalho, características marcantes do capitalismo contemporâneo, contribuem para que muitas mulheres optem pelo trabalho sexual, especialmente aquelas que se veem inseridas em condições de pobreza. Essa escolha, muitas vezes vinculada à prostituição de baixa renda, reflete a opressão estrutural que permeia a realidade dessas mulheres. Podemos dizer que o capital contemporâneo se apropria dessas formas de trabalho de forma a maximizar sua exploração, aprofundando as desigualdades.

Quando a prostituição não é discutida dentro da perspectiva dos direitos sociais e trabalhistas, sua invisibilidade no debate público e político apenas reforça a lógica de dominação masculina. Isso perpetua a exploração das mulheres trabalhadoras sexuais, mantendo-as em uma condição de subordinação e vítimas, tanto no contexto das relações de gênero quanto no contexto econômico.

A seguir, apresento as duas mulheres que aceitaram participar desta pesquisa, compartilhando suas vidas, histórias e trajetórias. Suas narrativas refletem as consequências dos mecanismos de opressão e exploração que as atravessam, mas que, longe de reduzi-las à condição de vítimas, evidenciam sua capacidade de se afirmarem como sujeitas de suas próprias histórias.

3.3 AS PARTICIPANTES E SUAS HISTÓRIAS

Ao serem questionadas sobre o nome que preferiam adotar para garantir o anonimato na pesquisa, ambas informaram que poderiam ser identificadas pelo próprio nome, explicando que, naquele momento, estavam compartilhando suas experiências pessoais. Como uma delas mencionou: “Essa coisa de usar outro nome, já faço isso todos os dias nos programas”. No entanto, considerando a importância do anonimato conforme estipulado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), optei por utilizar pseudônimos. Para isso, escolhi homenagear duas ativistas

brasileiras que se destacaram na luta pela emancipação das mulheres, denominando-as Maria (em referência a Maria Lacerda de Moura[52]) e Pagu[53].

As participantes já estabeleciam um contato frequente com o Projeto Antonia durante o período em que eu atuava como assistente social, o que possibilitou uma convivência próxima e contínua. Durante minha atuação no projeto, tive a oportunidade de acompanhar diversos processos significativos em suas trajetórias. Essa relação pré-existente facilitou a fluidez do nosso contato e contribuiu para que nossa conversa ocorresse de maneira natural, mesmo no contexto da pesquisa, com a presença do gravador.

A partir do momento em que apresento a pesquisa, seus objetivos e a documentação, Maria e Pagu começam a compartilhar suas perspectivas sobre o seu lugar no universo da prostituição. Percebo que essas histórias estão intimamente relacionadas às suas trajetórias de vida, à busca por um trabalho, pelo sustento e pela possibilidade de acessar uma vida mais digna. Elas dedicam considerável tempo tentando identificar onde se encaixam e onde não desejam se encaixar, tanto como mulheres, trabalhadoras, filhas, quanto como prostitutas. Ao longo da conversa, que se desenvolve de forma espontânea, sem o uso de perguntas pré-estabelecidas, algumas questões emergem de maneira recorrente, se fazendo presentes de forma latente. Compreendo que, a partir desse momento, começam a ser delimitadas as categorias de análise que nortearão a pesquisa e que serão apresentadas a seguir.

3.3.1 Prostituição como possibilidade de trabalho

Maria e Pagu. Maria têm, hoje, 29 anos; Pagu, 34 anos. Maria começou com 23; Pagu, com 19. Relatam que ingressaram na prostituição por enxergarem nessa

---

[52] Maria Lacerda de Moura (1887–1945) foi uma escritora, educadora e ativista brasileira, conhecida por seu envolvimento com o anarquismo e o feminismo. Ela se destacou por suas críticas ao casamento e à maternidade compulsória, defendendo o amor livre e a autonomia das mulheres. Autora de obras como *A Mulher é uma Degenerada?* (1924), Lacerda questionou a moral burguesa e a repressão sexual feminina, propondo uma nova visão sobre a emancipação das mulheres. Sua atuação no movimento feminista e anarquista foi fundamental para a luta pelos direitos das mulheres no Brasil.

[53] Patrícia Galvão, conhecida como Pagu (1910–1962), foi uma escritora, poeta, jornalista e militante brasileira. Figura central do modernismo, Pagu se destacou pela sua postura avant-garde e pelo engajamento político, especialmente nas lutas feministas e sociais. Foi uma das primeiras mulheres a questionar abertamente o papel da mulher na sociedade patriarcal, defendendo a liberdade sexual e a autonomia feminina. Além de sua obra literária, como *Parque Industrial* (1933), sua vida pessoal, marcada por seu envolvimento com a arte e a política, também teve grande influência na luta pela emancipação das mulheres no Brasil.

prática uma possibilidade de trabalho e um meio de sobrevivência. Ainda jovens, não viam perspectivas em outras formas de trabalho. Ambas estudaram até o segundo grau e começaram um curso superior, acreditando que poderiam alcançar melhores remunerações, mas ainda têm na prostituição sua principal fonte de renda.

Para ambas, a prostituição surge como alternativa em momentos de grande necessidade. Pagu relaciona sua entrada na atividade a uma história marcada por abandono e violência, enquanto Maria associa a prostituição ao desemprego e à necessidade de se sustentar.

Pagu inicia sua narrativa pela infância, mencionando episódios de rejeição e aliciamento em um contexto familiar marcado pela pobreza e pela violência. Em seu relato, ela enfatiza sua decisão de transformar a prostituição em uma forma de emancipação pessoal, em oposição a reproduzir ciclos de exploração familiar:

> (...) quando eu saí de lá, a primeira coisa que eu fiz foi alugar a casa. O dinheiro que eu ganhava, eu pagava aluguel, eu comprava minhas coisas. Eu já sabia, sabe? Ela tentou me aliciar. Eu acho que, se eu fosse uma tapada, se eu fosse uma tonta, eu ia estar trabalhando na prostituição, ia estar sustentando ela, sustentando o macho dela (...).

Já Maria faz referência ao salário-mínimo, destacando sua insuficiência para garantir condições adequadas de sobrevivência:

> Eu vou procurar um trabalho, quanto que está o salário-mínimo? 1.400 e pouco, né? Agora, aí quem paga aluguel? Você paga o aluguel a água, a luz, internet, se você tiver que hoje em dia não tem internet, eu, como eu, como eu estudo, eu preciso da internet, é o meu meio, aí paga aluguel, água, luz, internet, aí tem comida, que é uma das partes mais caras junto com o aluguel, né? Então, tipo, não dá, não dá, e às vezes falta porque a conta não fecha, não bate, entendeu?

Embora nenhuma das duas entrevistadas tenha filhos, ambas fazem menção a outras mulheres com quem já trabalharam, que relatam vivências marcadas pela necessidade de sustentar e cuidar de seus filhos em contextos de abandono por parte de seus parceiros.

A prostituição, para muitas mulheres, apresenta-se como uma resposta imediata a contextos de pobreza, desempenhando um papel de subsistência diante do desemprego, da necessidade de pagar contas e da ausência de suporte familiar. No entanto, a análise desse fenômeno, a partir das experiências relatadas, revela uma série de tensões que perpassam questões de trabalho, gênero, classe social.

Ambas as entrevistadas já buscaram inserção em contextos de trabalho formal, porém perceberam que a remuneração oferecida não era suficiente para garantir sua subsistência, tampouco para possibilitar qualquer perspectiva de ascensão social. Ademais, relataram que, frequentemente, esses empregos eram caracterizados por jornadas de trabalho exaustivas, folgas ajustadas às conveniências dos empregadores e a execução de funções que evidenciavam um elevado grau de exploração.

As experiências laborais de Pagu revelam a complexidade dos dilemas enfrentados por mulheres que transitam entre o trabalho formal e a prostituição em busca de melhores condições de vida. Inserida em contextos de precariedade econômica, ela relata as dificuldades encontradas tanto nos empregos formais quanto no trabalho sexual, destacando a falta de estabilidade, a exploração e as diferenças de remuneração.

Pagu buscou, por diversas vezes, se inserir no mercado formal de trabalho, motivada pela busca de segurança e estabilidade associadas à carteira assinada. Contudo, suas experiências foram marcadas por condições extenuantes e remuneração insuficiente para cobrir as despesas básicas, muito menos para proporcionar mobilidade social.

Em uma das tentativas, atuou como atendente de telemarketing, função que lhe proporcionava uma jornada reduzida de seis horas diárias, mas com um salário de R$ 998, sendo descontados valores que reduziam sua remuneração líquida para R$ 840. Esse valor, segundo ela, poderia ser alcançado em apenas dois dias de trabalho como prostituta, sem o mesmo esforço físico:

> Eu cheguei a trabalhar em 2019. Comecei a procurar emprego. Eu falei. Não vou mais fazer isso da vida. Vou tentar seguir outro rumo. Ir pra outro ramo. Aí eu fui trabalhar de telemarketing. Eu até gostava. Porque era 6 horas por dia. Mas de salário? 998. Em 2019. Aí eu recebia 840. 840 eu ganhava em 2 dias fazendo programa, sem muito esforço.

Posteriormente, Pagu tentou se afastar da prostituição ao recorrer a um emprego em um supermercado, acreditando que poderia encontrar melhores condições. No entanto, a carga de trabalho era intensa, e as funções desempenhadas extrapolavam as responsabilidades inicialmente previstas. Além disso, a remuneração continuava baixa, com descontos que reduziam ainda mais o valor recebido:

> Eu fui trabalhar em um supermercado, só que eu não aguentei. O salário também era um salário-mínimo na época. Em carteira, tava 1.400 e uns quebrado. Só que eu recebia 1.030 porque tinham os descontos. Sim. Aí eles pagavam um pouco no dia 5. E depois pagavam mais um pouco no dia 20. Eles pagavam duas vezes no mês. Aí eu trabalhei lá, e eu achei que eu ia ficar no caixa. Eu ia ficar sentada lá de boa, mas me colocaram pra abastecer. Meu, era um inferno! Porque quem trabalha em mercado não faz só aquilo ali. Faz tudo. Eu tava arrumando a gôndola, aí mandava fazer devolução. Terminava de fazer devolução, mandavam abastecer.

Para ela, a comparação entre as duas atividades é inevitável: enquanto no supermercado se via sobrecarregada e recebia um salário-mínimo mensal, na prostituição era possível alcançar a mesma quantia em apenas uma semana:

> Eu ficava o mês inteiro me matando. Carregando caixa. Fazendo devolução. Arrumando gôndola. Pra ganhar mil e trinta reais. Quando eu trabalhava como garota. É claro. Eu não tinha convênio. De ter nada. Mas isso daí eu ganho em uma semana.

Pagu enfatiza que, na prostituição, identifica a possibilidade de ajustar suas atividades conforme sua disposição física e suas necessidades individuais, destacando que essa forma de trabalho não exige uma dedicação extenuante como na anterior:

> Qualquer casa que eu entrar e ficar a semana toda ali, no foco, às vezes nem precisa se matar muito, eu tiro mil reais. Mil reais em uma semana! Lá (se referindo ao trabalho no supermercado), eu tinha que trabalhar o mês inteiro, eu só tinha uma folga, era um domingo sim, um domingo não. Uma folga! Já nas casas, eu já cansei de fazer isso, eu trabalhava na semana de pagamento e pagava as minhas contas. Depois, ficava a semana toda em casa. Falava: “vou trabalhar hoje não”. Ia trabalhar depois de dez dias, ia trabalhar lá pro final do mês. Vou quando quiser, já ganhei pela semana inteira, já paguei minhas contas. Não vou ficar me matando aqui!

Embora o trabalho sexual permita uma flexibilidade de horários que os empregos formais não oferecem, Pagu aponta que essa autonomia vem acompanhada de inseguranças. Na prostituição, ela consegue organizar sua rotina conforme suas necessidades financeiras e disposição física, o que possibilita períodos de descanso mais prolongados. Esse controle sobre o tempo é uma vantagem em relação ao trabalho formal, onde as jornadas exaustivas e as folgas escassas eram impostas pelos empregadores.

Entretanto, reconhece que a informalidade da prostituição traz consigo um senso de instabilidade constante. A ausência de direitos trabalhistas, como a

previdência social, gera preocupações relacionadas à saúde e à possibilidade de afastamento do trabalho em caso de doenças. Apesar de estar ciente de que poderia contribuir de forma autônoma para o INSS, ela questiona se o tipo de enfermidade que a impediria de exercer o trabalho sexual – como problemas dermatológicos que afetam diretamente sua atividade – seria considerado válido para a obtenção de auxílio ou benefícios previdenciários:

> No caso, como garota, não tem isso. Eu mesma, eu tinha que pagar no INSS, que eu não pago. Mas eu não sei como seria de eu ficar doente. Porque como a gente trabalha com o corpo, com o físico, eu não sei como é chegar no INSS e falar assim: “Olha eu sou garota de programa. Eu estou com uma dermatite aqui. Problema de pele”. É uma alergia, mas tem uns estados que a pele fica que parece pereba. Eu não conseguiria trabalhar. Eu já cheguei a pegar isso. Fica umas bolhas assim. Parece lepra, só que é dermatite que falam.

O relato de Pagu evidencia os dilemas enfrentados por trabalhadores informais, especialmente no contexto da prostituição, em que as vantagens econômicas e a flexibilidade de horários coexistem com a ausência de proteção social. A comparação constante entre o trabalho formal e a prostituição destaca a precariedade que permeia ambos os contextos.

Enquanto os empregos formais oferecem, em tese, maior segurança jurídica e acesso a direitos, eles não garantem remunerações dignas ou condições de trabalho justas, especialmente para mulheres em posições de baixa qualificação. Por outro lado, a prostituição proporciona maior retorno financeiro em menos tempo, mas à custa de uma vulnerabilidade estrutural, tanto no âmbito social quanto físico e psicológico.

Maria também compartilha suas experiências anteriores no mercado de trabalho formal, nas quais enfrentou condições extremamente exaustivas, exploratórias e mal remuneradas, destacando que a prostituição, embora envolva desafios e riscos, proporciona um retorno financeiro superior. Contudo, o trabalho sexual é abordado com ambivalência. Por um lado, representa uma oportunidade de autonomia econômica e flexibilidade de horário; por outro, é marcado por estigmas e pela constante necessidade de ocultar a atividade a fim de se proteger de julgamentos sociais e familiares.

Ao abordar essa ambivalência, Maria menciona a postura de homens que fazem julgamentos e sugerem que as mulheres envolvidas na atividade sexual deveriam procurar empregos formais:

> Muita gente julga e diz, “ah, mas por que não vai arrumar um serviço?”. Esses dias, ouvi um homem falando com uma das minhas amigas: “Por que você não vai no Braz entregar seu currículo? Lá está cheio de vagas, você pode arrumar um emprego de 1.400 reais”. Isso você não cobra, ainda mais se tem filho, você não consegue, sem contar os descontos, a carga de trabalho que às vezes é extensa, tudo isso, a carga horária, os descontos, então não vale a pena.

Ela também relata que prefere não revelar sua atividade à família e às pessoas com as quais convive socialmente, afirmando compreender que o julgamento das pessoas é moralizante e que isso reflete um processo histórico enraizado em ideias machistas sobre o comportamento feminino:

> Minha avó é totalmente moralista, mas é carinhosa, uma avó amável. Eu entendo que isso é uma educação que lhe foi transmitida. Não é que ela seja má, é que foi assim que ela foi criada. E acredito que, de certa forma, isso atravessa a nossa criação enquanto mulheres. Sempre há essa ideia de que a mulher deve ser mais delicada do que o homem, essa imagem da mulher frágil. Não quer dizer que todas as mulheres sejam assim, mas existe esse estereótipo do que significa ser mulher, da mulher donzela.

Diante do julgamento moralizante de sua família, opta por afirmar a todos que trabalha como vendedora em uma loja, preferindo não ser identificada como garota de programa. Para ela, o trabalho sexual é visto como um “bico”, uma atividade temporária que proporciona condições de vida enquanto busca concluir sua faculdade. Em suas palavras: “Se eu for definir, considero isso como um bico. É uma fase, um bico, um trabalho temporário. Entendeu? É algo temporário”.

A narrativa de Maria evidencia os dilemas que envolvem o trabalho sexual, especialmente no contexto de desigualdades econômicas e sociais. Sua trajetória reflete a complexidade de equilibrar ganhos financeiros imediatos com os desafios emocionais, sociais e simbólicos que a atividade carrega.

Essa complexidade traz à tona uma questão fundamental: a prostituição pode ser entendida como trabalho? Para muitas mulheres, sim. Ela representa uma fonte de renda e, em muitos casos, é mais vantajosa financeiramente do que trabalhos socialmente aceitos, mas igualmente exploratórios, como exemplificado por experiências no setor de serviços, como o trabalho em supermercados. Nessas

funções, a exploração da força de trabalho é invisibilizada e naturalizada, enquanto na prostituição ela é explicitada ao trazer à superfície o estigma e os preconceitos sociais.

A prostituição heterossexual de mulheres é uma forma de trabalho intimamente vinculada ao papel social atribuído ao sexo feminino, sendo compreendida economicamente apenas quando analisada no contexto das condições gerais de trabalho feminizado. A divisão sexual do trabalho permanece como um fator crucial na definição de quem pode acessar determinadas ocupações, em quais setores e sob quais condições. Essa divisão também influencia diretamente a forma como os salários são estabelecidos e como os recursos econômicos são redistribuídos no âmbito familiar.

Essa relação entre a divisão sexual do trabalho e o antagonismo de classe é inseparável e remonta a análises como as de Friedrich Engels. Em sua obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels identificou o gênero como a base do que denominou o “primeiro antagonismo de classe na história”, afirmando que "a primeira opressão de classe foi a da mulher pelo homem" (Engels, 2009). Essa perspectiva ressalta como as desigualdades de gênero e classe estão profundamente entrelaçadas, moldando as condições de trabalho e as formas de exploração enfrentadas pelas mulheres ao longo da história.

Uma das questões centrais levantadas pelas trabalhadoras sexuais é a diferença entre a prostituição popular, geralmente de baixa remuneração, e a prostituição de luxo, onde as condições de trabalho e a autonomia sobre o próprio corpo são distintas. Na prostituição popular, a necessidade econômica impõe um ritmo desgastante e, muitas vezes, degradante. A autonomia, o prazer e a possibilidade de escolha tornam-se limitados quando a sobrevivência depende diretamente de cada programa realizado. Por outro lado, mulheres com acesso a contextos de alta remuneração poderiam apresentar outra perspectiva, embora essa realidade permaneça distante para grande parte das trabalhadoras do sexo.

Pagu e Maria destacam divisões dentro da prostituição, diferenciando entre níveis de remuneração e condições de trabalho. Pagu enfatiza que a prostituição de baixa remuneração é marcada por degradação e desgaste físico e emocional, tornando a autonomia e o prazer difíceis de alcançar. Já Maria classifica a prostituição em três níveis: baixa, associada a vícios e precariedade; intermediária, onde ela se

insere, permitindo melhores condições de vida; e alta, caracterizada por altos valores, que permanece distante para ambas.

As entrevistadas criticam a romantização do trabalho sexual, frequentemente associada a uma condição idealizada de escolha e satisfação pessoal, como ocorre no relato de mulheres que afirmam exercer a prostituição por gosto ou vocação. Para elas, essa visão pode ser aplicável a um seleto grupo de trabalhadoras de alto padrão, “aquelas que atendem em seus *flats* e podem escolher seus clientes”, mas não reflete a realidade da maioria das mulheres envolvidas na atividade.

O prazer e a autonomia sobre o próprio corpo, no contexto do trabalho sexual, são possíveis apenas quando essa atividade é exercida por escolha e não por necessidade. A imposição da necessidade transforma o trabalho em uma prática desgastante e degradante, da qual não é possível se ausentar sem comprometer a subsistência básica, como o pagamento do aluguel. Essa distinção é destacada por Pagu ao refletir sobre as diferentes realidades no mercado da prostituição:

> A maioria das mulheres que está fazendo um programa por 20 reais, por 30, ela não está preocupada em ter prazer. Mas para aquela que está cobrando 500, que mora no flat, que está atendendo um cara limpo, um cara de outro patamar, um educado, sabe? Para ela é muito fácil ter uma relação com aquele. Mas das mulheres que estão abaixo, que estão na necessidade de ganhar uma renda, não está pensando nisso.

Essa análise evidencia a desigualdade intrínseca ao mercado do trabalho sexual, onde o contexto socioeconômico determina as condições de trabalho e a possibilidade de exercer alguma autonomia. A prostituição, quando mediada pela necessidade, subordina o corpo a dinâmicas de sobrevivência que anulam a dimensão do prazer e reafirmam a precarização enfrentada pelas mulheres em condições mais vulneráveis.

Maria, ao abordar essa discrepância, analisa as condições de trabalho que predominam no cotidiano da maior parte das trabalhadoras sexuais. Ela traz um olhar crítico para a exploração presente na atividade, descrevendo cenários que revelam uma sobrecarga física e mental intensa. Em suas palavras:

> Eu até tomo cuidado para falar porque essa parte, assim, de exploração, nossa, eu acho que isso sempre vai existir, só que a gente tem que combater. Mas eu não tenho lugar de fala para falar, mas eu já conheci meninas que, olha, em um dia teve que fazer 20, 15 programas que saíam de lá com uma estafa, uma carga, sabe? O corpo cansado, a mente cansada, sabe? E eu sei que existe. E por mais que é uma coisa que sempre vai ter, a gente tem

> como sociedade, como coletivo, tem que combater isso, que isso não é o correto. Isso é uma coisa desumana que beira quase a escravidão, se a gente for parar para pensar. Que você não tem direito sobre o próprio corpo, não tem poder de decisão, entendeu? Então, isso é muito triste.

A análise de Maria evidencia as condições desumanizantes que muitas vezes acompanham o trabalho sexual, marcadas por uma ausência de controle sobre o próprio corpo e pela exploração intensiva. Ela sugere que essas situações não devem ser naturalizadas, mas enfrentadas como um problema social e coletivo. A metáfora da "quase escravidão" sublinha o caráter estrutural dessa exploração, associando-a à precariedade econômica e à ausência de regulamentação que garantam dignidade e direitos às trabalhadoras sexuais.

Ao trazer essas reflexões, as entrevistadas apontam para a necessidade de uma análise crítica do trabalho sexual, questionando narrativas simplistas de escolha individual e destacando a importância de enfrentar as desigualdades estruturais que o atravessam.

Outro ponto relevante é o impacto do trabalho sexual na relação das mulheres com seus corpos. O trabalho com o corpo é central, mas, paradoxalmente, o desgaste emocional e físico pode levar à sensação de alienação em relação a ele. Essa condição pode agravar questões de saúde mental e bem-estar, especialmente quando o trabalho é desempenhado em contextos de extrema necessidade, onde não há espaço para cuidado ou descanso.

Maria aborda explicitamente os cuidados com a saúde, enfatizando a importância de exames regulares e da negociação com clientes para práticas seguras, como o uso de preservativos. Ela reconhece os riscos da atividade e a necessidade de criar estratégias de defesa e imposição de limites para lidar com as situações de violência e abuso.

3.3.2 Desafios Afetivos e Relacionais

Ambas refletem sobre a dificuldade de manter relações afetivas. Pagu questiona se os desafios se devem à sua história de vida ou à própria atividade. Maria, por outro lado, rejeita a romantização de relações convencionais, reconhecendo o impacto da prostituição em sua visão sobre o amor e a intimidade.

A prostituição também influencia profundamente as relações afetivas. As dificuldades em estabelecer vínculos emocionais podem estar relacionadas tanto às histórias pessoais de violência e abandono quanto ao estigma social associado à atividade. Esse estigma é reforçado por recortes de classe social, especialmente em comunidades periféricas, onde a prostituição é vista como uma vida paralela: todos sabem que existe, mas ninguém fala sobre ela. O olhar da classe média é igualmente marcado por preconceitos, que desumanizam as mulheres que vivem dessa atividade.

Além disso, muitas mulheres que recorrem à prostituição possuem escolaridade avançada, até mesmo formação superior, mas encontram pouca perspectiva de trabalho e remuneração compatível com suas qualificações. Isso reforça o papel da prostituição como alternativa de sobrevivência em um contexto de desigualdades estruturais e exclusão do mercado formal.

Finalmente, a literatura sobre prostituição, embora limitada e muitas vezes enviesada, pode contribuir para compreender as nuances dessa realidade. É fundamental, no entanto, que as discussões acadêmicas e políticas sobre o tema incluam as vozes das próprias trabalhadoras do sexo, valorizando suas experiências e reivindicações. Com isso, é possível construir um olhar mais abrangente e menos estigmatizante sobre a prostituição, reconhecendo-a como uma forma de trabalho e sobrevivência em um mundo marcado por desigualdades.

As experiências de Pagu e Maria ilustram as complexidades da prostituição como forma de trabalho e sobrevivência. Elas apontam para a necessidade de uma análise mais ampla e menos estigmatizante sobre a atividade, reconhecendo tanto suas limitações quanto suas possibilidades. Em suas narrativas, a prostituição aparece como uma resposta às desigualdades sociais e econômicas, mas também como um espaço de luta, aprendizado e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta trajetória, é importante refletirmos sobre o percurso traçado ao longo desta tese, que se debruçou sobre as complexas relações de exploração e opressão presentes no trabalho sexual, especialmente no contexto da prostituição de baixa renda. A análise das condições de vida e trabalho das mulheres que atuam nesse setor permitiu compreender a articulação entre a divisão sexual do trabalho, a feminização da pobreza e a precarização das condições de trabalho.

O trabalho sexual, como qualquer outra atividade dentro do sistema capitalista, está submetido às dinâmicas da exploração e da alienação. No entanto, a prostituição, exercida majoritariamente por mulheres, reflete e aprofunda as desigualdades de gênero estruturais, intensificando a apropriação da força de trabalho feminina pelo capital.

A inserção de mulheres na prostituição não ocorre em um vácuo histórico, mas dentro de um contexto de precarização do trabalho e aprofundamento das desigualdades sociais. A feminização da pobreza e do trabalho precário impõe restrições severas às possibilidades de escolha das mulheres no mercado de trabalho. Assim, a prostituição pode surgir como uma opção compulsória para aquelas em condições de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente em sua forma mais precarizada, que pode ser descrita como a "prostituição de baixa renda". A imbricação entre classe, gênero e raça nesse processo é evidente, pois são majoritariamente mulheres pobres e racializadas que se encontram em condições de maior exploração.

Este estudo, ancorado no materialismo histórico-dialético, buscou evidenciar as múltiplas formas de exploração que essas mulheres enfrentam, mas também destacou sua resistência e a afirmação de suas trajetórias. A partir das histórias compartilhadas pelas participantes, foi possível enxergar a prostituição como um espaço em que as mulheres buscam estratégias de sobrevivência e alguma possibilidade de maior autonomia diante de um sistema que as oprime.

A marginalização da prostituição nos debates públicos e na formulação de políticas sociais contribui para sua invisibilização e, consequentemente, para a perpetuação da exploração das mulheres que a exercem. Sem reconhecimento legal e sem proteção trabalhista, as trabalhadoras sexuais ficam mais vulneráveis a diversas formas de violência, tanto por parte de clientes quanto do Estado e da sociedade. A ausência de direitos e garantias reforça a dominação masculina e o

controle sobre seus corpos, dificultando qualquer possibilidade de organização coletiva que poderia minimizar os efeitos da exploração. Essa invisibilidade também impede que alternativas sejam discutidas, mantendo a prostituição como uma "escolha" compulsória dentro de um sistema que restringe as opções de sobrevivência para as mulheres mais pobres.

É fundamental, ao discutir a prostituição, adotar uma perspectiva crítica que vá além da simplificação moralista ou da vitimização e que busque compreender as especificidades de uma profissão invisibilizada, mas presente, marcada pela violência estrutural, pelo controle da sexualidade e pela precarização das condições de trabalho. Ao visibilizar as condições dessas mulheres e a articulação entre a exploração sexual e o trabalho reprodutivo, este trabalho contribui para a construção de uma reflexão mais ampla sobre a interseção entre sexo/gênero, classe e raça, desafiando as normas sociais e as relações de poder que sustentam a opressão das mulheres em diferentes esferas da vida.

Por fim, ao questionarmos as fronteiras entre trabalho sexual e exploração sexual, abrimos espaço para uma discussão sobre os direitos sexuais das trabalhadoras sexuais e a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a elas o acesso a direitos fundamentais e uma vida digna. O reconhecimento da prostituição como trabalho e a luta por sua regulamentação são passos necessários para romper com o ciclo de invisibilidade e marginalização em que essas mulheres estão inseridas, possibilitando a construção de um cenário mais justo e equitativo, no qual todas as mulheres possam ser reconhecidas e respeitadas como sujeitos de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Mariana Luciano; SCOPINHO, Lucimeire Aparecida. Prostituição: Uma história de invisibilidade, criminalização e exclusão. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, Florianópolis, 2013. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: https://www.fg2013. wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/ 1372969868_ARQUIVO_ versaofinalparafazendogenero.pdf. Acesso em: 20 fev. 2024.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis,** v. 12, n. 2, p. 188-197, 2009.

ALVES, Lucia. **Prostituição e Religião:** A trajetória religiosa de mulheres que praticam a prostituição na região de Santo Amaro – São Paulo. 2014. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ANTUNES, Ricardo. **Infoproletários:** Degradação Real do Trabalho Virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** Ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: Boitempo, 2020.

ARAÚJO, Ricardo Souza. Mundialização e dependência: contradições contemporâneas do capitalismo dependente no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 3, p. 1-21, 2023.
ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%:** um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARRETO, Letícia. **Prostituição, gênero e trabalho.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

BARROS, Douglas. **A tirania do capital:** crítica ao identitarismo e a formação de uma consciência revolucionária. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

BARROSO, Milena F. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. Revista Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (v.2. 10 impressão).

BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades:** limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLANCHETTE, Thaddeus; SILVA, Ana Paula. Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. In: PAPER DO DIÁLOGO LATINO-AMERICANO SOBRE SEXUALIDADE E GEOPOLÍTICA, 1, Rio de Janeiro, 2009. **Anais...** Rio de Janeiro: SPW, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados**. Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza.** Brasília: Agência Câmara Notícias, 2004. Acesso em 30 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO - Classificação Brasileira de Ocupações.** Brasília, 2002. Menu da Família. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=5198. Acesso em: 06 set. 2024.

CALABRIA, Amanda de Mello *et al*. Trabalhadoras sexuais no marco pandêmico brasileiro: efeitos em e relações com a saúde. **Cadernos de Saúde Pública.** v. 40, n. 9, p. 1-11, 2024. Disponível em: https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8693/19678. Acesso em: 20 nov. 2023.

CAVOUR, Renata Casemiro. **Mulheres de Família:** Papéis e Identidades da Prostituta no Contexto Familiar. 2011. 149f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) _ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia. Rio de Janeiro, 2011.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe.** São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil.** 2013. 410f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018.

COGGILA, Osvaldo. **Teoria marxista:** uma introdução.1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar:** Rio de Janeiro: Edições Graal. 4. ed. 1999.

DALLA COSTA, Maria. **The Power of Women and the Subversion of the Community.** Bristol, England, Falling Wall Press, 1972.

DELPHY, Christiane. Patriarcado. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DURIGUETTO, Maria Lucia, MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores:** Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** 3. ed. São Paulo: Editora Escala, 2009.

ESTEFAM, André. **Homossexualidade, prostituição e estupro:** um estudo à luz da dignidade humana. São Paulo: Saraiva, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Além da pele:** repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Reeencantando o mundo:** feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. Rio de Janeiro:

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade:** volume 1. A vontade de saber. Tradução de Marcos Debrito. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** São Paulo: Ed. Global, 2006.

GRESPAN, Jorge. **Marx:** uma introdução. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GUATARRI, Felix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica:** Cartografias do desejo. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa,** v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado. **Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos,** v.13, n. 24, p. 53-64, 2016. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf. Acesso em 21 abr. 2024.

HUFTON, Olwen H. **The Poor of Eighteenth-Century France 1750–1789.** Oxford, Clarendon, 1974.

IANI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JULIANO, Dolores. **La prostitución:** el espejo oscuro. Barcelona: Icaria Editorial, 2002.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos,** Cebrap, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al*. (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

KOLLONTAI, Alexandra. Prostitution and Ways of Fighting it. In: HOLT, A. (ed.) **Alexandra Kollontai:** Selected Writings. London, Allison and Busby, 1977.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras:** Mulheres judias e prostituição. São Paulo: Imago, 1996.

LEGARDINIER, Claudine. Prostituição I. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

LEIGH, Carol. *Inventing Sex Work.* In: LEIGH, Carol. **Whores and Other Feminists.** Edit by Inventing Sex Work. Routledge, 1997.

LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta:** a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LESSA, Sergio. **Abaixo a família monogâmica.** São Paulo: Instituto Lukacs, 2012.

LIMA, Nathália Diórgenes Ferreira. Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 242-251, mai. 2022.

LOBO, Barbara. **Sexo, Trabalho, Direito e Reconhecimento:** a igualdade de existência das mulheres trabalhadoras sexuais. 2017. 366 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2017.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

LUXEMBURGO, R. **Womens Suffrage and Class Struggle.** Selected Political Writings. New York, Monthly Review Press, 1971.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975.

MARTIN, Denise. **Riscos na prostituição:** um olhar antropológico. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **História Oral:** exercício democrático da palavra. Disponível em: http://acaspj.org/wp-content/uploads/2018/03/Hist%C3%B3ria-Oral_Exerc%C3%ADcio-democr%C3%A1tico-da-palavra-1.pdf. Acesso em 25/04/2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia. História Oral: exercício democrático da palavra. In: MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). **A História Oral na pesquisa em Serviço Social:** da palavra ao texto. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019. p. 27-37.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Os métodos na Pesquisa: a Pesquisa Qualitativa. **Revista Temporalis,** ano V, n. 9, p. 117-130, jan./jun. 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl**. O capital.** Livro 1. Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora:** de Marx ao nosso tempo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MORAES, Livia de Cássia Godo; RONCATO, Mariana Shinohara; BORREGO, Arelys Esquenazi**. A revolução será feminista:** aporte para lutas estratégicas da classe trabalhadora contra o capital. Marília/SP: Lutas Anticapital, 2023.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v.1).

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social & Sociedade,** n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAl (CFESS). **Serviço Social:** Direitos Sociais e Competências Profissionais, 2009.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Izabel B. (Org.) **Trabalho e gênero:** mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/Unicamp e Cedeplar/UFMG /São Paulo: Ed. 34, 2000.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Feminização no Mundo do Trabalho:** entre a Emancipação e a Precarização. 1. ed. Autores Associados, 2004.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal comentado.** 14. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Forense, 2020.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta:** políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013. (Coleção sexualidade, gênero e sociedade).

PASINI, Elisiane. Sexo para quase todos: A prostituição feminina na Vila Mimosa. **Cadernos Pagu,** n. 25, p. 185-216, jul./dez. 2005.

PHETERSON, Gail. Prostituição II. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.) **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Apresentações: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu,** Florianópolis, v. 25, p. 7-23, jul./dez. 2005.

PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. In: SILVA, Daniele Andrade *et al*. **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2013. pp. 446-462.

PRADA, Monique. **Putafeminista.** São Paulo: Veneta, 2018.

PRIORE, Mary del. **História do Amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2005. Projeto Antonia 10 anos. Publicação especial. 2017. Disponível em: https://hermanasoblatas.org/wp-content/uploads/2017/04/Revista-Antonia-10-Anos-Visualiza%C3%A7%C3%A3o-ilovepdf-compressed-1.pdf**.**

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite:** Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930). São Paulo: Paz e Terra, 2008.

REVISTA PROJETO ANTONIA 10 ANOS. **Publicação especial.** Belo Horizonte, 2017.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história.** Tradução de Magda Lopes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. 430p.

RODRIGUES, Maria Tereza. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Katálysis,** v. 12, n. 1, p. 68-76, jan. 2009.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Prostituição e Polícia em Brasília:** um estudo de caso. 2003. 369f. Tese (Doutorado em Sociologia) _ Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2003.

RUBIN, Gayle. **O trafico de mulheres:** notas sobre a “economia política” do sexo, 1993. Tradução de Christiane Dabat, Edileusa O. da Rocha e Sonia Correa. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em :[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/ 123456789/1919 – 5.5.2017. Acesso em: 30 abr. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANDAY, Peggy Reeves**. O poder feminino e a dominância masculina:** sobre as origens da desigualdade sexual. São Paulo: Contexto, 2002.

SENSIBLA. **Revista da Rede Oblata.** Missão e sensibilização social. Edição n.1. 2021/2022.

SILVA, Ana. P; BLANCHETTE, Thaddeus. G. **Sexualidade e política na América Latina:** histórias, intersecções, paradoxos. Rio de Janeiro: Sexual Policies Watch, 2011, v.1, p. 192-233.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. **Entre o medo e a ousadia:** educando-se na prática da prostituição. Revista Ártemis, v. 18, n. 1, p. 61-68, jul./dez. 2014.

SOUSA, Fabiana Rodrigues. Ações educativas desenvolvidas por prostitutas organizadas: tecendo confiança e autonomia. **Revista da FAEEBA:** Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 24, n. 43, p. 161-169, jan./jun. 2015.

SOUSA, Marília de Oliveira; SIRELLI, Paula. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. **Revista Serviço Social & Sociedade,** n. 132, p. 326-345, mai./ago. 2018.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos:** trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo; Secretaria Municipal de Cultura; Brasiliense, 2011.

STEARNS, Peter N. **História da sexualidade.** São Paulo: Contexto, 2010.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women:** Toward a Unitary Theory. New Jersey: Rutgers University Press, 1983.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VOGEL, Lisa. **Marxism and the Oppression of Women:** Toward a Unitary Theory. Chicago: Haymarket Books, 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra Capitalismo a renovação do materialismo histórico.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

YASBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis,** n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada “Trabalho sexual e exploração de mulheres de baixa renda na sociedade hetero-patriarcal-racista capitalista”, sob a responsabilidade de Fernanda Picinin Moreira sob a orientação da Prof. Dra. Maria Lucia Silva Barroco.

A presente pesquisa se justifica ao considerar que o trabalho sexual, assim como outro trabalho no contexto da sociedade capitalista, nas condições histórico-sociais contemporânea, está sujeito às dinâmicas da alienação e exploração. A exploração do trabalho feminino, tanto no âmbito público quanto no privado, é intensificada, e no contexto do trabalho sexual, particularmente na prostituição, essa exploração assume uma forma ainda mais perversa. O capital se apropria da força de trabalho das mulheres de maneira exacerbada, perpetuando uma lógica de exploração intensa e desumanizadora. Assim, a pesquisa sobre o trabalho sexual é crucial para compreender e evidenciar as dinâmicas de exploração e alienação que permeiam a sociedade capitalista contemporânea, especialmente no que tange às mulheres. É essencial dar visibilidade às condições de trabalho das mulheres na prostituição, reconhecer seus direitos e buscar formas de proteção legal e social, de modo a mitigar a exploração e promover a justiça social.

Diante desse contexto, o objetivo da pesquisa é analisar como a exploração relacionada ao trabalho produtivo e reprodutivo da mulher na sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista contemporânea produz e intensifica a exploração do trabalho da mulher na prostituição. Para atingir esse objetivo, buscamos discutir sobre como o trabalho reprodutivo pode estar relacionado com a inserção precarizada e desigual das mulheres no mercado de trabalho, assim como vem a ser funcional para a continuidade e reprodução do modo de produção capitalista. Assim poderemos entender como o trabalho sexual no contexto da prostituição, se instala como atividade produtiva na sociedade capitalista contemporânea, passando a ser uma opção laborativa para mulheres de baixa renda. Assim como, problematizar a necessidade de discussão da prostituição no âmbito do direito social, sexual e trabalhista.

Nesta pesquisa utilizaremos como metodologia a abordagem qualitativa, com o uso de pesquisa de campo em que teremos enquanto uma das fontes, entrevistas com 02 (duas) trabalhadoras sexuais como forma de acesso a realidade pesquisada e narrada pelas mulheres. Nossa conversa terá como fio condutor o problema de pesquisa e uma lista de palavras-chave que representam o contexto que busco como: trajetória e percepções sobre a prostituição, outros trabalhos, organização como classe trabalhadora, condições de trabalho, exploração, violências etc. A conversa deverá ser conduzida de forma livre, sem perguntas enrijecidas, deixando a entrevistada à vontade para falar o que lhe vier naquele momento. A entrevista será registrada em áudio, através de um gravador, transcreveremos fielmente as respostas e realizaremos a análise dos dados coletados, tendo em vista o nosso referencial teórico.

As entrevistas serão previamente agendadas com a participantes, que contribuirão na definição de um local em que se sintam à vontade para conversarmos, assim como o horário mais apropriado. Inicialmente, a proposta é que essa conversa se dê em apenas um encontro.

No que diz respeito aos riscos, esta pesquisa não apresenta riscos conhecidos as participantes. Todas as atividades foram planejadas cuidadosamente para garantir a segurança e bem-estar. Portanto, consideramos que o processo de conversa e reflexão sobre o tema proposto pode gerar possíveis desconfortos. Respeitaremos o processo de cada

participante, podendo ser a entrevista interrompida a qualquer momento. Faz-se necessário informar que você terá direito a acompanhamento e assistência imediata e integral gratuita caso haja danos decorrentes da pesquisa.

Consideramos que a pesquisa não apresenta benefícios diretos a partir da sua participação nas entrevistas, no entanto, indiretamente irá contribuir para o estudo e profusão de conhecimento científico.

Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatada pela pesquisadora.

A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada. As informações coletadas serão armazenadas e tratadas, somente a pesquisadora terá acesso às gravações e estas ficarão armazenadas em arquivo pessoal até serem transcritas, analisadas e, por fim, apagadas. Seu nome, assim como todos os dados que lhe identifiquem, serão mantidos sob sigilo, antes, durante e após o término do estudo.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o(a) pesquisador(a) Fernanda Picinin Moreira, no telefone (11)94743-1497, ou endereço Rua Vereador Barbosa Silva, 62/101, Belvedere, Barbacena, MG.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-SP na Rua: Rua Ministro Godói, 969 – Sala 63-C (Andar Térreo do E.R.B.M.) - Perdizes - São Paulo/SP - CEP 05015- 001 Fone (Fax): (11) 3670-8466 e e-mail: cometica@pucsp.br. Horário de atendimento do CEP ao Público: ***Das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira***

De acordo com a Resolução nº **466/12** da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e Regimento dos Comitês de Ética em Pesquisa da PUC-SP, "toda pesquisa que, individual ou coletivamente, envolva o ser humano, de forma direta ou indireta, em sua totalidade ou em partes dele, incluindo o manejo de informações ou materiais", deve ser submetida à apreciação e acompanhamento do CEP.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

São Paulo, _____de _____de 2024.

_____

Participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “Trabalho sexual e exploração de mulheres de baixa renda na sociedade hetero-patriarcal-racista capitalista”, eu, Fernanda Picinin Moreira, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

_____

Pesquisadora